

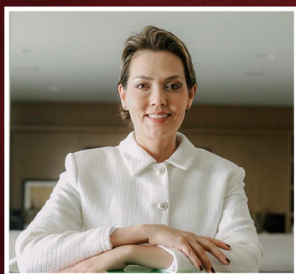
RACIONALISMO CRÍTICO CONTRA O TOTALITARISMO

Ciência e Política - Karl Popper



Ana Kelly Ferreira Souto

Popper propõe o método crítico nas ciências naturais e sociais, ligado a tecnologia social fragmentária, substituindo o historicismo. Traz à luz do pensamento moderno a consciência do que deve caracterizar o viver humano: a razão e a experiência, ambas eliminam a violência e toda forma de agressividade. Buscando um mundo melhor por meio da razão legítima a discussão crítica que se impõe ao totalitarismo. Traçando as ações políticas a partir da identificação clara dos problemas e ouvindo a crítica pública, respeitando os adversários, estar sempre aberto às sugestões e reconhecendo os erros. Esse é o nosso trabalho que foi iniciado pelos gregos àquela grande revolução que parece ainda estar no início: a transição da sociedade fechada para a aberta. O livro desperta a necessidade urgente e principal de que uma leitura do clássico é fundamental para a qualidade de vida na sociedade moderna.



Ana Kelly Souto é graduada em filosofia pela Universidade Federal de Goiás. Mestrado em Filosofia, doutoranda em filosofia PPG - UFG e doutoranda em Ciências da religião PUC-Goiás. Professora da PUC-Goiás.



editora *fi.org*



RACIONALISMO CRÍTICO CONTRA O TOTALITARISMO

RACIONALISMO CRÍTICO CONTRA O TOTALITARISMO

CIÊNCIA E POLÍTICA
KARL POPPER

Ana Kelly Ferreira Souto



Diagramação: Marcelo Alves

Capa: Gabrielle do Carmo

Revisão: Marcos Messerschmidt

Tradução: Lucas Souto Alves Pinto



A Editora Fi segue orientação da política de distribuição e compartilhamento da Creative Commons Atribuição-Compartilhalgual 4.0 Internacional https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR



O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S728r

Souto, Ana Kelly Ferreira

Racionalismo crítico contra o totalitarismo: ciência e política Karl Popper [recurso eletrônico] / Ana Kelly Ferreira Souto. – Porto Alegre : Fi, 2023.

168p.

Textos de Karl Popper traduzidos por Lucas Souto Alves Pinto.

ISBN 978-65-5917-730-1

DOI 10.22350/9786559177301

Disponível em: <http://www.editorafi.org>

1. Racionalismo crítico – Totalitarismo – Ciência política – Karl Popper. I.
Título.

CDU 342.7:141"Karl Popper"

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO À PRIMEIRA EDIÇÃO **9**

Gonçalo Armijos Palácios

APRESENTAÇÃO À SEGUNDA EDIÇÃO **11**

José Reinaldo F. Martins Filho

INTRODUÇÃO **16**

1 **18**

O PENSAMENTO POPPERIANO

1.1 CONJUNTURA HISTÓRICA.....	18
1.2 A CRÍTICA DE POPPER AO TOTALITARISMO DE HEGEL E MARX.....	30
1.3 A CRÍTICA A HEGEL.....	31
1.4 A CRÍTICA A MARX.....	34
1.5 O SENTIDO DA HISTÓRIA E AS FORMAS DE CONHECIMENTO.....	37
1.6 AS FORMAS DE CONHECIMENTO.....	41
1.7 O CONHECIMENTO NA SOCIEDADE ABERTA E NA SOCIEDADE FECHADA.....	43

2 **48**

AS BASES TEÓRICAS PARA A POLÍTICA

2.1 O TERMO HISTORICISMO.....	48
2.2 O TERMO TOTALITARISMO.....	49
2.3 AS RELAÇÕES ENTRE HISTORICISMO E TOTALITARISMO.....	51
2.4 O HISTORICISMO NAS CIÊNCIAS NATURAIS E SOCIAIS.....	53
2.5 RACIONALISMO CRÍTICO.....	65
2.6 A TEORIA DO CONHECIMENTO.....	66
2.7 O MÉTODO CIENTÍFICO.....	67
2.7.1 O CRITÉRIO DE FALSEABILIDADE.....	67
2.7.2 O MÉTODO CIENTÍFICO NA FILOSOFIA POLÍTICAS.....	69
2.8 A ATITUDE RACIONAL.....	70
2.9 CRÍTICAS AOS RACIONALISMOS.....	74
2.10 ASPECTOS ÉTICOS NO NACIONALISMO CRÍTICO.....	83
2.1.1 A OBJETIVIDADE DO CONHECIMENTO NO RACIONALISMO CRÍTICO.....	87
2.1.2 O RACIONALISMO CRÍTICO NA POLÍTICA.....	89

3 **100**

A FILOSOFIA POLITICA DE KARL POPPER

3.1 OS PRINCÍPIOS DO LIBERALISMO	101
3.2 OS PRINCÍPIOS DA DEMOCRACIA.....	108
3.3 A ENGENHARIA SOCIAL DA AÇÃO GRADUAL	120
3.4 OS OBJETIVOS DA POLÍTICA.....	126

4 **132**

FALSEABILIDADE DO PRESSUPOSTO POLÍTICO POPPERIANO

CONSIDERAÇÕES FINAIS **156**

REFERÊNCIAS **164**

APRESENTAÇÃO À PRIMEIRA EDIÇÃO

Gonçalo Armijos Palácios

Karl Popper é não só um dos primeiros filósofos da ciência, mas um dos mais importantes e influentes pensadores do século XX. Não podemos pensar a filosofia da ciência independentemente do seu nome, assim como tampouco podemos refletir sobre o pensamento político contemporâneo sem mencionar suas famosas *A Sociedade Aberta e seus Inimigos* e *A Miséria do Historicismo*. Li Popper na minha graduação. E não gostei. Não gostei porque suas posições políticas, contrárias as minhas, enervavam-me. Li sua *Miséria do Historicismo* quando terminava minha graduação e escrevi minha monografia final criticando suas ideias. Uma das virtudes de Popper é que não é possível simplesmente ignorá-lo, devemos enfrentá-lo. A leitura das ideias de Popper pressupõe uma leitura sólida do autor de *O Capital*.

Nos meus estudos de doutorado, nos Estados Unidos, tive a oportunidade de estudar “o outro” Popper, o teórico da ciência. Nesse campo – devo dizer com sinceridade – suas ideias tiveram – e ainda têm – uma grande influência no meu pensamento. Uma obra especialmente me marcou, não sua mais famosa *A Lógica da Pesquisa Científica*, mas *Conjecturas e Refutações*. É uma obra que, não só quem estuda Filosofia, mas quem quer ter acesso ao que de melhor se escreveu no século passado, não pode deixar de ler.

Nos meus cursos de Filosofia da Ciência na Universidade Federal de Goiás, nos quais tive o prazer de ter a autora deste livro como aluna, trabalhei, precisamente, *Conjecturas e Refutações*. Penso que devem ter sido nessas aulas que Ana Kelly Souto pegou o gosto pela leitura do importante filósofo que é tema de seu primeiro livro. O que está aqui, sem dúvida, é o resultado e aprofundamento da pesquisa que a autora fez sob minha orientação no curso de pós-graduação da mesma universidade e que defendeu, com sucesso, na sua dissertação.

O leitor vai encontrar nestas páginas um estudo sério, aprofundado e ao mesmo tempo claro das ideias de um dos mais influentes pensadores da filosofia contemporânea, virtudes que nem toda obra possui e que este livro, certamente, tem.

APRESENTAÇÃO À SEGUNDA EDIÇÃO

José Reinaldo F. Martins Filho

Uma vez mais ponho-me a escrever a apresentação de uma obra literária, de caráter filosófico-científico, pelo que, antes de tudo, agradeço a autora pela deferência e consideração ao manifestar-me tão honroso convite. Dessa vez, a respeito de um pensador sobre quem conheço muito pouco; talvez quantidade deveras insuficiente para postular qualquer consideração digna de atenção pelos leitores que doravante tomarão estas palavras em conta. Justamente por esse motivo, pretendo, nesta introdução de caráter peremptório, concentrar-me em três outros motivos que me inspiram a esse contato e que – esses sim! – poderão lançar alguma luz ao olhar de tantos outros interessados.

Em primeiro lugar, um testemunho pessoal a respeito de meu contato com a autora, que participa, de há muito, de meu próprio caminho. Conheci Ana Kelly Ferreira Souto ainda em 2008, quando estudante de minha primeira graduação: o curso de Filosofia do Instituto Santa Cruz, em Goiânia. Ela fora minha professora. Uma professora deveras diferente, naquele contexto ascético e de ares eclesiásticos: a única com maquiagem e sapatos de salto alto. Com fala polida em tom comedido, assumiu a cadeira de Filosofia da Educação, possibilitando-nos leituras que, sem a sua interferência, quiçá não teríamos feito. Pôde ali acrescentar ao nosso caminho com a delicadeza

que sempre a representou, regida por moderação, sem assaltos extremos ao rigor ou ao laxismo. Desde aquela oportunidade, algum tempo se passou até que nos reencontrássemos outra vez e em outromomento de nossos caminhos: então, como colegas professores na Pontifícia Universidade Católica de Goiás e, mais que isso, sob a possibilidade de tornar-me seu orientador em pesquisa de doutoramento sobre a cultura religiosa-artística goiana. A vida dá voltas, é verdade! Laços construídos se reforçam em novas tessituras, e, assim, vamos ocupando os caminhos que nos competem em cada tempo, até novo ciclo, novas relações, novas possibilidades a invadir-nos. É nessa condição, de colega e orientador, mas, sobretudo, de amigo na tarefa do pensamento, que me coloco, agradecido e humildemente, a dispor estas palavras de recomendação.

[E, se me permitem uma brevíssima digressão, ainda em acordo com o argumento do parágrafo anterior, sobre o movimento do tempo e a recomposição dos nossos lugares na relação de uns com os outros, não posso deixar de mencionar a alegria que certamente é para a Ana ter seu filho Lucas como revisor do texto geral desta edição e tradutor dos fragmentos colhidos do original em inglês, retirados da obra de Popper. Ele que, quando da escrita original deste estudo apenas habitava os desejos do Criador, como toque sensível de esperança no coração de sua mãe e de seu pai. Eu não podia deixar de referir-me a esse dado, pelo que encerro minha digressão.]

O segundo ponto ao qual quero, aqui, dirigir-me consiste no seguinte: por que reeditar uma obra passados dezoito anos desde sua escrita original? Para mim, neste caso em específico trata-se de uma

empresa que se justifica ao menos por três motivos. Inicialmente, porque sempre é tempo de trazer ao público uma contribuição relevante, especialmente em se tratando da possibilidade do pensamento crítico, ancorado em abordagens que marcaram a história e trouxeram nova iluminação sobre as considerações que suscitamos a respeito de quem somos e do mundo à nossa volta. Por conseguinte, também por um motivo bastante pragmático: porque, de há muito, a primeira edição encontra-se esgotada, tornando inviável o acesso de interessados por diversos motivos, argumento que, por si só, justificaria a reedição de um material como este e, especialmente, sua publicação em duplo formato: digital, como e-book de acesso gratuito, e impresso, para os que desejarem encomendá-lo sob demanda. Enfim, e esse motivo é bastante peculiar de minha leitura pessoal, porque nos situamos num momento de irrupção e mudança paradigmática no percurso estabelecido pela própria autora, que revisita, após relativo tempo, a pulsão de vida que se irradia ao redor do processo criativo da pesquisa e constantemente nos impele à frente, à produção e compartilhamento de nosso esforço pessoal à diversidade dos saberes. Sobre isso, quem se interessar, esteja desde logo convidado a visitar o currículo da autora e suas produções recentes, em campos como a Filosofia, mas também as Ciências da Religião, os Estudos Culturais, a Teologia, entre outras, e a colher outras efervescências de sua lavra.

Por último, tenho algo a dizer como consideração geral do ponto de vista do conteúdo que o leitor passa a acessar com a publicação desta segunda edição. De um lado, para valer-me da estruturação de argumentos em tópicos como tenho procedido, entre os impulsos mais

originários aos quais está compelido um ser humano, certamente se encontra o desejo de meter-se com o pensamento; isto é, de arriscar-se ao árduo e exigente itinerário do pensar, da reflexão, da manifestação do espírito como peculiar modo de interação do ser humano com o meio que o cerca, tornando-o mundo, totalidade de sentidos e significados bem ordenados. Em tal empreitada, muito nos favorece o contato com os grandes autores do passado, já experimentados na arte de pensar e, por isso mesmo, capazes de nos acolher, envolver e fornecer algum direcionamento seguro para nossos primeiros passos. Sobre isso, aliás, devemos nos sentir, todos nós, partilhantes de um mesmo recorte epocal, sempre debutantes na arte de pensar. Ana Kelly Souto, nossa coetânea, com o auxílio de Karl Popper, um filósofo do passado que, porém, ainda detém vestígios no presente, mostram-se como importantes companhias em nosso itinerário pessoal. A fim de nos metermos com o pensamento, cuja efígie parece aplacar-nos sob sua potência, vale muito principiar por metermo-nos com os que já pensaram, e cujo pensamento deixou rastro. Isso fazemos com Popper; isso também fazemos com a contribuição da autora deste livro.

Resta, porém, algo a dizer. Isso porque, de outro lado, como prometido, o livro que ora se oferece à apreciação e ao estudo de leitores mais ou menos experientes pode ser considerado em seu propósito de engrossar as ainda tímidas fileiras da interpretação do pensamento popperiano no Brasil. De que vale a pujança de um pensador se não pode ser conhecido por um público cada vez maior? E isso deve ser dito sobre Karl Popper, que detém uma importante contribuição seja para se pensar a política prática, seja para nos aprofundarmos a respeito do

papel da ciência – cada vez mais determinante em nosso meio. Não é possível, dessa maneira, considerarmo-nos providos de todos os mecanismos necessários ao enfrentamento do presente caso permaneçamos indiferentes ao legado desse filósofo, com o qual, concordando ou discordando, sempre muito teremos a nos enriquecer. Eis porque, de minha parte e, antecipadamente, em nome dos tantos e tantas que irão desfrutar a composição ora oferecida ao nosso deleite, sinto-me na responsabilidade de cumprimentar a autora, externando nosso interesse e nossa gratidão.

Com os votos de uma excelente leitura, seguida de fecunda reflexão-ação.

INTRODUÇÃO

Em Filosofia, assim como em qualquer ciência, as teorias são o alicerce da argumentação com que o estudioso estrutura o seu trabalho, justificando hipóteses, teses etc.

Por caminhos diversos, o objeto de estudo ganha forma e conteúdo, a partir do momento em que se discutem quais teorias serão pertinentes para abarcar o assunto tratado e como elas servirão de bússola para que a análise não se perca em meio a discussões entrecruzadas, sem ligação com aquilo que se discute.

Partindo desse pressuposto, estruturamos a obra em em quatro capítulos. Cada um discutirá um ponto que, a nosso ver, é importante para entendermos o racionalismo crítico na filosofia política de Karl Popper.

No primeiro capítulo, discutiremos os princípios filosóficos de Karl Popper dentro do contexto em que ele viveu. Ver-se-á que o que o motivou a teorizar sobre o totalitarismo foi a violência que abalou o mundo depois da Primeira Guerra Mundial e levou às sociedades fechadas, cujo amparo teórico encontra-se em Platão, Hegel e Marx.

No segundo capítulo, serão apresentadas as bases teóricas da política de Popper, as quais se fundamentam na crítica ao método historicista e na afirmação do racionalismo crítico.

Dessa forma, o segundo capítulo visa apresentar as críticas de Popper ao historicismo e às consequências que ele acarreta, tais como o totalitarismo e o atraso nas ciências.

Refutado o método historicista, faremos a exposição do racionalismo crítico, que permeia toda a filosofia popperiana, mais especificamente, sua filosofia política. Ver-se-á, também, que esse racionalismo crítico se pretende superior, metodológica e moralmente, para fundamentar a política.

Já no terceiro capítulo, faremos uma exposição interpretativa das teses políticas, como o liberalismo, a democracia, a engenharia social gradual e os objetivos da política.

Por fim, no último capítulo, analisaremos os aspectos da filosofia política de Popper, com o intuito de observar as condições de verdade ou falsidade que ela, porventura, possa ter. Além disso, verificar-se-ão as possíveis consequências éticas e autoritárias na filosofia política.

1

O PENSAMENTO POPPERIANO

1.1 CONJUNTURA HISTÓRICA

Karl Raimund Popper (1902/1994) nasceu em Viena, Áustria. Estudou Matemática, Física e Filosofia na Universidade e Instituto Pedagógico de Viena. Em 1935, devido à iminência da guerra, refugiou-se na Inglaterra. Em 1937, mudou-se para a Nova Zelândia, onde lecionou até 1945. Em 1949, voltou para a Inglaterra e foi professor na *London School of Economics*.

Mencionar o contexto histórico de Popper pode parecer paradoxal ou inadequado, pois uma de suas teses defende que a História não tem sentido¹ e que um texto deve falar por ele mesmo, sem precisar recorrer a referências periféricas do contexto histórico para compreendê-lo adequadamente. Entretanto, creio que podemos melhor compreender e explicar o pensamento do filósofo entrevendo a História.

Ao escrever *A Sociedade Aberta e aos seus Inimigos*, considerou essa obra um “esforço de guerra”.² É nesse sentido que será abordada a conjuntura histórica. O autor acredita que só existe uma forma para se fazer Filosofia e Ciência: fazê-las pela paixão do problema.

Penso que só há um caminho para a ciência ou a filosofia: encontrar um problema: ver sua beleza e apaixonarmo-nos por ele; casar e viver feliz com

¹ O sentido da história será abordado na seção 1.5.

² Baudouin afirma que, a partir de 1930, Popper é testemunha da degradação do clima político da Alemanha, da ascensão inexorável dos movimentos extremistas e dos desígnios expansionistas da Alemanha nacional-socialista (BAUDOUIN, 1989, p. 9).

ele até que o outro nos separe - a não ser que encontremos um outro problema ainda mais fascinante, ou evidente, a não ser que obtenhamos uma solução. Mas mesmo que obtenhamos uma solução, poderemos então descobrir, para nosso deleite, a existência de toda uma família de problemas-filhos (POPPER, 1993, p.1).

Percebemos que a filosofia de Popper é movida por problemas e suas consequências. Isso pode ser visto em sua primeira obra, *Logik der Forschungs*,³ que aborda a teoria do conhecimento. Ela precede cronologicamente a sua teoria política, embora esta guarde pontos em comum com a primeira.

Na juventude, foi marxista. Sua atitude política mudou depois que colegas dele, militantes, foram mortos por policiais, por volta de 1919, logo depois da Primeira Guerra Mundial. Além disso, outra coisa que agravou o posicionamento de Popper em relação ao Marxismo foram os problemas suscitados pela Guerra: violência, perseguições políticas, ideológicas, raciais e as novas descobertas da Ciência. Com esses problemas, encontra uma nova paixão na Filosofia.

Após essa decepção, é levado a questionar sobre sua conduta crítica em relação à teoria marxista: “Perguntei a mim mesmo se tinha séria e criticamente examinado a teoria marxista. E fiquei profundamente deprimido, quando tive de admitir perante mim próprio que a resposta era ‘Não’ “(POPPER, 1999a, p. 180).

Destarte, passa a analisar de forma crítica o marxismo, com o objetivo de inibir a ascensão nazifascismo,⁴ cujo crescimento levou o

³ Obra publicada pela primeira vez em 1934.

⁴ Uma vez que Popper entende o marxismo como uma forma de totalitarismo e sociedade fechada, por pretender uma sociedade totalmente modificada por uma revolução, esse modelo serve de base para governos

filósofo a discutir problemas políticos, como o método historicista e os problemas da estrutura social, política e moral. Por isso, ele próprio assume que suas posições têm “uma carga pessoal muito forte, quer se admita ou não [...] sempre deixo claro o caráter pessoal da proposta” (POPPER, 1993, p. 255).

Devido a esse fundo passional, uma vez que essa preocupação filosófica foi estimulada por fatos históricos vividos, creio ser lícito o estudo de sua teoria entrevista com a história, uma vez que suas respostas aos problemas políticos partem de uma análise histórica e filosófica, que visa a busca dos fundamentos que explicam as dificuldades do seu mundo e o motiva a dar explicações sobre esse mesmo mundo.

As respostas dadas pelo filósofo a esse respeito foram desenvolvidas em dois importantes trabalhos. O primeiro é *A Miséria do Historicismo*;⁵ o segundo, *A Sociedade Aberta e os Inimigos*. Tais estudos apontam o historicismo como o responsável pela “perniciosa influência sobre a filosofia da sociedade e da política, desde Heráclito e Platão até Hegel e Marx”. Mas a que perniciosa influência refere-se Popper? Para nos aproximarmos da compreensão de seu pensamento, é mister iniciarmos por alguns aspectos históricos (POPPER, 1982, p. 3).

nazifascistas. Caso o marxismo seja refutado, o nazifascismo também o será. O conceito de totalitarismo será desenvolvido no capítulo II.

⁵ A referida obra, diz Popper: “remonta ao inverno de 1919-20. O esboço básico veio completar-se por volta de 1935; sua primeira leitura foi feita, em janeiro ou fevereiro de 1936. [...] A publicação atrasou-se de alguns anos, pois o manuscrito foi rejeitado pela revista filosofia a que enviei. Viu-se estampado pela primeira vez, em três partes, na *Econômica*, N.S., v. XI, n. 42 e 43, em 1944, e v. XII, no 46, em 1945. Apareceram depois, sob forma de livro, uma tradução italiana (Milão, 1945) uma tradução francesa (Paris, 1956). O texto desta foi revisto, recebendo alguns acréscimos (Popper, 1982, p.1).

O historiador Eric Hobsbawm, na obra *A Era dos Extremos*, considera o Século XX o período determinado entre a Primeira Guerra Mundial (1914) e a queda da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (1991), compreendido em três fases : A Era da Catástrofe (1914/ 1944), A Era do Ouro (1945/ 1970) e O Desmoronamento (1973/ 1991). A Era da Catástrofe caracteriza-se pela violência, pelos assassinatos, pelas guerras, pelas rebeliões e pelas revoluções. Além disso, uma grave crise econômica mundial pôs em xeque as grandes economias capitalistas. Essa crise econômica mundial fez com que as democracias liberais praticamente desaparecessem entre 1917 e 1942. Restavam poucas democracias liberais, restringindo-se estas a partes da Europa, América do Norte e Austrália.

Nesse período, alastravam-se o fascismo e outros modelos autoritários que derrubaram os regimes liberais. Sobre esse panorama de decadência das democracias liberais, Popper cita o historiador H.A.L. Fischer: “O terreno conquistado por uma geração pode ser perdido pela seguinte”. E completa: “e foi perdido. Temos de reconquistá-lo” (POPPER, 1999a, p.13).

A analogia traçada entre o pensamento político e a História pretende argumentar que, diante de acontecimentos históricos e entre muitos posicionamentos políticos e filosóficos, o pensador austríaco opta por uma, que é a defesa das democracias liberais do mundo livre. Há uma preferência manifestada desde o início por Karl Popper pelo liberalismo democrático que é, em parte, circunstancial. Deriva da aversão quase imediata que deviam inspirar-lhe, por um lado, o êxito dos filósofos totalistas e historicistas na ordem do pensamento e, por

outro, a ascensão em força dos Estados totalitários ou autoritários nas sociedades europeias do Período entreguerras . Esta dupla experiência vaciná-lo-á, para sempre, contra as tentações da sociedade fechada. De qualquer forma, seria empobrecer consideravelmente o liberalismo popperiano reduzi-lo a uma escolha puramente conjuntural. É, antes de tudo, o produto de uma reflexão considerável sobre as condições de produção e funcionamento dos discursos científicos. (cf. Baudouin' 1989, p.19).

Popper, no prefácio de *A Sociedade Aberta e os Seus Inimigos* (edição francesa), afirma que esse livro e *A Miséria do Historicismo* não são obras circunstanciais. Ambas nasceram da teoria do conhecimento exposta em *Logik der Forschung*. Para o filósofo, “a filosofia deve ser juiz do seu tempo; as coisas não vão bem quando ela se torna a expressão do espírito do seu tempo”. É nesse sentido que pretendemos estudá-lo, como juiz da história e a forma como estruturação dela⁶ (POPPER, 1999a, p. 116).

Dessa forma, comportando-se como juiz, Popper age desde cedo. Quando jovem, foi marxista, mas decepcionou-se com o marxismo e com aquilo em que se transformou⁷. Posteriormente, com o

⁶ O pensamento político popperiano é desenvolvido principalmente em *Sociedade Aberta e seus Inimigos* e *A Miséria do Historicismo* (Publicado 1945 e 1935, respectivamente). Como foi dito alhures (ver p. 9 e 14), *Sociedade Aberta* tem como objetivo ser resposta aos problemas políticos, como várias formas de totalitarismo, do pós-guerra. Entretanto, Popper ressalva que tais obras não foram simplesmente respostas dadas por uma circunstância, mas encerram ideias já desenvolvidas em *Logik der Forschung* (1934). Assim, pretendemos estudar a filosofia de Popper nessa perspectiva, a saber, como um filósofo que analisa e julga os valores e ideias de seu tempo. E que, para realizar tal análise, expõe suas ideias e valores.

⁷ A decepção de Popper origina-se, por volta dos 17 anos, quando alguns companheiros foram mortos pela polícia em manifestação que o levou a indagar sobre a verdade dos valores marxistas. Ele diz: “sabes mesmo se esta prova científica está correta? [...] podes tomar a responsabilidade de encorajar os outros

fortalecimento dos movimentos totalitários dos anos 20 e 30, e a ascensão de Hitler na Alemanha, pensa de forma sistemática sobre a democracia. É nessa perspectiva que ele se coloca como juiz dos acontecimentos históricos e tenta fazer um resgate da democracia. De acordo com o pensador, *A Sociedade Aberta e os seus inimigos* é uma resposta ao nazismo, “foi escrita com a intenção de constituir o meu contributo contra eles” (POPPER, 1999a, p. 127).

Percebe que, nesse período, com o fortalecimento de movimentos totalitários, foram poucos os países que, Período entreguerras, mantiveram uma democracia adequada., Isso também é sustentado por Hobsbawm. Os países que mantiveram democracias foram⁸: Grã-Bretanha, Finlândia, o Estado Livre Holandês, Suécia, Suíça, Canadá, Colômbia, Costa Rica e Estados Unidos.

Na chamada Era da Catástrofe, (1914-1944) a paz, a estabilidade social, a economia, as instituições políticas e os valores liberais do século XIX entram em decadência, principalmente com a crise de 1929. Isso ocorre pela derrubada sociedade burguesa - na Rússia, em 1917, por meio da revolução social. Mesmo países que tiveram eleições no período de 1919 a 1947 - Afeganistão, China, Guatemala, Paraguai, Tailândia, Irã e Iraque não puderam ser considerados democracias, apenas porque tiveram eleições (HOBSBAWM, 1994, p. 114-115). Elas, para Popper, não

jovens a arriscarem suas vidas? [...] tornou claro para mim desde muito cedo, que uma pessoa apenas deve sacrificar-se a si própria e a mais ninguém, na defesa de seus ideias” (POPPER, p.146-147).

⁸ O objetivo de seguir alguns fatos históricos abordados por Popper, com citações do historiador Eric Hobsbawm, está em mostrar que muitas das observações históricas feitas por Popper são também sustentadas por outro estudioso.

constituem o único requisito para a consolidação da democracia.⁹ Segundo ele, os acontecimentos desse período conduziram toda a humanidade próxima da sua completa destruição. Nos anos pós-guerra, quase, ninguém tinha perspectivas para o futuro. Isso é confirmado por historiadores, como Hobsbawm, e ocorreu principalmente na Europa, porque com a guerra a Europa deixou de ser o centro econômico, e as indústrias e a população migraram para outras partes. Com a decadência europeia, provocada pela guerra, outros países surgem com boas possibilidades para o futuro, como a Austrália, a Nova Zelândia e os Estados Unidos.

A partir desse período, todo o futuro parecia pertencer ao Pacífico. O filósofo austríaco acrescenta que, se na Nova Zelândia o sentimento de liberdade já existia, ao visitar pela primeira vez os Estados Unidos, isso se intensifica ainda mais. Diz: “havia ali, em 1950, um sentimento de liberdade, de independência pessoal, que não existia na Europa e que pareceu-me era mais forte do que na Nova Zelândia, o país mais livre que pude conhecer” (POPPER, 1982, p. 136).

Os Estados Unidos, após a guerra, possuíam uma forte economia, a qual era o grande modelo que conquistava o globo. Até a década de 1980, era difícil imaginar um quadro de miséria no futuro¹⁰. Pois o mundo estava incomparavelmente mais rico, chegou a parecer que havia

⁹ A tese popperiana, de as eleições não serem um requisito seguro para caracterizar democracia, será desenvolvida no segundo capítulo. A abordagem neste momento visa a mostrar que os fatos indicam que, nesse momento, ter eleições não assegurava a democracia. Creio que tal fator alertou Popper para ser mais rigoroso nos critérios democráticos ao desenvolver sua teoria política.

¹⁰ O otimismo em relação aos Estados Unidos, no período de pós-guerra, estende-se até a década de 80. Tal fato é relatado por Hobsbawm, mas é também uma visão popperiana que, mesmo na década de 80 e de 90, em diversas conferências, Popper continuou otimista em relação aos Estados Unidos e a outras democracias liberais (POPPER, 1999a, p.162).

descoberto maneiras de distribuir pelo menos parte da enorme riqueza com um certo grau de justiça entre os trabalhadores dos países ricos, o mundo estava repleto de tecnologia revolucionária em avanço constante, baseado em triunfos da ciência (cf. HOBBSAWM, 1994, p. 21-22).

A respeito dessa ordem social, Popper tem a mesma impressão, e diz: As diferenças diminuíram enormemente em toda parte; na Escandinávia, nos Estados Unidos, Canadá, Austrália e Nova Zelândia, estamos bem perto de uma sociedade sem classes ¹¹ (Cf. POPPER, 1994a, p. 404).

Vivendo esses dois grandes momentos, a "Era da catástrofe" e a "Era de ouro", podemos, pois, compreender a interpretação popperiana da História e o pensamento otimista perante as ciências e a política. Tal interpretação sustenta que:

Não só estamos melhor sob o ponto de vista econômico como nos encontramos melhor sob o ponto de vista moral [...] vivemos em um mundo simples e maravilhoso e no ocidente criamos o melhor sistema social que jamais existiu. Estamos constantemente a tentar melhorá-lo, [...] a ideologia dominante que considera que vivemos num mundo pérfido, é mentira descarada¹² (POPPER, 1999a, p. 136, 150-51).

O século XX, segundo Hobsbawm, foi marcado pelas ciências naturais. As conquistas foram tantas que as pessoas não sabiam o que

¹¹ A crítica de Popper ao historicismo se refere aos anos 1940. No entanto, em 1991, profere palestras nas quais continua sustentando essa mesma visão, de que estamos melhores sob todos os aspectos (POPPER, 1999a, p. 136).

¹² Esse otimismo, em relação aos Estados Unidos e à sua ordem social, não se fecha ao período-de pós-guerra, ao contrário, se perpetua, pois tal conferência foi proferida em 1991.

fazer com elas. Em 1910, físicos e químicos alemães e britânicos, juntos, somavam oito mil pessoas. Na década de 1980, o número de cientistas chega a cinco milhões. Desses, quase um milhão estava nos Estados Unidos. Os cientistas representavam uma elite.

Para restabelecer a esperança no futuro, Popper mostra os Estados Unidos como representantes de um modelo que deu certo. Esse modelo estadunidense é a personificação de suas teorias sobre como produzir ciência e a estrutura política desejáveis. Tudo isso cravado no princípio de liberdade. Vejamos:

Considero trágico que a Europa se tenha concentrado quase sempre exclusivamente no exemplo falhado da Revolução Francesa [...] ao passo que presta pouca atenção (pelo menos na escola) ao grandioso e quase sempre mal compreendido exemplo da Revolução Americana. Porque a América forneceu a prova de que a ideia da liberdade pessoal, que Sólon de Atenas foi o primeiro a tentar incrementar e que Kant analisou em profundidade não é um sonho utópico. O exemplo americano demonstrou que uma forma de governo dedicada à liberdade não só é possível como também é capaz de ultrapassar as maiores dificuldades. É acima de tudo uma forma de governo baseada em evitar o despotismo [...] estive em muitos países, mas em nenhum lugar respirei tão livremente como nos Estados Unidos da América. Em nenhum lugar encontrei um idealismo a par de uma tolerância e de um desejo de ajudar e aprender - um idealismo tão ativo e tão prático¹³ (POOPER, 1999a, p. 154-55).

Os Estados Unidos sempre tiveram prazer em oferecer, pelo debate, respostas às questões suscitadas pela ciência. Mas, nesse

¹³ O racionalismo que Popper defende, não se assemelha ao racionalismo iluminista da Revolução Francesa. Sua proposta pauta sobre a Revolução Americana, o que é bastante diferente; suas mudanças racionais não pretendem uma destruição do que já existe, mas uma reforma gradual.

momento, por volta de 1920, isso se intensificou, porque a ciência estava obtendo grandes progressos. Como diz o cientista Rutherford: “Estamos vivendo a idade heroica da física” (*apud* Hobsbawm, 1994, p. 523). Os cientistas viviam um misto de cooperação e competição¹⁴. Ser cientista era ser invejado. Os estudantes de Cambridge produziram a maior parte dos Prêmios Nobel britânicos da primeira metade do século XX.¹⁵

Mas, com o progresso da ciência, a linguagem foi se sofisticando a tal ponto, que já não era possível a comunicação sobre o que estavam pesquisando. Por conseguinte, passaram a não falar sobre os seus estudos, uma vez que não podiam receber contribuições em debate, pois os interlocutores não podiam compreender nem mesmo os problemas com os quais cada um trabalhava. Por esse motivo, a ciência passou a ser vista como conhecimento incompreensível e suas “consequências tanto práticas quanto morais eram imprevisíveis e provavelmente catastróficas”¹⁶ (HOBBSAWM, 1994, p. 511).

O progresso da ciência, do início do século XX, traz esse problema: a dificuldade da comunicação nas ciências. O referido problema foi tratado por Popper na obra *Logik der Forschung* (1934), em que desenvolve aspectos da busca do conhecimento, o que irá corroborar o pensamento científico desenvolvido nos Estados Unidos e na Inglaterra.

¹⁴ Popper vê a necessidade do diálogo na ciência para a crítica mútua. A essa relação denomina “cooperação amigável-hostil” (POPPER, 1993, v. II, p. 214).

¹⁵ As grandes conquistas dos Estados Unidos e da Inglaterra na área das Ciências Naturais e a atitude de debate entre os cientistas corroboram as teses popperianas da necessidade de conjectura e refutação. Creio que as conquistas científicas e esse ambiente científico levam Popper a reafirmar que suas ideias a respeito da necessidade da crítica para avançar no conhecimento estão corretas.

¹⁶ A sofisticação da linguagem, a ponto de não ser possível mais o debate, corrobora a tese de Popper da necessidade de clareza da linguagem para que ocorra o debate e, por conseguinte, o progresso do conhecimento. Essa tese foi publicada em 1934 e já antecipava o referido problema.

Entre outras coisas, ressaltam-se a importância da disposição de ser criticado e o empenho em criticar-se, o que somente ocorre mediante a comunicação. Entretanto, se for utilizada uma linguagem obscura e subjetiva, a comunicação ficará comprometida. Sustenta que a comunicação pode ser assegurada se usarmos uma linguagem clara e honesta, isto é, objetiva. Seu objetivo consiste em elaborar uma teoria, expô-la e ser passível de ser compreendida por qualquer pessoa. Para se tornar objetiva, a teoria deve possibilitar a "discussão, que possa ser submetida ao crivo da crítica racional; preferencialmente uma teoria passível de troca, não uma teoria que se limite a apelar para as nossas intuições subjetivas" (POPPER, 1982, p. 147).

O pensamento crítico avança por tentativa e erro, ou seja, assemelha-se à postura da seleção darwiniana, e não pela aprendizagem, como na teoria lamarckiana. Assim, para selecionar as melhores teses e avançar no progresso, é preciso que as teorias sejam expostas e debatidas.¹⁷

O otimismo experimentado em relação à ordem social dos Estados Unidos, entre outros países, nas áreas econômica, científica e social, foi bastante amplo, como também sustentou Hobsbawm. Entretanto, na década de 1980 emergem problemas, que já não ajudam a sustentação da defesa que Popper faz do modelo dos Estados Unidos, pois, em 1980, considerado o Pós-Era de Ouro, por Hobsbawm, mesmo os países ricos e desenvolvidos passaram a contar com um quadro de miseráveis

¹⁷ A ideia da crítica nacional popperiana será melhor abordada na seções pertinentes aos Historicismo e ao Racionalismo Crítico.

desabrigados nas ruas: “Em Nova York, 23 mil homens e mulheres dormiam na rua [...] no Reino Unido 400 mil pessoas classificadas como ‘sem-teto’” (HOBSBAWM, 1994, p. 39).

O filósofo austríaco presencia essa derrocada política e social do seu modelo político, porém, acerca dos problemas enfrentados, argumenta que o papel da política é tentar melhorar sempre as condições sociais, e que sociedade perfeita não existe, "até mesmo pessoas boas são imperfeitas" (POPPER, 1982, p. 124).

A justificativa para essa abordagem histórica deve-se às vinculações existentes entre a história interpretada por Popper e suas teses acerca dela. Posteriormente, entretanto, buscar-se-á uma analogia entre os aspectos históricos e o pensamento filosófico, a fim de testar os limites da teoria política racionalista do próprio Karl Popper.

A relevância de levar a cabo um estudo dessa natureza, pela vertente histórica, é que seus próprios textos são notáveis pela abordagem histórica. Esse enfoque mostra-se importante na visão de Popper, uma vez que suas críticas sempre estão inseridas nessa forma de abordagem. Isso fica claro em *A Sociedade Aberta e os seus Inimigos*, na qual o autor desenvolve sua refutação sobre Platão, Hegel e Marx, fundamentando-se na análise da História. Iniciaremos pelas críticas feitas por Popper a Hegel (como as críticas foram vastas, o nosso interesse recai sobre a análise histórica e filosófica).

1.2 A CRÍTICA DE POPPER AO TOTALITARISMO DE HEGEL E MARX

Segundo Popper, o problema intelectual e moral de sua época está no conflito entre o racionalismo e o irracionalismo. O irracionalismo representa a origem das formas de regimes totalitários do pós-guerra. Ele, segundo o filósofo, é expresso nas teses de Hegel e Marx. Popper entende que Marx era um racionalista, no sentido positivo do termo, isto é, assim como o foram Kant e Sócrates, já que o autor de *O Capital* "acreditava na razão humana como base da unidade da humanidade" (POPPER, 1993, v. II, p. 221). Em contrapartida, esse racionalismo entra em declínio, quando se assemelha à tese de Hegel, segundo a qual as nossas opiniões são determinadas pelos interesses de classe e de tradições nacionais.¹⁸

Entretanto, na exposição de Popper não se objetiva contrapor as teses originais de Hegel e Marx às teses que ele atribui aos dois teóricos marxistas:

Não obstante, decidi falar aqui como se o marxismo constituísse o objetivo principal (ou exclusivo) da minha crítica, pois quero evitar a acusação de que estou acusando o marxismo sub-repticiamente, sob o nome de "historicismo". Desejaria, contudo, que não se esquecesse o fato de que, sempre que mencionar o marxismo, estarei pensando também em várias outras filosofias da história. De fato, tentarei criticar um determinado método histórico que muitos filósofos, antigos e modernos, têm considerado válido filósofos com ideias políticas muito diferentes das de

¹⁸ A crítica de Popper e Marx se refere apenas ao historicismo de suas teses e diz: "A eliminação da doutrina historicista destrói completamente as pretensões científicas do marxismo, mas não suas reivindicações técnicas ou políticas – a afirmativa de que só uma revolução social, uma completa reformulação do nosso sistema social, pode produzir condições apropriadas a vida humana" (POPPER, 1994 a, p. 371).

Marx. Como crítico do marxismo, procurarei interpretar minha tarefa de um ponto de vista liberal, sentindo-me livre não só para criticá-lo mas também para defender algumas das suas assertivas. Tomarei também a liberdade de simplificar essa doutrina (POPPER, 1994a, p. 367).

Ao assumir que faz uma livre interpretação das teses marxistas, entende-se que o filósofo utiliza uma liberdade de interpretação semelhante à que ele defende dentro da possibilidade de um sentido da História. Ou seja: ele seleciona aspectos de interesse e os desenvolve sempre de forma parcial. E a parcialidade nas interpretações históricas, assumidas como teorias por Hegel e Marx, culmina com ideologias que se afastam da verdade, devido ao método utilizado. Cabe-nos indagar até que ponto as teses de Popper são mais honestas do que as de Hegel, uma vez que este interpreta Platão à sua maneira, assim como o faz Popper em relação a Marx.

1.3 A CRÍTICA A HEGEL

A filosofia de Hegel é uma luta pela liberdade e pela razão; surge vinculada à situação social, cultural e filosófica de seu tempo, e forma uma resposta racional aos problemas dessa época. Seu mundo herdou problemas econômicos e políticos dados pela guerra dos Trinta Anos (1618-1648), que deixou a Alemanha atrasada em relação à França.

A Alemanha de Hegel era, não só, o país dos pensadores e dos poetas, mas também o país da juventude, uma juventude cheia de entusiasmo pela liberdade e unidade nacionais. A paixão que os historiadores sentiam pela história da Alemanha, e pela "alma alemã", tornava-os claramente nacionalistas. Nesse contexto, surge como

modelo o ideal da pólis grega, na qual se cumpria a harmonização do indivíduo com a sociedade; a vida do homem nascia, desenvolvia-se e morria na vida e no "espírito" da pólis. O indivíduo não era separado da comunidade política, social e cultural da cidade.¹⁹

Hegel surge, aí, como o filósofo capaz de oferecer respostas aos anseios e às decepções dessa época, entre os pensadores. Hegel havia tomado a chefia do movimento; expunha, perante auditórios numerosos e entusiastas, o seu grande sistema filosófico, que terminava por uma exaltação do poder, sobretudo do poder do Estado e, mais especificamente ainda, do poder do Estado prussiano e a juventude que pusera todo o seu entusiasmo na luta contra Napoleão, que abandonava, seguidamente, os campos de batalha pelas universidades, apaixonava-se pelo sistema de Hegel porque ele era suscetível de aplicação prática (cf. GRIMBERG, 1940, v. 16, p. 54).

Poderíamos dizer que a aplicação prática da filosofia de Hegel se deu na aproximação entre as suas teses e a necessidade histórica do momento em que foram produzidas.

Com a Revolução Francesa, a Prússia foi levada a se fechar contra as mudanças. É nesse momento que Popper concorda com Schopenhauer. Hegel, servindo ao Estado prussiano, inaugurou, com a sua filosofia, a era da "desonestidade intelectual":

A luta pela sociedade aberta só começou com as ideias de 1789, e as monarquias feudais não tardaram a sentir a gravidade desse perigo. Quando em 1815, o partido reacionário começou a retomar o poder na Prússia, viu-

¹⁹ Assim, afirma o historiador Grimberg a respeito da influência de Hegel na história da Alemanha (GRIMBERG, 1994, v. II).

se na extrema necessidade de uma ideologia. Hegel foi indicado para satisfazer tal necessidade e fê-lo, fazendo ressurgir as ideias dos primeiros grandes inimigos da sociedade aberta: Heráclito, Platão e Aristóteles. Assim com a Revolução Francesa redescobriu as ideias perenes da Grande Geração e do Cristianismo, a liberdade, a igualdade e a fraternidade de todos os homens. Hegel redescobriu as ideias platônicas que estão por trás da eterna revolta contra a razão- O hegelianismo é o renascimento do tribalismo (POPPER, 1993, v. II, p. 36).

Hegel, na visão de Popper, nada produziu; o que ele fez foi um retorno às teorias platônicas totalitárias, com o intuito de enganar, usando uma linguagem obscura, fez a filosofia e o Estado parecerem algo inacessível e necessário para a compreensão do mundo. Assim: "O universal encontra-se no Estado e a lei divina tal como existe na terra [...] o Estado é real. E a verdadeira realidade é necessária, o que é real é eternamente necessário". (POPPER, 1993, v. II, p. 371). Com argumentos dessa natureza, Hegel é o "elo perdido" entre Platão e o totalitarismo moderno, propondo uma absoluta autoridade moral do Estado sobre qualquer moralidade pessoal ou de consciência.

O pensador acredita que Hegel tinha consciência do totalitarismo que inspirava, mas fez essa opção como peça de uma luta contra a sociedade aberta iniciada pela Revolução Francesa, a fim de manter o poder de Frederico Guilherme da Prússia, seu "patrão". Tudo o que Hegel escreveu foi movido por interesses de manter o poder, dar subsídios a interesses clericais, oficiais, políticos, partidários e materiais. Como era empregado do rei, devia ter completa submissão a ele; sua função na universidade, segundo Karl Popper, era "manter a filosofia dentro dos limites apropriados, e é a sua filosofia uma apologia ao prussianismo, [...]"

a verdade é seguramente a última coisa que tem em mente [...] a filosofia é indevidamente utilizada do lado do Estado como instrumento do lado oposto, como mero lucro" (POPPER, 1993, v. II, p. 38, 40).

A referida submissão intelectual de Hegel, segundo Popper, fez com que ele criasse falsos problemas. Por conseguinte, as suas respostas são falsas, obtém suas conclusões a partir de interpretações equivocadas de Kant e Platão, feitas deliberadamente para enganar as pessoas. Ainda, segundo Popper, não é possível atribuir a Hegel nem mesmo uma herança cultural, já que tudo que ele disse, outros já o haviam dito. Prova disso é a sua filosofia, que faz renascer o totalitarismo moderno, cujo propósito é mais uma tentativa da eterna revolta contra a liberdade e a razão. O único feito de Hegel, de acordo com Karl Popper, foi fazer da "revolta contra a liberdade um movimento popular". Assim, nada do que diz pode ser levado a sério²⁰ (POPPER, 1993, v. II, p. 52).

1.4 A CRÍTICA A MARX

Ao contrário do pensamento de Hegel, Popper vê em Marx Uma autenticidade de pensamento. Embora também o critique, essa crítica tem outras características: o problema maior está em abandonar o ativismo das ações do homem e assumir a inevitabilidade dos fatos dadas pelo historicismo.

²⁰ A respeito das teses de Hegel, Popper argumenta: "Pergunto se não tenho razão quando digo que Hegel nos apresenta uma apologia de Deus e da Prússia ao mesmo tempo, e se não é evidente que o Estado de Hegel nos manda adorar como ideia Divina sobre a terra não é simplesmente a Prússia de Frederico Guilherme, de 1830. E pergunto se é possível ultrapassar esta perversão mesquinha, de tudo quanto é decente, perversão não só da razão, da liberdade, da igualdade e das ideias da sociedade aberta, como também de um crença sincera em Deus e até de um patriotismo autêntico" (POPPER, 1993, v. II, p. 52).

O que Popper refuta em Marx é o método historicista, não as ideias. Sobre isso, diz: “a eliminação da doutrina historicista destrói completamente as pretensões científicas do marxismo, mas não as suas reivindicações técnicas ou políticas” (POPPER, 1994a, p. 371)²¹.

Agora, vejamos uma das críticas de Popper feitas à interpretação histórica de Marx.

A teoria do Estado de Marx, apesar de seu caráter abstrato e filosófico, fornece indubitavelmente uma interpretação esclarecedora do seu período histórico. É pelo menos, uma perspectiva defensável a de que a chamada “revolução industrial” se desenvolve no início, principalmente dos “meios materiais de produção”, isto é, das máquinas, que levou a seguir, uma transformação da estrutura de classes da sociedade e, assim, a um novo sistema social; e de que as revoluções políticas e outras transformações do sistema legal apenas se verificam numa terceira fase. Ainda que esta interpretação marxista do surgimento do capitalismo tenha sido contestada por historiadores que conseguiram pôr a descoberto algumas de suas mais profundas bases ideológicas [...], todavia não foi só a concepção geral de Marx sobre as relações existentes entre o sistema político e o sistema econômico que foi influenciado deste modo pela sua experiência histórica, as suas concepções do liberalismo e da democracia, mais especificamente, que ele considerava como simples véus que encobriam a ditadura da burguesia, ofereciam uma interpretação da situação social do seu tempo que se afigurava perfeitamente ajustada, corroborada como era por uma triste experiência. Marx de fato, viveu, especialmente na juventude, numa época da mais desavergonhada e cruel exploração, Essa exploração [...] era cinicamente defendida por apologistas hipócritas, que apelavam para o princípio da liberdade humana, para o direito do homem

²¹ O conceito de historicismo será abordado posteriormente.

decidir o seu próprio destino e celebrar livremente qualquer contrato que considere favorável aos seus interesses (POPPER, 1993, v. II, p. 20).

Popper acredita que o capitalismo, como Marx descreveu, existiu, porém apenas quando Marx era jovem. Na sua maturidade, os proletários obtiveram melhorias, algumas até ultrapassaram as próprias propostas marxistas. Para ele, o quadro analisado por Marx é parcial, pois o seu capitalismo é o industrial. Isto é, o capitalismo estudado por Marx não vislumbrava os métodos industriais modernos ou atuais de processo de produção de energia e, ainda menos, das formas de economia que seriam criadas como resultado de sua própria análise das condições e prospectos econômicos, além dos métodos industriais avançados que tornariam sem sentido sua teoria da mais-valia. (cf. RAPHAEL, 2000, p. 36, 47).

Mesmo diante de fatos que contradiziam a teoria marxista, Popper diz que Stalin, em vez de rever a teoria, tentava remendá-la. Exemplo disso é a profecia de que a revolução do proletariado ocorreria na Inglaterra, pois era onde essa categoria existia em maior número e a exploração sobre ela crescia. Porém, a história mostrou que a revolução não aconteceu e as condições dos proletários não pioraram, ao contrário, tiveram grandes conquistas.

Contudo, Engels, Lênin e Stalin insistem em salvar a teoria, argumentando que a Inglaterra não explorava os seus proletários, porque possuía colônias; assim podia lhes assegurar algumas prerrogativas, já que poderia efetivar a exploração fora dela.

Entretanto, Popper nos lembra que os Estados Unidos não possuem colônias e, mesmo assim, a profecia sobre a exploração do proletariado não se confirmou.

Essa argumentação popperiana, acerca da interpretação da história, leva-nos a inferir que a história pode ser interpretada de diferentes pontos de vista. Caso seja vislumbrada por Marx ou Engels, terá uma conotação; caso seja por Popper, outra. Digamos que essa "relatividade" da história já nos indica um problema em identificar o sentido da história.

1.5 O SENTIDO DA HISTÓRIA E AS FORMAS DE CONHECIMENTO

Para Karl Popper, "A história não tem qualquer sentido". (POPPER, 1993, v. II, p. 264). A história possível é o relato de uma pessoa ou de um país, em particular. Jamais poderia existir uma história da humanidade, pois seria impossível relatá-la em todos os aspectos, em todos os lugares, com todas as pessoas que foram envolvidas. Mas podemos "introduzir na história, conscientemente, um preconcebido ponto de vista seletivo, isto é, escrever a história que nos interesse" (POPPER, 1982, p. 68). Contudo, esse argumento não implica negar que exista um processo geral histórico.

A crítica de Popper à história é dada como um adendo da crítica ao historicismo, pois o historicismo, para ele, tem a função de encontrar o caminho pelo qual a humanidade está destinada a percorrer, e por isso tem que identificar a chave da história. Existe, porém, tal chave? Há um sentido na história?

Popper não pretende entrar no problema da significação do termo "sentido"; acredita que a maioria das pessoas saiba com suficiente clareza o que quer dizer quando fala do "sentido da história" do "sentido ou finalidade da vida". A essa aceção, na aceção em que é colocada a questão sobre o sentido da história, respondo: a história não tem qualquer sentido (POPPER, 1993, v. II, p. 264).

Nesse sentido, é impossível um relato histórico de toda a história do homem, com as lutas de todos e em todos os tempos e lugares. No entanto, existe uma possibilidade para a história, que é a que ele próprio, entre outros, faz. É aquela que seleciona e delimita sobre o que será falado. Isso se dá de forma aproximada ao que ocorre na ciência. Em ciência, escolhe-se um ponto de vista, normalmente esse ponto é uma teoria científica, ou seja, "seleccionarmos dentre a infinita diversidade de fatos aqueles aspectos que são interessantes porque estão ligados a uma dada teoria científica mais ou menos preconcebida" (POPPER, 1993, v. II, p. 255).

Todas as descrições científicas, segundo Popper, são seletivas. Isso pode ser melhor compreendido se comparado com a teoria da ciência holofote, diz o filósofo: "o que o holofote torna visível dependerá da sua posição da orientação que lhe dermos e da sua intensidade, cor etc., embora também dependa, em larga escala, das coisas iluminadas por ele. Similarmente, uma descrição científica dependerá, em ampla medida, do nosso ponto de vista, dos nossos interesses, que estão, em regra, relacionados com a teoria ou a hipótese que pretendemos testar; mas também dependerá dos fatos descritos. Na verdade, poder-se-ia

dizer que a teoria ou a hipótese constitui a cristalização de um ponto de vista" (POPPER, 1993, v. II, p. 256).

No entanto, essa explicação não pode ser entendida como defesa de uma "relatividade" absoluta. Para o filósofo, nenhuma teoria é definitiva, apenas nos ajuda a selecionar fatos. Essa seleção da descrição se torna em certo sentido "relativa", pois podemos apresentar um ou outro ponto de vista. Segundo Popper, essa relatividade "pode afetar a nossa crença na verdade da descrição, mas não afeta a questão da verdade ou falsidade da descrição; a verdade não é 'relativa', neste sentido" (POPPER, 1993, v. II, p. 257). Essa atitude seletiva da ciência é estendida à história, a posição da história é análoga à das ciências naturais. Para Popper, não existe uma história universal, tampouco uma lei histórica. Crer que é possível escrever uma história universal ou encontrar leis históricas, tal crença vê a história como algo sagrado e além das forças do homem. Popper afirma que houve uma revolução na qual Deus foi substituído pela natureza, a ciência de Deus foi substituída pela ciência da natureza, a vontade e poder divino foram substituídos pelo poder e vontade da natureza, também os propósitos e julgamentos de Deus foram substituídos pelo determinismo naturalista. Por fim, diz Popper, advém uma nova revolução quando Hegel e Marx "substituíram a deusa Natureza, pela deusa História: a onipotência e onisciência do determinismo histórico [...] É dessa deificação da história que me proponho a combater" (POPPER, 1994, p. 377).

Diante dessa argumentação popperiana, não podemos inferir que o filósofo negue qualquer possibilidade de um sentido da história. O único sentido possível é o que concedemos, dada pela escolha de um

prisma. Assim, diz: "Embora a história não tenha objetivos, podemos impor-lhe os nossos; e embora a história não tenha um sentido, podemos dar-lhe um sentido" (POPPER, 1993, v. II, p. 272).

A partir desse argumento, cabem algumas perguntas: qual é a história que interessa a Popper? Quais as diferenças entre as respostas que Hegel e Marx deram aos problemas de sua época e as respostas que Popper deu aos mesmos problemas? A interpretação histórica de Popper não seria uma, entre tantas possíveis, assim como as de Hegel e Marx não buscam a verdade, enquanto Popper sim.²² Vejamos:

As opiniões de uma pessoa são sempre condicionadas pelos seus interesses econômicos ou políticos. Muitas vezes isto só é usado contra o adversário e da seguinte maneira: sempre que você não tem a mesma opinião que eu, está condicionado por motivos econômicos premeditados. Uma filosofia deste tipo não terá nenhum crédito pelo fato de impossibilitar debates sérios. Levamos à quebra do interesse em descobrir a verdade sobre as coisas. Pois em vez da pergunta "qual é a verdade a respeito destes assuntos?". Aparece outra - "Quais são os seus motivos?". Questão que é evidentemente, de pouca importância (POPPER, 1994b, p. 621).

Discordando da visão da sociologia do conhecimento de Karl Mannheim, na qual os indivíduos e as pessoas, até mesmo os cientistas, são predeterminados pelo "habitat social", originando assim "ideologias totais". A tese de Popper também discorda com a de Mannheim em que "as ideias expressas pelo indivíduo são dessa forma encaradas como funções de sua existência". Isso significa que opiniões, declarações,

²² Essa interpretação pode ser melhor sustentada com essa tese de Popper: "Assim como existem religiões boas e más também ideias filosóficas boas e más e teorias filosóficas verdadeiras e falsas. Por isso, não devemos nem venerar nem vilipendiar as religiões como tais. Devemos antes avaliar as ideias religiosas e filosóficas com um espírito crítico e seletivo" (POPPER, 1998, p. 2280).

proposições e sistemas de ideias não são tomados por seu valor aparente, mas são interpretados à luz da situação de vida de quem os expressa. “Significa, ainda mais, que o caráter e a situação de vida específica do sujeito influenciam suas opiniões, percepções e interpretações” (MANNHEIM, 1986, p. 82).

Dessa maneira, o pensador defende que não é possível uma neutralidade de pensamento, e não aceita a ideia de que nosso conhecimento provenha simplesmente da absorção pelos sentidos, porque essa absorção poderá ser alterada pela atividade mental. Nesse sentido, adota a posição kantiana sobre o conhecimento. Kant argumentou que o conhecimento não é uma compilação de presentes recebidos pelos nossos sentidos e armazenados no espírito como se fosse um museu, mas que é, em larga medida, o resultado da nossa própria atividade mental, que devemos empenhar ativamente em pesquisar, comparar, unificar, generalizar, se quisermos alcançar o conhecimento. Podemos classificar essa teoria como teoria "ativista" do conhecimento. (cf. POPPER, 1993, v. II, p. 210).

1.6 AS FORMAS DE CONHECIMENTO

O conhecimento, em Popper, está relacionado à observação, mas não é determinado por nossa inserção social no mundo, como pretende a sociologia do conhecimento. É também o resultado da nossa atividade mental, da reflexão sobre os fatos. Em contrapartida, sustenta que é indubitável que somos todos vítimas do nosso próprio sistema de

preconceitos: muitas vezes aceitamos muitas coisas como óbvias e claras dispensando a crítica (cf. POPPER, 1993, v. II, p. 214).

O filósofo admite que a interpretação é o resultado de visões particulares, por isso é impossível a imparcialidade das escolhas, porque somos sempre movidos por paixões. Assim, questiono: o que faria uma interpretação da história ser melhor do que outra? De acordo com Popper, a verdade. Mas, como sabê-la?

A aproximação à verdade, segundo Popper, é possível por meio de um método que permita retirar ideologias, preconceitos que podem estar implícitos na teoria. O processo para tal ação é buscar a objetividade do conhecimento, "através do método científico", pois somos vítimas dos nossos próprios sistemas. Inclusive ele, embora sinta necessidade em dizer que as filosofias de Hegel e Marx são produto típico de sua época, uma vez que pertenceram a uma época de transformação social, e suas ações objetivaram impedir a sociedade aberta, tal qual como Heráclito e Platão.

Existe uma relação no pensamento popperiano, assim como a história tem o sentido que lhe conferimos. Cada qual concede um sentido pautado em seus interesses e nos seus próprios objetivos. Ao buscar esse sentido, sofreremos impactos por meio dos sentidos, mas também da ação do nosso intelecto. O filósofo sustenta que não há uma neutralidade nessa busca. Entretanto, não crê em que a situação de uma pessoa a determine. Embora isso possa direcionar as suas teorias, que é o caso de Marx e, principalmente, de Hegel.

1.7 O CONHECIMENTO NA SOCIEDADE ABERTA E NA SOCIEDADE FECHADA

Talvez seja possível conjecturar um pressuposto popperiano: ocasionalmente, existe uma tentativa de sair da sociedade fechada para a aberta. A primeira tentativa dessa natureza surgiu na Grécia, com Sócrates. Ao declarar que “nada sabia”, Sócrates tomou conhecimento da nossa ignorância, e permitiu ao homem vislumbrar uma sociedade determinada não pelo “dever ser”, mas pelo que deseja ser.

Porém, nesse momento, surge um pensamento contrário, totalizante, dotado de falso racionalismo. Tal pensamento pertence a Platão, que idealiza a Cidade Feliz. Posteriormente, essa história se repete. Com o advento da Revolução Francesa, a sociedade tem uma nova chance de sair da sociedade fechada para a aberta. Mas eis que surge Hegel, ressuscitando o velho pensamento de Platão, adaptando-o para o mesmo fim: manter a sociedade fechada.

Porventura, é possível conjecturar se a luta entre a sociedade fechada, representada pelo nazifascismo, e a sociedade aberta, representada pelas democracias liberais ocidentais, não esteja se repetindo entre Popper e o racionalismo historicista que ele refuta? Dessa vez, ele faz o resgate do racionalismo socrático.

Na tentativa grega, parece que Platão venceu; resta saber quem venceria nessa nova empreitada. Pois, se a sociedade fechada tem vencido ou desafiado a sociedade aberta - isto é, refiro-me ao desafio da proposta da sociedade marxista, a qual Popper classifica como fechada - não seria porque a sociedade aberta que Popper defende não oferece o que os homens anseiam, uma vez que parece ser sempre desafiada pela

sociedade fechada? Vimos, nessa análise, que o mundo de Popper, assim como o de Platão e Hegel, passaram por transformações na ciência e na política. A proposta do pensador vienense consiste em resgatar a credibilidade da democracia liberal, que estava em franca decadência no início do século XX. O pensamento, naquele momento, acreditava que o capitalismo liberal já não correspondia às necessidades do povo altamente explorado.

A democracia era vista como uma forma de governo que primava pela liberdade, mas suas mudanças eram lentas e ineficientes. Assim, a ditadura esclarecida parecia ser a melhor forma de governo. Sob essa concepção, o mundo experimentou alguma forma de ditadura - duas experiências importantes são: o stalinismo, de esquerda; o fascismo, de direita.²³ A esse respeito, segundo Popper, é frequente ouvir-se proclamar a inevitabilidade de uma forma ou outra de totalitarismo. Muitos dos que, pela sua inteligência ou pela sua formação, deveriam assumir a responsabilidade daquilo que afirmam, anunciam que não há alternativa. Perguntam-nos se somos, na realidade, suficientemente ingênuos para acreditar que a democracia pode ser permanente; se não vemos que ela é apenas uma das muitas formas de governo que ciclicamente se alternam ao longo da história. Argumentam que, na luta contra o totalitarismo, a democracia é forçada a reproduzir os mesmos métodos, tornando-se ela mesma totalitária (cf. POPPER, 1993, v. I, p. 14).

²³ Segundo Baudouin: "Karl Popper, tal como Hannah Arendt ou Raymond Aron, pertence a essa geração intelectual europeia que, nascida num clima de desenvolvimento das ideias liberais, foi duramente traumatizada pela ascensão conjugada do fascismo e do stalinismo e tentou compreender o seu significado" (BAUDOUIN, p. 1989,53).

Com esse pensamento em voga, a teoria sobre a democracia de Karl Popper surge inovadora. Ele argumenta que os países que experimentam maior êxito em todas as áreas adotaram a forma de governo da democracia liberal.

Sua análise é fundada sob um prisma otimista da sociedade, baseando-se no sucesso obtido pelo mundo livre civilizado, a saber, na primeira metade do século XX, que estava em franca ascendência econômica e tecnológica. Esse mundo, afirma, está melhor sob todos os aspectos, até mesmo o moral e o intelectual. Esse argumento é forte, pois os avanços obtidos na área do conhecimento e da produção são sólidos.

Para explicar a catástrofe política que levou a humanidade à beira da destruição, advinda do totalitarismo comunista ou fascista, o filósofo parte do seguinte princípio: os homens sempre tiveram uma ânsia natural por explicar todas as coisas do mundo, predizer o futuro e melhorar tudo de uma só vez. Isso é lícito, o nosso erro está em não compreender que algumas coisas não têm respostas e que a realidade não é e facilmente alcançada.

De acordo com Popper, isso ocorre porque os homens são "bons e estúpidos [...]" o que há de errado conosco é que nos deixamos guiar pelos outros com excessiva facilidade" (POPPER, 1994a, p. 399). O que faz parecer que sejamos maus é o nosso excesso de entusiasmo moral, o desejo de melhorar o mundo. Isso, associado a uma má orientação, é catastrófico: "Não percebemos que os nossos princípios morais seguramente simples demais - são difíceis de aplicar às situações

humanas complexas, embora sintamo-nos obrigados a aplicá-los de qualquer forma" (POPPER, 1994a, p. 399).

Nessa ansiedade por melhorias, acabamos proporcionando situações para que homens como Hitler e Stalin consigam adeptos, apelando a uma moral superior tão almejada. Para Popper, "a bondade pode ser perigosa se for combinada com uma dose muito pequena de crítica racional" (POPPER, 1994a, p. 400).²⁴

Por conseguinte, a má orientação que os homens vêm tendo sobre as possibilidades de mudanças no mundo deve-se ao método utilizado. Esse método é infértil e frágil, tem como pretensão abarcar todas as explicações e respostas, esse método é o historicismo.

O primeiro passo dado por Popper é a tentativa de refutação da tese historicista, a qual, segundo ele, origina a ideia amplamente aceita de que a melhor forma de governo é alguma forma de totalitarismo.²⁵ Popper desconstrói os mecanismos intelectuais - do método historicista - que geram o totalitarismo. Após realizar a desconstrução desse mecanismo, que passaremos a expor, surge concomitantemente a proposta do método racionalista crítico, que será desenvolvido no capítulo II. Esse será condição para a sua tese política.

²⁴ Popper exemplifica essa tese citando o caso de um padre que apoiava o regime de Stalin na Rússia; o padre dizia que a comunidade atlântica era imoral e anticristã. Para o filósofo, essa postura não é ruim em si, ou mesmo hipócrita; na verdade, a sua condenação moral é sincera. O que cegou foi o fervor ético.

²⁵ Nesse momento histórico, existe um forte conflito entre democracia liberal e totalitarismo (O'HEAR, 1997, p. 268, 287). Popper percebe essa tensão entre liberalismo e totalitarismo. E sua estratégia para sair dessa tensão parece assemelhar-se à de Platão em *A República*, na qual o pensador inicia por refutar a concepção amplamente aceita pela sociedade - a concepção de justiça, e somente depois de desconstruir esse conceito passa a expor sua tese sobre justiça. Podemos observar esse mesmo comportamento em Popper. Primeiro, refuta o método que é o cerne da política refutada, e só depois expõe sua proposta. Por conseguinte, Graham MacDonald, em *Os Fundamentos do Anti-historicismo*, diz: "ao atacar o historicismo, Popper estava claramente motivado por seu próprio interesse em remover o suporte intelectual para tal política revolucionária".

A desconstrução das bases totalitárias, oriundas do método historicista, é a contribuição de Popper para combater o totalitarismo. A essa ação que será exposta, chamou de seu "esforço de guerra".²⁶

²⁶ Sobre a contribuição de Popper, Baudouin diz que as ideias do filósofo foram introduzidas na França por volta de 1974 e obteve um êxito, "devido ao descrédito espetacular das ideologias de caráter totalitário." O pensamento popperiano corrobora o "renascimento impetuoso das ideias liberais" a ponto de alguns estudiosos defenderem que o seu pensamento era a "própria gênese do renascimento liberal" (BAUDOUIN, 1989, p. 11).

2

AS BASES TEÓRICAS PARA A POLÍTICA

Neste capítulo, apresentaremos a base da filosofia política de Popper. Na primeira parte, será apresentada a crítica ao historicismo e as questões que ele suscita. Na segunda, o racionalismo crítico.

2.1 O TERMO HISTORICISMO

O termo “historicismo” foi, possivelmente, utilizado pela primeira vez em 1881, no estudo de Karl Werner sobre Vico. Em um sentido lato, o termo historicismo é entendido como o preceito de que a história pode ser contada em termos de princípios fixos, que explicam as mudanças sociais. O conhecimento desses modelos permite-nos, não só, compreender o passado, mas também prever o futuro. Também é possível entender historicismo como a ideia de que todo aspecto da vida social somente poderá ser compreendido no contexto histórico em que ocorreu. Ainda podemos entender por historicismo a concepção de que cada momento da história é uma revelação e uma relação com Deus. Outra característica surge por volta dos séculos XIX e XX, o da autenticidade da ciência histórica.

Tais pensamentos são diversos e, dialeticamente, opostos. No entanto, Popper tem outra compreensão particular a respeito do termo historicismo.

Denominei por "historicismo" a teoria de que existe um plano na história, seja ela teísta ou antiteísta. A minha utilização deste termo foi severamente criticada por alguns. Contudo, as críticas parecem-me sem valor, pois dependem da teoria errada de que os nomes ou termos têm importância. De fato, o termo de "historicismo" nada mais é do que um rótulo que utilizei como um modo conveniente de falar sobre várias teorias ligadas entre si, que eu estava a explicar e a debater (POPPER, 1998, p. 164).

No capítulo I, seção que aborda o pensamento e as críticas de Popper a Marx, vimos que Popper não aborda estritamente as teses de Marx ao falar do marxismo, mas sim, de forma generalizada, utiliza o termo marxista sem uma preocupação com o rigor da palavra. Por conseguinte, percebemos que o filósofo mantém essa atitude em relação ao termo historicismo.

2.2 O TERMO TOTALITARISMO

A expressão totalitarismo foi criada na década de 1920 por cientistas políticos, a fim de caracterizar o fascismo italiano e o nazismo alemão, e caracterizava a teoria política que o governo utilizava para controlar a vida dos indivíduos, sem que estes o controlassem. O Estado se identifica com a vida dos cidadãos. E existe a fusão dos poderes legislativo e executivo dos regimes. Tom Bottomore expõe seis características dos regimes:

Uma ideologia totalizadora; um partido único, comprometido com essa ideologia; uma polícia secreta numerosa, bem organizada e de grande penetração; e três tipos de controle monopolista - das comunicações em massa, das armas operacionais e de todas as organizações, inclusive as econômicas (BOTTOMORE, 1988, p. 382).

Por outro lado, o fenômeno totalitário contemporâneo, na visão popperiana, tem suas origens nas "sociedades fechadas" ou "tribais" (POPPER, 1993, v. I, p. 13). O totalitarismo, nessas sociedades, é caracterizado pelas forças mágicas que regem e determinam todos os acontecimentos. Por esse motivo, o homem não pode alterar o curso dos acontecimentos e, por conseguinte, não pode se responsabilizar pelas consequências desses acontecimentos. A respeito do totalitarismo, Popper sustenta que "aquilo que atualmente chamamos totalitarismo deriva de uma tradição tão antiga ou tão moderna como a própria civilização" (POPPER, 1993, v. I, p. 13).

Platão é considerado, por Popper, o precursor do totalitarismo contemporâneo. Entre outros aspectos da filosofia que leva Popper a essa conclusão, está a tese da construção da Cidade Feliz, desenvolvida em *A República*, na qual faz-se uma distinção de classes sociais: trabalhadores, guardiões e governantes. Essa tese é capaz de explicar as principais tendências da evolução histórica.

Essa teoria platônica, de acordo com Popper, é precursora do totalitarismo e do racismo contemporâneos, já que Platão afirma que a classe dos governantes deve se manter pura: "A raça dos guardiões deve manter-se pura" afirma o filósofo (em defesa do infanticídio) ao desenvolver o argumento racista, tantas vezes evocado por ele" (POPPER, 1993, v. I, p. 67).

No que se refere a essa visão popperiana sobre o racismo e o totalitarismo presentes em Platão, Crespigny afirma: "Quando Popper descreve Platão como um racista, deixa uma brecha escancarada entre

as propostas platônicas de um preparo deliberado de governantes e as atrocidades genocidas do hitlerismo" (CRESPIGNY, 1982, p. 154).

Hegel, por seu turno, resgata o pensamento totalitário de Platão, segundo Popper. Conceitos como historicismo e totalitarismo podem ser um tanto vagos, na teoria popperiana, por isso visamos a esclarecê-los. Embora Popper não veja uma contribuição no esclarecimento do significado das palavras, pois considera algo menor, que até mesmo animais poderiam aprender os sentidos das palavras, resumindo a um passatempo filosófico. Assim, diz: proclamei a futilidade de definições durante trinta anos e refutei a superstição de que devemos definir as nossas expressões quando queremos ser exatos. Tenho procurado combater a influência desta superstição especialmente em filosofia política, mas sem resultado. Os filósofos políticos continuam a encher páginas sobre páginas com o confronto de definições. Há pouco tempo, por exemplo, foi publicado um livro sobre o totalitarismo, no qual se comparavam e punham em confronto cerca de quatorze definições de “totalitarismo”, entre elas uma que me foi atribuída, embora eu fosse criticado numa nota de rodapé “porque nunca definiu totalitarismo claramente (cf. POPPER, 1994, p. 721).

2.3 AS RELAÇÕES ENTRE HISTORICISMO E TOTALITARISMO

O totalitarismo contemporâneo, segundo Popper, procura adequar-se ao projeto político marxista no âmbito cultural e político, após a Segunda Guerra Mundial, cuja base teórica é o historicismo.

A proposta política de Karl Popper consiste em evitar o totalitarismo. Assim, a sua crítica inicial ao historicismo faz parte de seu projeto maior, que é a crítica ao totalitarismo. Embora sua crítica não se fixe em autores específicos, se dirige contra o método historicista.¹

Para a construção da crítica ao historicismo e, por conseguinte, ao totalitarismo, Popper faz uma distinção entre as teorias de forma um tanto maniqueísta². De um lado, coloca os maus, representados por Heráclito, Platão, Aristóteles, Hegel, Marx, o cristianismo institucionalizado, o fascismo e o nacionalismo; do outro, estão os bons, os quais Popper defende, como: Xenófanes, Péricles, Sócrates, o cristianismo primitivo, as teorias políticas liberais da Revolução Francesa e as teorias liberais posteriores. Todos os filósofos do primeiro grupo, de acordo com Popper, são defensores do historicismo no que se refere ao plano epistemológico e metodológico. Por conseguinte, seu equivalente no plano filosófico e político é o totalitarismo; ambos são movimentos políticos reacionários, apresentando uma conexão entre historicismo e totalitarismo. Por isso, os dois serão criticados. No plano metodológico, substituindo o historicismo, entrará o racionalismo crítico; no plano político, substituindo o totalitarismo, teremos o liberalismo (POPPER, 1982, p. 63).

¹ É possível questionar se Popper prova a relação entre o totalitarismo e o historicismo e seus seguidores. É difícil mensurar até que ponto isso ocorre, pois Popper, em *A Miséria do Historicismo*, reconstrói as teses historicistas a fim de refutá-las. O próprio título da obra tende a fazer uma alusão pejorativa em relação à obra de Marx *Miséria da Filosofia*. Contudo, nas duas primeiras partes da *Miséria do Historicismo*, que se dedicam à doutrina antinaturalísticas e naturalística do historicismo, são feitas apenas três citações de Marx. Na terceira e quarta partes da obra, Popper desenvolve sua crítica epistemológica a essas doutrinas historicistas e discute principalmente com K. Mannheim, J. S. Mill e A. Comte - nessa ordem identifica-os como: anti-naturalista e naturalista. No entanto, não esclarece em qual categoria Marx se enquadra.

² Tal distinção maniqueísta é também vislumbrada por Bouveresse (BOUVERESSE, 1986).

O filósofo sustenta que o totalitarismo existiu na Grécia Antiga. Sobre o embate entre os defensores da sociedade fechada e os defensores da sociedade aberta, afirma:

Quando dizemos que nossa civilização ocidental procede dos gregos, devemos compreender o que isso significa. Quer dizer que os gregos começaram para nós aquela grande revolução que parece, ainda, estar no início: a transição da sociedade fechada para a aberta (POPPER, 1993, p. 191).

O totalitarismo, segundo o autor, possui raízes nesse modelo de sociedade fechada, que o historicismo tenta reconstruir. Ao dedicar o primeiro volume de *A Sociedade Aberta e Seus Inimigos* a Platão, deseja demonstrar a oposição entre a Sociedade Aberta e a Sociedade Fechada. Isso parece ser, na interpretação popperiana, o principal choque político de seu tempo, que teve início na Grécia Antiga.

A diferença entre Sociedade Aberta e Sociedade Fechada está na disposição ou recusa do indivíduo em assumir a responsabilidade dos seus atos. Na Sociedade Aberta, não há um referencial que assegure uma determinada atitude como a melhor; a decisão por uma ou outra atitude é pessoal. Por sua vez, na Sociedade Fechada, os tabus supostamente impostos por divindades sobrenaturais garantem a moralidade das ações. Essa atitude da sociedade fechada é, segundo o pensador austríaco, responsável por inúmeros males.

2.4 O HISTORICISMO NAS CIÊNCIAS NATURAIS E SOCIAIS

Em *A Miséria do Historicismo*, obra que consagra a crítica ao método historicista, é afirmado que a discussão epistemológica das teses

historicistas tem o ponto central na possibilidade de se transferir o método das Ciências Naturais para as Ciências Sociais. Conforme o posicionamento que cada autor historicista toma nessa discussão, é classificado por Popper como naturalista ou anti-naturalista. Os naturalistas, ou positivistas, seriam os que defendem que as ciências sociais devem utilizar-se do método das ciências naturais e os anti-naturalistas, os que negam essa posição. De acordo com o filósofo vienense, essa querela, a saber, se as Ciências Sociais devem ou não adotar os mesmos métodos das Ciências Naturais, tem um erro basilar, que está na concepção que seja de fato o método das Ciências Naturais. Assim, ele afirma que o fato de um estudioso dos métodos aderir a doutrinas antinaturalísticas ou naturalísticas, ou adotar uma teoria que as combine, dependerá largamente das concepções que tenha acerca do caráter da ciência em exame e acerca de seu objeto. E a atitude que assuma estará também na dependência da maneira como veja os métodos da Física. (cf. POPPER, 1982, p. 6).

Assim, é lembrado que o interesse dos homens por questões sociais e políticas não é posterior ao interesse sobre a cosmologia e a física. No entanto, as ciências naturais, a partir de Galileu e Newton, desenvolveram-se mais do que as ciências sociais. Para Popper, essa estagnação das ciências sociais não existiu sempre; com Platão e Aristóteles, elas obtiveram maior avanço que as ciências naturais.

Atualmente, percebemos que as ciências sociais pararam de progredir na mesma proporção das ciências naturais, mas ambas podem

avançar no conhecimento, de acordo com Popper³. Se isso não está ocorrendo, deve-se à atitude da sociedade fechada, cujo método utilizado é o historicista. Neste momento, pode-se conjecturar se a sociedade fechada é responsável pelo atraso nas ciências sociais, países como os Estados Unidos que vivem uma sociedade aberta deveriam experimentar um avanço na área da ciência social comparável ao da ciência física. Entretanto, Popper crê que os Estados Unidos, entre outros países, estão desfrutando um avanço maior comparado a outros países. Apesar de o pensador se deter em exemplos de conquistas tecnológicas e econômicas, no âmbito social ele se vale da conquista da liberdade intelectual para mostrar avanços.

Adverte Popper que os historicistas não reconhecem a impossibilidade lógica de antecipar algo que somente saberemos depois. Não admitem o uso do mesmo método em ciências naturais e sociais. Defendem que existem grandes diferenças entre duas áreas do saber: ciências sociais e ciências naturais; essas diferenças impossibilitam a adoção de um mesmo método de pesquisa. Tais diferenças são dadas pela relatividade da história. Para Popper, não podemos falar em uma lei econômica que se encaixe em todos os tempos e em todos os lugares, como pede o historicismo. É nessa concepção que, segundo Popper, está o erro dos historicistas, pois o filósofo defende a unidade do método científico nas ciências teóricas.

Embora faça distinção entre:

³ A tese de Popper sustenta que todas as ciências, quer sejam naturais ou sociais devem usar o mesmo método. Assim diz: "proporei uma doutrina de que todas as ciências teóricas ou generalizadoras se valem de um só método, sejam elas Ciências Naturais ou Ciências Sociais (POPPER, 1982, p. 102).

Ciências teóricas e Ciências Históricas (entre, por exemplo, sociologia ou teoria econômica ou teoria política, de um lado, e História social, econômica e política de outro). [...] Trata-se da distinção entre o interesse por leis universais e o interesse por fatos particulares (POPPER, 1982, p.112).

Popper afirma que o método científico é aplicado a todas as ciências teóricas, as quais devem “descobrir e submeter a teste leis universais”, enquanto nas ciências históricas esse método pode ser aplicado, mas com limitação, pois a história se ocupa dos fatos particulares e seus enunciados devem ser singulares. Antes de expor o método científico proposto por Popper a todas as ciências teóricas, veremos por quê ele nega o historicismo chamado de naturalista. Essa doutrina afirma, e até certo ponto Popper a subscreve, que o êxito da Física está na possibilidade de observação dos seus eventos previstos e explicados. Tal observação é base para aceitar ou rejeitar uma teoria proposta. Por conseguinte, quando falamos do êxito em sociologia, esse consiste em corroboração da previsão. Apesar de inicialmente Popper concordar com essa ideia, não concorda com o desenvolvimento dessa maneira de ver⁴. Assim, as ciências históricas têm a tarefa, segundo Popper, de:

⁴ Argumenta que as previsões das Ciências Naturais seriam de certo modo de curto alcance, enquanto as previsões históricas seriam de longo alcance. Popper inicia essa questão expondo a afirmação supostamente historicista da impossibilidade de exatidão nas Ciências Sociais: "Ainda que as revoluções possam ser previstas pelas Ciências Sociais, essas previsões não serão exatas; haverá margem de erro quando a pormenores e quanto à ocasião" (POPPER, 1982, p. 31). A resposta de Popper a essa inexatidão das Ciências Sociais ocorre, porque a previsão ao ser reconhecida pela sociedade pode alterar ou induzir os acontecimentos da previsão. Popper caracteriza essa ação de "efeito Édipo" (POPPER, 1982, p. 14). As previsões de longo alcance ou "antecipações de longo escopo", como chama Popper (POPPER, 1982, p. 31), teriam o mesmo caráter das previsões astronômicas. Os historicistas, segundo o filósofo, a partir da separação entre dinâmica e estática, fundamentam os argumentos a fim de propor a formulação de leis históricas. A sucessão de períodos históricos seria explicada pela dinâmica a partir do estudo das forças contrárias. Por conseguinte, a estática sendo apenas um desdobramento da dinâmica explicaria o porquê de não ocorrerem mudanças. Sendo assim, a partir do estudo da dinâmica, seria possível a formulação das leis da mecânica nas Ciências Naturais e a formulação de leis

Descrever, em sua peculiaridade ou exclusividade, ocorrências de interesse [...] em certa ocasião, um acontecimento será encarado como típico, isto é, encarado do ponto de vista da explicação causal; em outra oportunidade, será enxergado como único (POPPER, 1982, p. 114).

A história, para Popper, não pode buscar leis universais, deve ser seletiva, partir de um ponto que lhe ofereça interesse, e seguir o método das ciências naturais, porque é logicamente impossível à história abarcar tudo, sob pena de ser avassalada por uma torrente de elementos sem significado e sem relação. (cf. POPPER, 1982, p. 117).

A história possível é como em *Guerra e Paz*, de Tolstoi. Toma-se partido por um interesse, não se limitando à descrição de fatos, mas interpretando e explicando as relações causais; para Popper, as interpretações são importantes na medida em que apresentam um ponto de vista. Tal "ponto de vista" é dado por um processo seletivo de interesses. Não é suscetível a teste; por isso é impossível saber se haverá corroboração ou não da hipótese. A esse ponto de vista seletivo, Popper denomina "interpretação histórica" (POPPER, 1982, p. 118).

O progresso das ciências sociais, segundo o filósofo, está na possibilidade de escolher racionalmente entre teorias competitivas. A escolha será pela "teoria que contém mais informações empíricas, ou conteúdo; que é logicamente mais forte; que tem maior capacidade explicatória e poder de previsão; e que, portanto, pode ser testada mais rigorosamente" (POPPER, 1994a, p. 243).

históricas nas Ciências Sociais (POPPER, 1982, p. 33). Os enunciados históricos, na visão popperiana, são particulares e singulares. Assim, não é possível existir lei histórica, tampouco ritmos da história. Aceitar os enunciados históricos, como leis universais, é pretender encontrar "...a ordem invariável da grande cadeia de causas e feitos" (POPPER, 1982, p. 84) essa ideia é oriunda de um método equivocado das Ciências Naturais.

A compreensão historicista da história se engana, de acordo com o pensador austríaco, por não perceber que tais interpretações não são teorias. E como o interesse da história sempre foi a luta pelo poder, as interpretações são determinadas pelo enfoque do poder⁵. Assim, ao aceitar interpretações como teorias verdadeiras, os historicistas concluem que "toda a História" é a história da luta de classes (POPPER, 1982, p. 118). Não reconhecem que existe uma pluralidade de enfoques possíveis; a luta de classes pelo poder é apenas uma das possibilidades.

Por conseguinte, Popper define seu entendimento do historicismo como:

Uma forma de abordar as Ciências Sociais que lhes atribui, como principal objetivo, o fazer predição histórica, admitindo que esse objetivo será atingível pela descoberta dos "ritmos" ou dos "padrões", das "leis" ou das "tendências" subjacentes à evolução da História (POPPER, 1982, p. 6).

O historicismo, segundo o pensador, provém de um ponto de partida errado; acredita que é possível fazer um planejamento e anteceder seus resultados. Mais: parte do pressuposto de que a evolução humana pode ser objeto de predição mediante o descobrimento de leis históricas inexoráveis. Entretanto, o curso da história humana está fortemente influenciado pelo progresso dos nossos conhecimentos; e não podemos predizer os fatos, os métodos racionais e científicos que teremos no futuro. Assim, a crença dos historicistas num destino histórico é pura superstição, uma vez que não é possível predizer quais

⁵ Sobre isso, Popper diz: por que foi escolhida a história do poder e não por exemplo, a da religião ou da poesia? São diversas as razões. Uma é a de que o poder os afeta a todos e a poesia apenas a alguns. Outra é que os homens estão inclinados a adorar o poder (POPPER, 1993, v. II, p. 266).

serão os nossos conhecimentos no futuro. Caso fosse possível antecipar nosso conhecimento, ele não estaria no futuro, mas nos pertenceria. Por conseguinte, não podemos prever qual será o curso da história humana:

Se o conhecimento humano cresce, não há como antecipar hoje o tão somente saberemos amanhã. [...] nenhum previsor científico - seja um homem de ciência ou máquina de calcular - tem como antecipar, utilizando métodos científicos, os resultados que futuramente alcançará. Tentativas em tal sentido só dão resultado após o evento, quando já é demasiado tarde para previsão; só dão resultado quando a previsão do futuro se faz previsão do passado (POPPER, 1982, p. 3).

Na visão historicista, de acordo com Popper, o homem aparece como um instrumento quase insignificante dentro de um quadro geral do desenvolvimento humano, pois, acreditando na possibilidade de predição do futuro, os representantes importantes no cenário histórico não são os homens, mas as grandes nações e os grandes líderes que seriam capazes de interpretar o significado global, e, assim, prever todas as evoluções pelas quais a humanidade passaria e ministraria conselhos práticos acerca das decisões políticas que podem ter êxito ou que estão destinadas ao fracasso. Objetivando refutar a tese de que a função das Ciências Sociais consiste em fazer predições do futuro, Popper elabora uma diferenciação entre as previsões proféticas e tecnológicas. Assim, explica as formas de predição com um exemplo; suponhamos que se façam previsões: a) prever um tufão; b) prever um tufão com velocidade e lado que virá. O exemplo "a" é chamado de previsão profética, pois a partir dessa informação nada podemos fazer

para abrandar os danos causados pelo fenômeno. No exemplo "b", com as informações obtidas, podemos fazer algo, nos proteger; essa previsão e chamada tecnológica (POPPER, 1982, p. 36). Para defender a tese de que as leis das Ciências Sociais devam ser previsões tecnológicas, o filósofo se vale do questionamento a respeito do que seja uma explicação causal. Essa explicação visa prever a ocorrência de eventos particulares.

A predição ocorre quando são enunciadas as leis que causam a ocorrência.⁶

Sendo o método historicista não válido e conduzido por pessoas e Estados com interesses e escusos, seus resultados conduzem a sociedade a um grande mal - o impedimento da sociedade aberta e o favorecimento da sociedade fechada, que crê na predição histórica da cidade ideal.

⁶ Assim explica Popper por meio deste exemplo: "podemos dizer que temos uma explicação causal do rompimento de um fio (de certo material) se descobrirmos que esse fio só poderia suportar um peso de um quilo, mas que um peso de dois quilos foi nele pendurado. Analisando essa explicação causal, notamos que dois tipos de elementos se acham envolvidos. (1) Algumas hipóteses que assumem o caráter de leis universais da natureza. No presente exemplo, algo como: 'Para cada fio de determinada estrutura s (fixada pelo material de que ele é feito, pela espessura, etc.), há um peso característico p tal que o fio se rompe quando nele se pendura um peso maior do que p', e 'Para cada fio com estrutura s1, o peso característico é de um quilo'. (2) Alguns enunciados específicos (singulares) - as condições iniciais - relativas ao particular evento em pauta. No presente exemplo, teríamos dois enunciados: 'este é um fio de estrutura s1 e 'O peso pendurado neste fio era um peso de dois quilos'. Há, portanto, dois diferentes tipos de enunciados que, juntos, conduzem a uma explicação causal completa: (1) Enunciados universais, que têm caráter de leis naturais; e (2) enunciados específicos chamados 'condições iniciais', que dizem respeito ao caso especial em tela" (POPPER, 1982, p. 96). As previsões dessa natureza são condicionadas, ou seja, para que um evento ocorra, são necessárias certas condições iniciais. Nesse tipo de predição, é permitido o teste de teorias, caso a experiência comprove que em certas condições iniciais obtêm-se certos efeitos, assim ela está corroborada. Desse modo, para que uma lei seja testada, é preciso que sejam formuladas todas as condições iniciais importantes que a lei será válida. Enfim, a diferença entre previsões tecnológicas e profecias está no teor das condições iniciais. Na profecia, as condições iniciais sempre ocorrem e não podem ser alteradas. Enquanto, na previsão tecnológica, as condições estão passíveis de alterações. O historicismo, além de delimitar um número de condições iniciais, acredita que essas condições sempre ocorrerão. A partir dessa crítica, Popper afirma que as previsões das Ciências Sociais devem ter o caráter tecnológico, ou seja, devem propor reformas institucionais que permitam a ocorrência de certas condições iniciais, para assim haver as mudanças desejadas na sociedade. Para Popper, o historicismo, além de não proceder do ponto de vista epistemológico, acarreta problemas éticos, uma vez que não realiza o prometido.

Assim, o historicismo, ao favorecer a crença na predição histórica da sociedade ideal, nos conduz ao modelo de sociedade fechada dirigida por forças ocultas. Tal atitude retira nossa responsabilidade, já que a história se torna a instância moral que julga o bem e o mal. De acordo com Popper, esse destino histórico leva ao fortalecimento dos Estados e seus ditadores. Afinal, são eles que fazem tais predições históricas. Assim, as guerras e os conflitos anunciados pelo historicismo são encarados como se a história fosse traçada e revelada por Deus.

Para o filósofo austríaco, tal posição é insustentável, tanto do ponto de vista racionalista, humanista, como também do cristão. Afirmar que a história foi escrita por Deus é blasfêmia, e tal predição foi dada "sob orientação de generais e de ditadores, pelos professores de história". Isso acarreta um modelo totalitário de administração por parte de quem detém o poder da interpretação histórica (POPPER, 1993, p. 266).

O historicismo retira do homem sua responsabilidade em construir o sentido da vida, bem como a consciência de julgamento do mundo, deixando tudo à mercê da força inerente à história. À razão humana, cabe apenas ajudar a concretizar, amenizando a "dor do parto". Os homens tornam-se impotentes e meros comparsas de uma força maior, econômica e de classe, que tem sua lógica interna e exclui as ações dos indivíduos (POPPER, 1993, v. II, p. 179).

Para Popper, essa é uma atitude irracionalista e totalitária. A única atitude racional, e mesmo cristã, em relação à história, segundo o pensador, é o reconhecimento de nossa liberdade e de que "somos nós os responsáveis por ela, no mesmo sentido em que somos responsáveis

pelo que fazemos das nossas vidas, e de que só nossa consciência nos pode julgar, e não o nosso sucesso terreno” ⁷ (POPPER, 1993, p. 266).

O historicismo, como foi dito anteriormente, nega a ação do homem e, ao mesmo tempo, sustenta que deve acontecer a ditadura do proletariado até a obtenção do Estado sem classes, por meio da revolução e destruição total do modelo vigente. Assim, Popper afirma que os historicistas não compreendem que toda política de longo prazo é institucional e gradual, não revolucionária. Equivocam-se ao acreditar que, resolvido o problema econômico das classes exploradas, estará resolvido o despotismo. Ledo engano: para Popper, uma ditadura do proletariado é tão nefasta quanto a da burguesia; acreditar na resolução dos problemas sociais a partir de quem governa é um erro já cometido por Platão com a ideia do Rei-Filósofo. Além do mais, nada garante que a nova classe detentora do poder ficará unida sem conflito de interesses, como profetiza o Marxismo.

Popper afirma que as conclusões de Marx não “decorrem de suas premissas”; a "exploração não desaparece necessariamente com a burguesia", (POPPER, 1993, p. 39) "não há qualquer razão válida para que os indivíduos que formam o proletariado mantenham a sua unidade de classe depois de cessar a pressão da luta contra o inimigo comum” (POPPER, 1993, p. 138).

⁷ A esse respeito, Baudouin afirma: “Karl Popper está em dívida para com a Reforma Protestante por ter lembrado ‘que somos nós, tu e eu, que carregamos a responsabilidade do mundo’. E para com Kant, por ter mostrado que o ‘homem é livre não por ter nascido livre, mas porque tem, desde o início, a incumbência de decidir livremente’ (BAUDOUIN, 1989, p. 48).

O problema torna-se maior após a ruptura com o sistema vigente, pois o que decorrer dessa ação não é fruto de uma decisão moral dos homens, mas de uma predição histórica.

Como argumentamos alhures, os problemas metodológicos do historicismo elucidados por Popper trazem propostas que reivindicam uma ruptura total com a antiga doutrina historicista que, entre outras características, tem o holismo como ponto arquimediano.

O problema da visão holista está no excesso de otimismo, achar que é possível uma mudança tão grandiosa que se instaure o "paraíso na terra". Essa expectativa não se realiza, gera descontrole da situação e a ação política é substituída pela arbitrariedade mística⁸.

É preciso, pois, pensar uma teoria política em que o papel do Estado não seja buscar a felicidade absoluta do paraíso, mas desempenhar seu verdadeiro papel na política, que é amenizar os males da sociedade.

Assim, a teoria política liberal de Popper busca refutar a ideia de que o comunismo ou o socialismo são as únicas possibilidades para substituir o capitalismo. E sustenta:

Nem Marx nem ninguém demonstrou jamais que o socialismo, no sentido de uma sociedade sem classes, de uma "associação na qual o livre desenvolvimento de cada um é a garantia do livre desenvolvimento de

⁸ A visão holista do historicista, de acordo com Popper, acredita que a sociologia não deve proceder de maneira atomística, mas sim holista, pois os objetos estudados pela sociologia não podem ser entendidos como simples agregados de pessoas, já que são mais do que simples somas de relações pessoais. Assim, nunca os grupos sociais são completamente explicados, quando simplesmente se juntam os elementos. No historicismo, a engenharia utilizada para resolver problemas é chamada por Popper de engenharia holista ou utópica. Ela almeja grandes revoluções e obtém, na verdade, grandes fracassos. De acordo com Popper, pretende-se o impossível, a saber, entender, explicar e mudar o todo. A engenharia holista tem caráter sempre público e nunca privado, pois pretende a remodelação de toda a sociedade, ao contrário da engenharia gradual proposta por Popper, que tem caráter privado (POPPER, 1982, p. 55).

todos", constituiu a única alternativa possível à exploração implacável desse sistema econômico (POPPER, 1993, v. II, p. 139).

Como pode ser o socialismo ou o comunismo a única saída ao capitalismo? A história nos mostra que o sistema *laissez-faire* acabou, mas não foi substituído por um sistema socialista ou comunista, como profetizou Marx⁹.

Posto isso, questiona-se: Platão, Hegel e Marx não são racionalistas? São, mas o racionalismo deles é uma "herança bastarda" da razão; em contrapartida, a proposta de Popper traz a "herança legítima da razão" (PERONA, 1993, p. 121).

A atitude racional legítima, para Popper é a discussão crítica. Entretanto, sua teoria depende da atitude racional para fundamentar-se, mas concomitantemente é, também, um argumento a seu favor.

Em suma, a atitude racional se opõe ao totalitarismo que, para ele, é um sistema político cujos ordenamentos, medidas e decisões políticas se legitimam apelando à autoridade divina e à vontade das tendências históricas. O objetivo das ciências sociais não é descobrir leis do desenvolvimento histórico, mas tornar a história uma fonte de informação das experiências passadas para, a partir disso, construir

⁹ Popper diz que não existem apenas duas alternativas à política, mas ele apresenta apenas uma de forma categórica. "Estou perfeitamente de acordo com a opinião de que não devemos perder o nosso tempo a contemplar a perpetuação de um mundo muito insatisfatório. Mas a alternativa não é necessariamente a de contemplar o advento profetizado de um mundo melhor, ou de ajudar ao seu nascimento através da propaganda, e de outros meios irracionais...". O que Popper sugere é "... um desenvolvimento de uma tecnologia para aperfeiçoamento imediato do mundo em que vivemos o desenvolvimento de um método para uma engenharia social gradual para a intervenção democrática..." Quanto a essa observação, Popper diz: "... se as coisas não puderem ser melhoradas através da razão, seria então, na verdade, um milagre histórico ou político se as forças irracionais da história por si sós produzissem um mundo melhor e mais racional" (POPPER, 1993, v. II, p. 142).

predições sobre quais as melhores reformas das instituições e das tradições.¹⁰

A proposta popperiana consiste na adoção do método crítico nas ciências naturais e, por conseguinte, do método crítico nas ciências sociais, ligado às previsões dadas pela tecnologia, substituindo as previsões proféticas. Por conseguinte, a engenharia holista será substituída pela engenharia fragmentária. Termos como tecnologia e engenharia fazem parte da proposta política, e serão desenvolvidos no capítulo III.

Enfim, o historicismo para Popper é fonte para arbitrariedades e totalitarismo, por isso objetiva refutá-lo. Acredita que Hegel o ressuscitou a fim de configurar o fenômeno totalitário do pós-guerra, ao qual Marx agregou a ideia utópica de reino da liberdade e da paz.

Sintetizando: no primeiro capítulo, abordamos a conjuntura histórica que leva Popper a refutar o historicismo. No segundo, expusemos suas ideias a respeito do historicismo, o qual culmina com a necessidade do racionalismo crítico, cuja análise apresentaremos a seguir.

2.5 RACIONALISMO CRÍTICO

Compreendida a crítica ao historicismo, surge a necessidade de expor o racionalismo crítico que forma, com a primeira, as bases para a proposta política de Popper. Sua crítica tem como alvo o racionalismo

¹⁰ Os termos instituições e tradições desempenham um importante papel na teoria política, por isso, serão novamente abordados no capítulo III.

historicista - tal como em Marx. A referida crítica aborda dois aspectos: o epistemológico e o ético.

No entanto, são importantes os fundamentos do racionalismo crítico, o qual está fundado na sua teoria do conhecimento e método científico. Tendo isso como princípio, Popper critica as atitudes que considera não racionalistas e, por fim, será abordado o seu racionalismo crítico propriamente dito.

2.6 A TEORIA DO CONHECIMENTO

A respeito das fontes do conhecimento, Popper sustenta que a maior parte dos nossos conhecimentos provém não de nossas observações, mas sobretudo de outras fontes, como li num jornal ou na enciclopédia. Mas, tanto os conhecimentos adquiridos em livros ou pela observação, apresentam parcialidades.

Cada testemunha fará sempre uso, no seu relato, do conhecimento de pessoas, lugares, coisas, uso linguísticos, convenções sociais etc. Jamais se limitará apenas ao que seus olhos viram e ao que seus ouvidos ouviram, especialmente se seu relato tiver alguma utilidade para justificar uma afirmativa de importância (POPPER, 1994b, p. 51).

Sendo assim, o problema das fontes do conhecimento podem ser vários, mas nenhum tem autoridade, porque sempre revela parcialidade e seleção na descrição do fenômeno. Isso pode ser melhor compreendido na explicação da teoria holofote.¹¹

¹¹ Diz Popper: "O que o holofote torna visível dependerá da sua posição, da orientação que lhe dermos e da sua intensidade, cor, etc.; embora também dependa, em larga escala, das coisas iluminadas por ele. Similarmente, uma descrição científica dependerá, em ampla medida, do nosso ponto de vista, dos nossos interesses, que estão, em regra, relacionados com a teoria ou a hipótese que pretendemos testar;

Essa explicação não poderá ser entendida como uma defesa da relatividade, já que, para Popper, nenhuma teoria é definitiva, apenas nos ajuda a selecionar fatos. Essa seleção da descrição se torna, em certo sentido, "relativa". Mas apenas no sentido de que podemos apresentar um ou outro ponto de vista, mas não afeta, diz Popper, "a questão da verdade ou da falsidade da descrição; a verdade não é "relativa". Essa visão seletiva da ciência é também estendida à história (POPPER, 1994a, p. 257).

O filósofo sustenta, ainda, que devemos abandonar a ideia das fontes últimas do conhecimento, já que todo conhecimento humano "se mescla com nossos erros, preconceitos, sonhos e esperanças; o que podemos fazer é buscar a verdade, mesmo que ela esteja fora do nosso alcance" (POPPER, 1994a, p. 58).

Nessa busca da verdade, deve existir um rigor. Assim, é proposto um método para a ciência, que tem como uma de suas características a necessidade do critério de falseabilidade nas teorias.

2.7 O MÉTODO CIENTÍFICO

2.7.1 O CRITÉRIO DE FALSEABILIDADE

Toda pesquisa inicia-se por problemas e a solução está na elaboração de hipóteses que visam respostas (POPPER, 1994 a, p. 247). No entanto, tais hipóteses devem ser provadas por meio de análise das hipóteses e vendo se as consequências se confirmam com a proposta inicial.

mas também dependerá dos fatos descritos. Na verdade, poder-se-ia dizer que a teoria ou a hipótese constitui a cristalização de um ponto de vista" (POPPER, 1994a, p. 256).

Se as expectativas das hipóteses não forem confirmadas, elas estarão falseadas; do contrário, serão confirmadas. A teoria deve ser falseada pelos fatos. Caso isso não seja possível, ela não será científica. Para o filósofo "Se a observação mostrar que o efeito previsto definitivamente não ocorreu, a teoria é simplesmente refutada: ela é incompatível com certos resultados passíveis da observação" (POPPER, 1994a, p. 66).

Assim, teorias que não assumem riscos de serem falseadas não são consideradas científicas.¹² O que Popper chama de falseabilidade é uma "consequência do método crítico da procura do erro. A postura científica e a postura crítica. É a postura da procura do erro" (POPPER, 1994b, p. 58). Entretanto, não podemos entender o critério de falseabilidade com o de verificabilidade como condição para que a teoria tenha sentido. Afirma Popper: "Procurei mostrar que a verificabilidade leva a uma limitação totalmente errada da ciência; isso porque até mesmo as leis das Ciências Naturais não são verificáveis" pois as possibilidades a serem verificadas são inúmeras (POPPER, 1994b, p. 58).

Diante da constante iminência de que as teorias científicas sejam falseadas, o objetivo da ciência não é o de buscar verdades últimas, mas alcançar teorias mais verossímeis. Popper entende por verossímeis as teorias que mais se aproximam da verdade ou que explicam mais¹³.

Na busca de teorias que explicam mais, Popper sustenta que o método para avançar no conhecimento não é o de acúmulo de

¹² É o caso da astrologia que, segundo Popper, faz interpretações e profecias que não explicam nada que venha a refutá-la.

¹³ Seção 2.10.

informações, mas o de seleção das informações. Para o pensador austríaco, aprendemos com os nossos erros, mas mais do que isso, avançamos no conhecimento de uma teoria para outra. Esse método científico, diz, "consiste em uma sequência de sistemas dedutivos cada vez melhores. [...] a ciência deve ser vista como o desenvolvimento de um problema para outro - problemas cada vez mais profundos" (POPPER, 1994a, p. 247).

2.7.2 O MÉTODO CIENTÍFICO NA FILOSOFIA POLÍTICAS

Com base no conceito de método científico, surgem os primeiros elementos da filosofia política de Popper. No seu texto *O que é dialética?*, desenvolve-se uma crítica ao método das Ciências Sociais, que, segundo o filósofo, está pautado no conceito moderno de dialética usado por Hegel.¹⁴ Dentro do método científico, segundo Popper, não é possível, como querem os dialéticos, nem uma produção necessária da "síntese" nem a preservação necessária dos aspectos positivos da "tese" e da "antítese" (POPPER, 1994b, p. 27). Além disso, a dialética se resume à

¹⁴ Popper reconstrói o conceito da dialética hegeliana desta maneira: "é uma teoria que afirma que algo - o pensamento humano, por exemplo - se desenvolve de uma forma caracterizada por meio das três fases ditas dialéticas: tese, antítese e síntese. Em primeiro lugar existe uma ideia, teoria ou movimento, que se pode denominar tese. Esta tese muitas vezes suscitará oposição, porque, como a maioria das pessoas deste mundo, terá um valor apenas restrito e apresentará pontos fracos. A oposição, ou movimento contrário, será denominada antítese, pois se dirige contra a primeira afirmação, a tese. O conflito entre tese e antítese durará até se conseguir encontrar uma solução que, em certo sentido, decorra da tese e da antítese, precisamente em razão do reconhecimento das suas desvantagens devido à tentativa de preservar os valores positivos de ambas e de evitar as deficiências. Esta solução - a terceira fase, portanto - será designada como síntese. Porém, logo que se alcançou esta síntese, ela pode por sua vez tornar-se o primeiro passo de um novo processo dialético ternário, o que acontecerá quando a síntese alcançada se revelar unilateral ou então insatisfatória, pois, nesse caso, suscitará de novo uma posição, o que significará que a síntese passará agora a ser designada como uma segunda síntese" (POPPER, 1994b, p. 27).

banalidade do tautológico ou, ainda é uma teoria que permite justificar tudo. Enquanto não for falseável, ela escapa à prova da experiência.

Com base nesse argumento, Popper, em *A Miséria do Historicismo*, elabora a crítica ao holismo e ao historicismo, uma vez que suas provisões não são científicas – devido aos problemas abordados na seção destinada a esse tema. Mas é, principalmente em *A Sociedade Aberta e seus Inimigos*, que o filósofo sai da crítica metodológica para a crítica da ideologia presente no historicismo, e suas consequências políticas e morais.

2.8 A ATITUDE RACIONAL

O racionalismo crítico funda-se no princípio do método científico de tentativa e erro das hipóteses, na abertura ao debate. No entanto, cabe esclarecer o que é a atitude crítica racional.

A atitude crítica racional está fundamentada na análise das possíveis consequências de uma escolha que se faz. Para o filósofo,

Uma análise racional das consequências de uma decisão não torna a decisão racional; não são as consequências que determinam as nossas decisões; somos sempre nós que decidimos. Mas uma análise das consequências concretas, e a sua clara compreensão através do que chamamos "imaginação" estabelece a diferença entre uma decisão cega e uma decisão tomada de olhos abertos (POPPER, 1993, p. 2291).

A análise racional deve usar a imaginação para evitar descrever, de modo muito concreto, o sofrimento do homem, e evitar especulações abstratas acerca de condições ideais. Essa atitude racional e imaginativa das consequências morais, tem

certa analogia com o método científico, porquanto também na ciência não aceitamos uma teoria abstrata pelo fato de ser convincente em si mesma. Pelo contrário, decidimos aceitá-la ou rejeitá-la depois, de termos investigado as consequências concretas e práticas, que podem ser mais diretamente comprovadas pela experimentação. Mas há uma diferença fundamental. No caso de uma teoria científica, a nossa decisão depende dos resultados das experiências. Se estas confirmarem a teoria, poderemos aceitá-la, até encontrar outra melhor. Se contrariarem a teoria rejeitamo-la. Mas no caso de uma teoria moral, apenas podemos confrontar as suas experiências com a nossa consciência (POPPER, 1993, v. II, p. 229-30).

O racionalismo de Popper tem como princípio a argumentação teórica e a experiência. Ele tende a recusar a ideia de que as escolhas devem estar pautadas em argumentos absolutamente racionais:

A atitude racionalista é caracterizada pela importância que atribui à argumentação e à experiência. Mas nem a argumentação lógica nem a experiência podem estabelecer a atitude racionalista, pois só quem estiver disposto a considerar a argumentação e a experiência, e portanto já tiver adotado essa atitude será sensível a elas. Isto é, a que adaptar primeiramente uma atitude racionalista, para que a argumentação ou a experiência sejam efetivas, pelo que não pode, por consequência, basear-se na argumentação ou na experiência (POPPER, 1993, v. II, p. 227).

Em *A Lógica da Pesquisa Científica*, a discussão racional e a atitude crítica possuem a mesma natureza. Defende-se, também, a existência de um mesmo método que perpassa toda discussão racional, quer seja nas Ciências Naturais ou na Filosofia. Diz o filósofo: "Estou pronto a admitir a existência de um método que possa ser chamado de "o método da Filosofia". (POPPER, 2000, p. 536). Não é ele, porém, característico da filosofia; é, antes, o método de toda discussão racional e,

consequentemente, tanto das Ciências Naturais como da Filosofia. Esse método tem como característica enunciar claramente o problema e examinar, criticamente, as várias soluções propostas

A tentativa de fundamentação da atitude racional, por meio do método racional, a saber, a constante análise crítica das propostas, poderá levar a uma regressão infinita visando a alcançar a fundamentação final. Ou, ainda, poderá assumir uma atitude dogmática para pôr fim à sucessão infinita de argumentações.

Para responder a essa dificuldade de encontrar a medida do limite na discussão racional, Popper reconstrói o trilema de Fries, o qual, por meio da fundamentação da razão, pode nos levar a um dogmatismo (ou seja: aceitar certos enunciados preestabelecidos), ou a uma regressão infinita de causas últimas (sustentar, por exemplo, que todos os enunciados devem ser justificados, assim terão justificação infinita pois em cada justificativa há enunciados que devem ser fundamentados), ou, ainda, a um psicologismo, (buscar fundamentar os enunciados na evidência das experiências dos cientistas). (cf. POPPER, 2000, p. 99-100).

A propósito da possibilidade de fundamentação da razão no trilema de Fries, Popper sustenta uma resposta que nos mostra uma impossibilidade de uma fundamentação absoluta dos argumentos racionais. Essa constatação, diz o filósofo, levou muitos a descreditarem da razão, "mas não há motivo para desesperar da razão" (POPPER, 1993, v. II, p. 236).

A fim de sair dessa dificuldade, de fundamentar a razão, Popper aponta o racionalismo crítico, e responde ao trilema da seguinte maneira: A fundamentação do conhecimento encerra a união dos três

termos apontados no trilema. Sendo assim, alguns enunciados são simplesmente aceitos como básicos¹⁵. Entretanto, esses enunciados básicos são sempre passíveis de revisão. Essa revisão poderá mostrar que eles necessitam de justificação. Mas isso não implica regressão infinita, pois, ao aceitar um enunciado como básico para todos, ele se torna o ponto de partida.

Finalmente, no que se refere ao psicologismo, Popper esclarece: "Admito que a decisão de aceitar um enunciado básico e dá-lo por satisfatório está casualmente relacionada com as nossas experiências" (POPPER, 2000, p.113). Contudo, o filósofo afirma que essas evidências são impositivas, como os enunciados básicos, funcionando como um muro na mesa para findar a discussão.

Então, o que determina o que precisa ser justificado pela argumentação e pela experiência e dado pelo grau de aceitação ou recusa dos cientistas (POPPER, 2000, p. 114).

Popper vê uma certa dificuldade nesse grau de aceitação de uma justificativa racional. Mas acredita que ela se fundamenta, em última instância, numa fé irracional na razão:

Reconheço o fato de que a atitude racionalista fundamental se baseia numa decisão irracional, ou numa fé na razão. Em consequência, nossa escolha está aberta. Somos livres de escolher alguma forma de irracionalismo, mesmo alguma forma radical ou compreensiva. Mas também somos livres de escolher uma forma crítica de racionalismo, que francamente admita

¹⁵ Por enunciados básicos, Popper entende os enunciados "em que nos detemos, que decidimos aceitar como satisfatórios e como suficientemente aprovados pelas provas, tem, reconhecidamente, o caráter de dogmas, mas apenas na medida em que desistimos de justificá-los por argumentos outros ou por outras provas" (POPPER, 2000, p. 112).

suas limitações e sua base numa decisão irracional (POPPER, 1993, v. II, p. 235).

A interpretação racionalista de Popper parece implicar esses princípios racionais, por eles não poderem ser definitivamente fundamentados. Quer seja pela razão ou pela experiência, são aceitos como não problemáticos, permitindo, assim, o desenvolvimento do conhecimento racional. Caso contrário, a cada nova discussão seria necessária a interminável discussão de todos os fundamentos do conhecer, o que de certa maneira impediria o progresso do conhecimento. Para melhor compreender o racionalismo crítico de Popper, é preciso também compreender o racionalismo que ele refuta.

2.9 CRÍTICAS AOS RACIONALISMOS

A concepção racional em pauta acredita que a sociedade somente pode ser conhecida em seu todo; os homens são apenas parte do sistema. Por conseguinte, toda análise feita em partes do objeto, assim como as ações parciais, terão respostas erradas. O racionalismo criticado argumenta que não existe realidade isolada; a ação só é possível em conjunto; toda reforma parcial está condenada ao fracasso (POPPER, 1982, p. I7).

Para alcançar a mudança total referida, é necessária uma técnica, à qual Popper chamou de utópica.¹⁶ O controle é exercido por uma

¹⁶ O utópico para Popper é o "dogmático e não crítico. O utópico nos coloca um objetivo demasiado alto, parte do pressuposto óbvio e intuitivamente convincente de que este objetivo é sempre certo, belo e bom, e, quanto maior seu objetivo, menos ele está em condições de se ver realizado" (POPPER, 1994, p. 52). Percebemos que Popper não entende por utópico o que não pode ser realizado, mas sim um método que a priori estabelece

instituição representante do todo: o Estado. Essa ação pretende resolver todos os problemas sociais de forma global e definitiva.

Esse é o racionalismo que Popper refuta, o qual Perona chama de bastardo; é um racionalismo que engana a si mesmo, que constrói utopias irrealizáveis e destrói tudo ao redor para se efetivar.¹⁷

As utopias, segundo Karl Popper, são produto do racionalismo extremado. Geralmente, as propostas utópicas não cogitam a possibilidade de estarem erradas, são intransigentes. Essa postura pode levar à violência, já que, se duas ou mais propostas existem, e nenhuma cogita a possibilidade de estar errada, para prevalecerem, usarão qualquer recurso. Cada qual "tentará simplificar os problemas, eliminando diferenças individuais, tentará controlar e padronizar interesses e crenças por meio da educação e propaganda" (POPPER, 1982, p. 71).

A visão utópica traz consigo o holismo e o totalitarismo; e parte do pressuposto de que existe algo na sociedade que extrapola o limite privado e que deve ser pensado pelo Estado.

O conceito de totalitarismo se reafirma nos fenômenos nazista e fascista, que se opunham à ordem liberal burguesa. O marxismo, por sua, também se opôs à burguesia e ao liberalismo. Destarte, nazifascistas e marxistas, independentemente de suas diferenças

minuciosamente o projeto da cidade ideal. A tese utópica opõe-se à proposta popperiana de análise crítica da sociedade.

¹⁷ Perona afirma que Popper diante das propostas de Hegel e Marx, expoentes do historicismo metodológico e político, apresenta sua própria alternativa, a qual ele supõe ter a herança legítima da razão. Primeiramente, Popper constrói a proposta no plano metodológico e epistêmico, e logo o extrapola (veremos até que ponto ou em que medida isso ocorre) no plano social e político (PERONA, 1993, p. 121) Ver seção 2.12.

ideológicas, concordavam com abolir as instituições democráticas liberais e buscar mudanças totais, que reafirmem existência de um interesse coletivo que deva preceder os interesses individuais.

A crítica de Popper a esse pensamento é radical; é o que fica claro ao definir o totalitarismo moderno como “um episódio da perene revolta contra a liberdade e a razão” (POPPER, 1982, p. 68). Popper percebe diferenças ideológicas entre o fascismo e o marxismo, por preservar esse último um impulso humanitário e racional. A crítica popperiana ao totalitarismo começa pela tese de que não é possível conhecer a totalidade e, tampouco, agir sobre ela, porque:

Pretendendo estudar uma coisa, somos levados a concentrarmos em alguns de seus aspectos. Não nos é possível observar ou descrever uma porção integral do mundo ou uma integral porção da natureza; em verdade, nem o menor dos todos pode ser descrito como todo, pois qualquer descrição é necessariamente seletiva (POPPER, 1982, p. 61).

A atitude totalitarista, além de não ser crítica, confunde conceitos como "todo". No primeiro sentido, a palavra "todo", segundo Popper, aparece como “a totalidade das propriedades ou dos aspectos de uma coisa e, especialmente, a totalidade das relações que unem suas partes constitutivas”; e a segunda ideia de "todo", que foi vastamente estudada pela teoria da Gestalt, inclui "especiais aspectos ou propriedades da coisa em tela, a saber, aqueles que fazem apresentar-se como estrutura organizada e não simples amontoados". Nesse segundo contexto, a ideia de todo é mais do que a "soma de suas partes" (POPPER, 1982, p. 61).

A partir dessa distinção, Popper argumenta que só é passível de estudo o todo no segundo sentido. Entretanto, ambos, mesmo sendo

mais ou menos imediatos ou abstratos, são na verdade parciais, porque somente podemos ter acesso ao real de forma seletiva, e nunca será possível abarcar o todo, quer seja nas Ciências Sociais ou nas Ciências Naturais.

Em consequência da impossibilidade de abarcar o todo, o controle total de uma sociedade se revela ele próprio também impossível, ou seja, sempre que tentarmos controlar as relações sociais, criaremos a partir dessa ação novas relações sociais, que vão exigir um novo controle. Por conseguinte, essas relações gerarão outras e, assim, até o infinito.

Por outro lado, além de a teoria totalitária pretender estudar o todo, que é impossível, também pretende reconstruí-lo. Essa reconstrução social engloba "relações sociais, inclusive as pessoais - as de mãe e filho [...] por múltiplas razões; é impossível controlar todas ou 'quase' todas essas relações" (POPPER,1982, p. 63).

A centralização informativa dessas relações, que são contingentes e infinitas, verifica-se, do ponto de vista lógico, impossíveis de serem controladas. Por extensão, o engenheiro utópico terá de executar ações que não estejam previstas, e isso leva ao conhecido fenômeno do planejamento não planejado.

Para Popper, o problema dos fatos imprevistos é dado pelo desconhecimento do que fazer diante deles. Em contrapartida, no planejamento gradual, estamos preparados para uma reação previamente analisada.

O fator humano, segundo Popper, é impossível de ser controlado e previsto. Na tentativa de contê-lo, surge a necessidade de "moldar" homens e mulheres para a nova sociedade planejada que se pretende.

Essa moldagem dos homens os impossibilita de julgar, se a empreitada utópica obteve "êxito" ou "insucesso" (POPPER, 1982, p. 36).

Caso não nos adequemos a essa sociedade, "tão somente se dirá que ainda não estamos aptos a nela viver, que seus impulsos humanos" requerem melhor organização. Nesses termos, sem a possibilidade de testes e julgamento, desaparece a possibilidade de afirmar que um método científico esteja sendo utilizado.

É impossível fazer um planejamento ideal global, pois o único saber de que dispomos provém de experiências parceladas e, quanto aos modelos utópicos que possamos elaborar, nós não dispomos de meios para testá-los e saber o seu valor.

O utópico responde, talvez, que não pode precisamente aprender a não ser praticando, a título de experiência, para depois conquistarmos as mudanças globais. Essa visão é errada, porque o saber que se adquire pelas experiências fragmentadas já é muito importante.

De outra parte, dado que uma mudança radical deve causar necessariamente grandes sofrimentos, o experimentador utópico será obrigado a silenciar pela força as críticas e se privará de uma fonte fundamental de informações. Sem condições de definir cientificamente o ideal, o utópico se reduz à fé religiosa e, para triunfar, à incapacidade de argumentar, ele só pode recorrer à violência (POPPER, 1993, v. II, p. 221-22).

A violência que, para Popper, é um mal em si mesmo, só pode se perpetuar, não somente em razão do ciclo que indefinidamente desencadeará, mas porque, com o tempo, mesmo aqueles que no início eram partidários da utopia podem mudar de opinião e, com tal mudança

de opinião, será necessário silenciar as suas críticas que, porventura, surgirão. Torna-se necessário um regime autoritário que impeça o povo de escolher e falar.

O utópico aceita mais facilmente a violência, porque privilegia as glórias prometidas para o futuro em detrimento da realidade do presente. Está pronto para sacrificar sem escrúpulos as "gerações de transição", em função de um objetivo que não se sabe bem quando chegará, se está perto ou longe. Sobre isso, Popper diz que não podemos ver uma situação social como "um meio para atingir um fim". Encarar esse sofrimento como passageiro para um bem melhor é um erro, visto que todas as gerações são passageiras: todos têm o mesmo direito a serem levados em conta. Mas nossos deveres imediatos referem-se, sem dúvida, à atual geração e à próxima. Além disso, não devemos procurar aliviar a desgraça de uns à custa da felicidade de outros.

Popper vê implícito no projeto utópico uma forma de ditadura, essa com que muitos filósofos sonharam, e onde o governante seja sábio. Para o filósofo vienense, essa é a pior forma de regime, o despotismo esclarecido impede o povo de exprimir seus desejos e de formular suas críticas. Com a impossibilidade da crítica, a ação do governo é, de certa forma, impossibilitada. Isso porque, diz Popper, "o melhor dos ditadores, não tendo mais critérios para determinar a validade de suas ações, não pode evitar erros, e, o mais grave, não pode percebê-los, tampouco corrigi-los, e jamais o governante poderá saber se o povo está feliz" (POPPER, 1982, p. 61).

Enfim, o utopismo deve ser atacado dentro do seu próprio princípio: o ideal de uma cidade perfeita. O ideal do dever ser de uma

sociedade não pode ser alcançada pela política, uma vez que ela não deve visar a uma perfeição; tentar isso é um golpe contra a própria felicidade dos indivíduos. É um ideal que desconhece o fato de que o homem não pode controlar todas as contingências dos seus atos. Cada ação tem, ao mesmo tempo, os efeitos calculados e os efeitos imprevisíveis. Não pode existir sociedade perfeita, assim como não pode existir o fim da história (POPPER, 1982, p. 61-2).

O pensador utópico tem a certeza de possuir a verdade. Pensa ser possível superar o estágio da contínua correção das hipóteses. Porém, com essa crença, ele retrocede para aquém do Estado de correções que pretendia superar. Considerando a falibilidade humana, quem quer que se prive da possibilidade de descobrir seus erros, priva-se também da possibilidade de aprender e de obter algum êxito.

A ciência padece da falibilidade humana, tal como qualquer outro empreendimento humano. Mesmo se fizermos o possível por descobrir os nossos erros, não poderemos ter a certeza que os nossos resultados estejam certos e eles poderão mesmo não ser verdadeiros. Mas podemos aprender com os nossos erros: grandes cientistas mostraram-nos como transformar a nossa falibilidade em conhecimento conjectural (POPPER, 1991, p. 17).

Em oposição ao método utópico, Popper propõe uma política fragmentária, cujo objetivo não é o bem ideal, mas a eliminação de erros, por meio do racionalismo crítico. Sustenta que o método racional em tecnologia social é o de proceder fragmentariamente. Isto é, resolvendo um problema de cada vez, previamente selecionado. Deve-se evitar grandes mudanças, para facilitar a avaliação dos resultados obtidos por meio de testes. Somente uma política fragmentária permite a

comparação dos resultados. Isto é: caso sejam falsos os resultados obtidos, comparados aos resultados esperados, é possível a alteração.

A referida política exige uma mudança de entendimento sobre a função da política na sociedade, pois o ideal utópico entende a política como capaz de realizar a felicidade. Mas a ação política deve se desvincular do destino do sonho. As razões que fundamentam essa troca de expectativa, da ação utópica para a ação gradual tecnológica política, são muitas. Por exemplo: a felicidade é sempre hipotética, enquanto o sofrimento é indiscutível. Ninguém está plenamente de acordo com qual seja a felicidade, enquanto se pode chegar mais facilmente a um acordo sobre quais os males que prioritariamente devem ser eliminados. A esse respeito diz,

... não é assim tão difícil ficar de acordo quanto às reformas sociais mais urgentes. É muito mais fácil chegar a esse acordo do que a um acordo sobre a forma ideal da vida social. Pois os males encontramos-os no meio de nós aqui e agora [...] em relação ao bem ideal, o caso é outro. Ele é abstrato: só o conhecemos pelos nossos sonhos ou através dos sonhos dos nossos poetas e profetas. Esses ideais não podem ser discutidos, mas sim anunciados em alta voz. O primeiro pede juízes imparciais e racionais o segundo apóstolos irracionais apaixonados (POPPER, 1994b, p. 10).

A crítica do filósofo ao racionalismo historicista aponta uma falha metodológica, decorrente da impossibilidade de seu objetivo: a sociedade ideal. Assim, devemos abandonar esse objetivo, típico de sociedades fechadas, que pretende antecipar os problemas e superá-los completamente. O racionalismo político de Popper opõe-se a essa visão.

Para o pensador, é impossível evitar o surgimento de novos problemas, uma vez que as necessidades e a realidade dos homens mudam constantemente. Por isso, devemos resolver problemas reais e urgentes. A pretensão de eliminar todo sofrimento faz retornar tanto o sofrimento como o erro. É necessário buscar todos os dias resolver os problemas em função da sua urgência sem procurar antecipá-los, sabendo que seu desaparecimento total é impossível. Por exemplo: diante do problema da exploração dos trabalhadores, na teoria de Popper, é melhor um aumento de salário do que uma elaboração de leis ideais que regulamentem o trabalho e a produção. Isso vai contra o sonho místico da Cidade Feliz, preconizada por Platão. Ter a consciência da impossibilidade do absoluto é a chave para o verdadeiro progresso. Entretanto, a impossibilidade do absoluto não leva à crença na pluralidade da verdade.

Após essa abordagem do racionalismo crítico popperiano, pretendo buscar elementos em seu pensamento que vinculem esse racionalismo crítico a seus princípios éticos, que mostram a impossibilidade de tais valores serem substituídos por outros, pois é por esses princípios éticos que as ações políticas devem se pautar. A importância do vínculo entre o racionalismo crítico e seus princípios éticos será mostrada no capítulo III, no qual analisarei os valores éticos de Popper, relacionando-os à sua proposta racional crítica e às consequências dessa relação, no que se refere ao princípio de que a verdade não é alcançada por meio de nossas fontes de conhecimento e, por isso, estamos em uma busca constante.

2.10 ASPECTOS ÉTICOS NO NACIONALISMO CRÍTICO

A proposta de Popper é a busca da abertura ao diálogo, ao método de ensaio e erro, ao conjecturar e refutar. Isso deve ser compreendido como produto da tradição socrática da tolerância, mas não como alguma espécie de pluralismo, já que "a verdade é uma".

Essa tolerância é uma atitude moral que devemos tomar e que é fundamental para o pensamento. Tudo se funda na perspectiva da "fé na razão", que implica uma abertura ao diálogo, sem nenhum tipo de pluralismo da verdade. A fé na razão, de acordo com Mariano Artiagas (*Lógica y Ética*), é uma certeza metafísica que fundamenta o pensamento de Popper e que culmina com suas conhecidas questões epistemológicas.

O princípio ético mostra-se fundamental em Popper. É o que está por trás de expressões como "talvez eu possa estar errado e você certo"; e a caracterização de sua atitude como uma "fé irracional na razão" (POPPER, 1993, v. II, p. 234). Expressões como essas mostram o laço íntimo e a mútua dependência entre sua concepção de verdade e os princípios éticos, ou seja, valores que são fundamentais, e não estão abertos a questionamentos. Popper afirma: "Eu posso estar errado e você certo". Em outro texto, *Tolerância e Responsabilidade Intelectual*, diz: "não matarás nunca em nome de uma ideia". Essa frase vai além da primeira; o imperativo moral não matarás é claro e contundente, não permite ambiguidade (POPPER, 1995a, p. 210).

A impossibilidade da pluralidade ou relatividade em Popper é corroborada, também, por Artiagas. Este diz que a origem da

epistemologia e do pensamento moral se encontra fora de qualquer relativismo. A ausência de relatividade nos valores éticos nos remete à sua conjuntura histórica:

O comunismo é um credo que promete a concretização de um mundo melhor. Diz basear-se em conhecimento: conhecimento das leis do desenvolvimento histórico. Eu ansiava por um mundo melhor, menos violento e mais justo, mas tinha dúvidas quanto, a saber - o que se invaginava ser conhecimento podia não passar de ilusão [...] eu aceitava um credo perigoso; aceitava-o sem crítica, dogmaticamente. A reação principiou por tomar-me crítico, depois que isso acontecesse num período curto, passei a combater todos os tipos de racionalismo [...] é terrível a gente admitir que possuía uma espécie de conhecimento que transformava em dever arriscar a vida de terceiros em prol de um dogma acolhido sem crítica [...] era particularmente aterrador em se tratando de intelectuais, de pessoas que sabiam ler e pensar (POPPER, 1982, p. 40-1).

Entre outros motivos, Popper torna-se antimarxista. Posteriormente, toma contato com a teoria de Einstein, e tal contato vem a corroborar sua visão da necessidade da crítica das teorias, uma vez que Einstein defende que a melhor sorte para um físico é se sua teoria abrir caminhos para outras teorias. Segundo Popper, para Einstein:

Não pode haver melhor destino para uma teoria física do que abrir margem para uma nova teoria mais ampla, na qual sobreviva, como caso limite'. Entretanto, o que mais me impressionou foi a explícita asserção de Einstein, de que consideraria insustentável a sua teoria caso ela viesse falhar em provas (POPPER, 1982, p. 44).

Essa atitude serviu como estímulo a Popper para o espírito da autocrítica, da busca sincera pela verdade, da tolerância. Com efeito, a teoria de Einstein implicava a ocorrência necessária de um fato observacional. A não conferência desse fato teria refutado o próprio Einstein, refutado sua teoria. A teoria teria sido refutada, ao contrário das teorias não falibilistas, nas quais não existia nada que pudesse ser refutado¹⁸. Essa é justamente a intuição por trás do falibilismo popperiano. Destarte, afirma, a luz devia ser atraída pelos corpos pesados (como o Sol), exatamente como ocorria com os corpos materiais. Calculou-se, portanto, qual a luz proveniente de uma estrela distante, cuja posição aparente estivesse próxima ao Sol, alcançaria a Terra de uma direção tal que a estrela pareceria estar ligeiramente deslocada para longe do Sol. O mais impressionante neste caso é o risco envolvido numa predição desse tipo. Se a observação mostrar que o efeito previsto definitivamente não ocorreu, a teoria é simplesmente refutada (cf. POPPER, 1994a, p. 65-6).

O filósofo argumenta que, atualmente, a teoria de Einstein fornece melhores respostas do que a de Newton. Entretanto, isso não implica afirmar que ele defenda um relativismo; uma tem um grau de corroboração maior do que outra.

Os resultados da ciência continuam a ser hipóteses que podem ter sido bem testadas, mas não provadas; quer dizer, não foi demonstrado que sejam verdadeiras. Claro que podem ser verdadeiras. Mesmo que

¹⁸ Ver seção 2.7.1.

não o sejam, são hipóteses ótimas, abrindo caminho a outras melhores (cf. POPPER, 1981, p. 17).

Assim sendo, uma teoria falsa pode ser inexata e pode estar mais próxima da verdade do que outra:

Suponhamos que são agora 11 e 57 minutos; então, a afirmação de que faltam 5 minutos para as 12h é simplesmente inexata. Contudo, aproxima-se mais da verdade do que se afirmasse que faltam 10 minutos para as 12 horas ou que são 12h e 10 minutos (POPPER, 1994^a, p. 70).

Creio que é nesse sentido de aproximação da verdade que Popper defende que as democracias liberais se aproximam da melhor resposta política, quando interpreta suas ações e compara com a política dos demais países.

A proposta de Karl Popper sobre a possibilidade do conhecimento se aproxima de outra visão: para Kant, é por meio da razão que se é moral. Acredito que Popper assume essa posição; já que tudo o que é dado pela razão será melhor do que outra forma. Mas tal postura parece não ver que outros homens são diferentes em opinião e modo de vida.

Defende que todos nós aceitamos muitas coisas sem espírito crítico, certos de que a crítica sobre esses princípios é desnecessária. Mesmo cientistas, quando tentam sair da superficialidade e dos seus preconceitos, não são exceções à regra (cf. POPPER, 1993, p. 214).

Critica que a libertação do raciocínio do homem não decorre de uma análise sociológica, não é possível sair de disparates ideológicos tentando se colocar em um pedestal intelectual como se fosse possível

compreender, socioanalisar e expurgar os seus dislates ideológicos. (cf. POPPER, 1993, v. II, p. 217).

A única maneira de superar esses preconceitos e dogmas do conhecimento é por meio da objetividade científica, que está ligada ao método científico. Popper define a objetividade científica como a intersubjetividade do método científico.

2.1.1 A OBJETIVIDADE DO CONHECIMENTO NO RACIONALISMO CRÍTICO

É importante o "caráter público do método científico", que consiste na possibilidade da análise profunda por qualquer pessoa que se dispuser a analisá-lo. Não aceita uma tese pela convicção plena do cientista de que ela é "intocável", científico é criticar tudo. Independentemente do quão notável for o expoente intelectual da tese. Ela deve convencer pelo seu argumento e rigor, e não pelo personagem que fala.

Expor a tese à "experiência", isto é, à experiência de caráter público, implica a tese de que não deve ficar em um debate privado, como se fosse dado por uma "experiência estética ou religiosa". A experiência pública permite que as teorias possam ser testadas a fim de serem confirmadas ou refutadas.

A objetividade consiste em que qualquer um, após o entendimento da teoria, possa julgá-la por si mesmo. Popper percebe que, mesmo adotando o método da objetividade científica, alguns podem chegar a "juízos parciais ou até sinuosos". Mas isso não invalida a tese da objetividade na ciência, porque "podemos considerar a ideia de que é

mais desejável caracterizar a ciência em função dos seus métodos do que dos seus resultados" (POPPER, 1993, p. 214-15).

Com ênfase no método científico, desqualifica uma teoria do critério de ciência, se esta não se adequar ao método proposto por ele, mesmo quando verificada empiricamente. É o que concluímos com este exemplo:

Suponhamos que o vidente "viu" um livro científico que na altura não podia ser produzido por um cientista [...] se fosse submetido na época a apreciação de cientistas competentes seria descrito como parcialmente incompreensível e parcialmente fantástico; assim teremos que dizer que o livro do vidente não era, quando foi escrito, uma obra científica, dado que não era o resultado do método científico (POPPER, 1993, v. II, p. 215).

Essa forma de conhecer poderá estar certa, mas não possui método científico, porque ninguém pode se inteirar da tese para pô-la em teste e julgar se é falseável.

A objetividade não é constituída pela imparcialidade do cientista, mas sim pelo "caráter social ou político do método científico [...] no resultado desta objetividade da ciência socialmente ou institucionalmente organizada" (POPPER, 1993, v. II, p. 216).

A imparcialidade científica não será dada pela clareza do nosso ponto de partida ou dos pressupostos. Digamos que esses sejam purificados à luz da experiência e somente assim podemos rever nossos pressupostos e corrigi-los gradativamente a cada teste e exposição das teorias, isto é, quando falseável ou refutada pelo método empírico.

O argumento de Popper, sobre a descoberta de Einstein em relação aos nossos preconceitos no que se refere ao tempo, nos esclarece sobre o referido método empírico.

Einstein não se lançou à descoberta de preconceitos; nem sequer tinha a intenção de criticar as noções de espaço e de tempo. O seu problema era um problema concreto da física, a reformulação de uma teoria que se desmoronara em virtude de várias experimentações que, à luz dessa teoria, pareciam contradizer-se mutuamente. [...] compreendeu que isso significava uma teoria falsa. E verificou que se alterasse num ponto que até então fora considerado por todos como evidente em si mesmo e, portanto, escapara à atenção, então a dificuldade poderia ser removida. Por outras palavras, limitou-se aplicar os métodos da crítica científica e da invenção e eliminação de teorias, o método de ensaio e erro. Mas este método não implica o abandono de todos os nossos preconceitos; pelo contrário, só podemos tomar consciência do fato de que tínhamos um preconceito depois de nos libertarmos dele (POPPER, 1993, v. II, p. 216-17).

2.1.2 O RACIONALISMO CRÍTICO NA POLÍTICA

As teorias nas ciências sociais ainda não conseguiram desenvolver o método científico da crítica proposto por Popper. Segundo ele, a única possibilidade para o progresso das ciências sociais e, por conseguinte, da política, é buscar a objetividade científica. Isso se faz expondo suas teorias para que outras pessoas avalie-las.

Isso significa que não devemos criar problemas, mas enfrentar os problemas reais, adotando o método científico de ensaio e erro, válido para todas as ciências: nesse caso, as hipóteses devem ser submetidas à verificação. Em projetos sociais, faz-se necessária uma tecnologia social, cujos resultados possam ser testados:

A única via que se abre às ciências sociais é esquecerem tudo acerca dos fogos-de-artifício verbais e enfrentarem os problemas práticos do nosso tempo com o recursos aos métodos teóricos que são fundamentalmente os mesmos em fudas as ciências. Refiro-me aos métodos de ensaio e erro, de conceber hipóteses que possam ser comprovadas na prática e de as submeter a testes de verificação. É necessária uma tecnologia social cujos resultados possam ser testados por uma engenharia social parcelar (POPPER, 1993, v. II, p. 218).

A tecnologia social e a engenharia social parcelar são ideias que compõem a filosofia política de Popper. Elas permitem que os resultados das ações políticas possam ser comprovados, ou não, a partir de uma expectativa (desenvolveremos essas ideias no capítulo III).

A Sociologia parte do pressuposto de que o conhecimento no âmbito social e político difere do conhecimento exato. Isso se deve ao fato de que conhecimento e razão estão juntos da vontade e do irracional, não podendo se desvencilhar um do outro.

Contudo, acredita que o fato de o conhecimento estar junto da vontade não constitui um problema em si; ao contrário, só podemos buscar o conhecimento motivado por uma vontade. Então, essa vontade não é necessariamente um empecilho para o conhecimento. Vejamos: “nenhum cientista pode conhecer o que quer que seja sem fazer um esforço, sem se interessar” (POPPER, 1993, v. II, p. 218).

A prática não é empecilho para o conhecimento, e o desejo é importante; mesmo sendo vantajoso um distanciamento do cientista, isto não implica uma desconexão com a realidade e a prática. O preço por se afastar da prática é o de desenvolver um raciocínio complexo e sofisticado, mas inútil, que Popper chama de “escolasticismo”.

A única forma de livrar-se do irracionalismo é testando-o na prática. Essa é a “via através da qual podemos eliminar o irracionalismo da ciência social, e não qualquer tentativa de isolar o conhecimento da vontade” (POPPER, 1994b, p. 54).

A proposta equivocada das ciências sociais, segundo Popper, é fazer com que os cientistas tomem consciência das ideologias que os revestem inconscientemente. A esse respeito, sustenta que a principal dificuldade suscitada pelos preconceitos reside no fato de não haver processo direto de nos libertarmos deles. Como poderemos saber se fizemos alguns progressos nas nossas tentativas no sentido de nos libertarmos dos preconceitos?

Essa pergunta, creio, é o golpe fatal: a tentativa das ciências sociais de, por meio da autorreflexão ou autoanálise, identificar ideologias no inconsciente, de fato, é problemática, pois, se estão no meu inconsciente, não tenho acesso a elas, e ainda que tenha tal acesso, como vou saber identificar se são ideologias ou não? Se for inconsciente, não posso ter consciência para sabê-lo.

Popper considera que tal pensamento procede. Ora, caso alguém viva em uma tirania e saiba que vive nessa opressão tirânica, o fato de ter consciência disso o fará livre? É evidente que não. Assim, conclui que “não é possível atalhar caminhos para nos livrarmos das nossas ideologias [...] a autoanálise não substitui as ações das práticas necessárias ao estabelecimento das instituições democráticas, as únicas capazes de garantir a liberdade do pensamento crítico e o progresso da

ciência" (POPPER, 1993, v. II, p. 159)¹⁹. É importante lembrar que o pensamento crítico deve ser exposto ao debate, e a democracia é condição para essa possibilidade.

O termo racionalismo é utilizado em dois sentidos. Num primeiro momento, o termo inclui tanto o empirismo (experimentação, observação) como o intelectualismo (pensamento, atividade intelectual); noutro, racionalismo é uma forma de resolver problemas utilizando a razão. Sem artifícios, usando a experiência em lugar das emoções e paixões. O racionalismo parte do seguinte:

Eu posso estar errado e tu podes estar certo, com esforço poderemos aproximar-nos da verdade. É uma atitude que não renega facilmente a esperança de que pela via da argumentação e da observação cuidadosa, se possa chegar a alguma espécie de acordo sobre muitos problemas de importância, e que, mesmo quando as respectivas exigências e interesses colidem, é muitas vezes possível discutir as diversas pretensões e propostas, e obter - quiçá por arbitragem - um compromisso que, em virtude da sua equidade, seja aceitável pela maioria, se não para todos. Em suma, a atitude racionalista, ou como talvez a possa rotular, a atitude da razoabilidade é muito semelhante à atitude científica, à convicção de que na busca da verdade necessitamos de cooperação e de que, com a ajuda da argumentação, poderemos atingir a tempo algo como a objetividade²⁰ (POPPER, 1993, v. II, p. 222).

¹⁹ Essa primazia que Popper concede à ação, em detrimento da autoanálise, parece assemelhar-se ao lado ativista de Marx, que acredita mais na ação do que no discurso. Refiro-me à crítica feita por ele a Bruno Bauer, Marx Stiner e Feuerbach *na ideologia alemã*. A questão talvez seja: se a crítica de Popper ao sociologismo se assemelha à crítica de Marx ao sociologismo alemão.

²⁰ Por objetividade, compreende-se a tese de que todos possam entender e confrontá-la com a experiência.

O referido racionalismo diz que o outro tem direito a ser ouvido e de defender seus argumentos. O diálogo é um passo para a não-violência: “Não se mata um homem quando se adota a atitude de, em primeiro lugar, ouvir os argumentos dele” (POPPER, 1993, v. II, p.194).

O racionalismo proposto é científico, mas existe, nessa forma de discussão, uma distinção entre a defesa de um argumento científico, ético e o político. Porque, mesmo ouvindo o outro, não podemos argumentar e provar em favor de um determinado princípio ético, pelo fato de ele não ser parte da ciência. Diante disso, devemos assumir as responsabilidades do que optamos por fazer, quando houver envolvimento de terceiros. “É impossível provar que qualquer princípio ético está correto, ou mesmo argumentar a seu favor exatamente da mesma maneira que argumentamos em favor de uma proposição científica” (POPPER, 1980, p. 19).

O racionalismo leva à responsabilidade e à necessidade de mecanismos que assegurem a liberdade crítica necessária, pois, segundo Popper, o racionalismo se liga ao reconhecimento da necessidade de instituições sociais que projetam a liberdade da crítica, a liberdade de pensamento e, portanto, a liberdade dos homens. Está intimamente ligado à exigência política de uma engenharia social prática, que busque o sentido “humanitário”. Alerta para o fato de o mundo não ser racional, mas é tarefa da ciência racionalizá-lo. A razão que deve ser usada não é a de Platão, mas a de Sócrates, que é “consciente de suas limitações, respeita os outros, e não aspira exercer coerção sobre eles - nem mesmo para fazê-los felizes”. É condição para a efetivação do racionalismo um “meio comum de comunicação”, uma

linguagem comum à razão. É “obrigação moral” manter a linguagem clara para que todos possam entendê-la, pois sua função é possibilitar a “argumentação”, não pode ser autoexpressão do indivíduo. Essa possibilidade de clareza da linguagem é corroborada pelo fato de uma língua poder ser traduzida por outra, o que, segundo Popper, é “o reconhecimento da unidade da razão humana” (POPPER, 1980, p. 194).

Pelo visto, a posição de Popper sobre o racionalismo contempla cinco aspectos importantes: primeiro, a tolerância para ouvir a argumentação do outro; segundo, a responsabilidade que devemos assumir ao adotar uma ação; terceiro, a obrigação moral de ter um planejamento para a sociedade que deve ser humanitário, realizado pela engenharia social gradual; em quarto lugar, a linguagem clara para consolidar a argumentação e o entendimento das propostas; isso é *conditio sine qua non* para a concreção do racionalismo. Finalmente, o racionalismo tem necessidade de um “certo grau de imaginação”, para estimular a crítica.

O princípio do racionalismo guarda uma preocupação ética; funda-se em um respeito à opinião alheia e, segundo Popper, o racionalismo é mais humanitarista e igualitário do que o irracionalismo. Racionalismo e humanitarismo estão intimamente ligados; a decisão racionalista é moral e responsável, diferente da impotência de decidir diante da força da História, como quer o historicismo, aniquilando a imaginação pelo dogma (POPPER, 1993, v. II, p. 228).

No racionalismo popperiano, existe o dever de respeitar os outros homens como seres racionais; esse respeito é um ato moral, e sua supressão é um ato imoral. Assim, o irracionalismo, além de não

contribuir para uma melhoria ou progresso, é também imoral, por não reconhecer os homens como racionais. Um intelectual que desqualifica o racionalismo não está “cumprindo o seu dever para com os seus semelhantes”; demonstra uma incapacidade para compreender, a nossa era científica, [...] as forças morais inerentes à ciência moderna” (POPPER, 1980, p. 196).

Desse modo, o racionalismo não seria simplista perante os enigmas. O racionalista respeita os mistérios e sabe que pode saber pouco, e somente com muito estudo e dificuldade é que se pode avançar passo a passo. Sempre disposto a reconhecer que, por mais que se avance, é apenas um degrau para os que vierem depois. Já os irracionaisistas se satisfazem com explicações simplórias, que são, na verdade, mitos, ou seja, fazem tentativas de “racionalizar o irracional”. Teme que o termo racionalismo crítico possa levar a inferir que todas as demais formas de pensamento estejam erradas, e somente essa postura seja a correta. Mas ele diz que o racionalismo crítico deve estar na própria crítica, para que o próprio não se torne um dogmático: “se eu me considerasse um racionalista crítico, isto poderia talvez levar a um novo dogma. O principal é justamente evitar o dogmatismo; é a postura sempre crítica, até mesmo perante ela própria” (POPPER, 1994b, p. 52).

O pensador reconhece que há limites no racionalismo. Como no âmbito da ética, aqui não é possível desconsiderar a tradição, não é possível julgar um direito sem um referencial, não se pode começar a crítica do nada; deve-se começar por algo que se critique.

Assim, no campo da ética, nada impede a existência do tradicionalismo e da postura crítica; destruir a tradição para começar

de novo não garante que façamos melhor do que foi feito antes (POPPER, 1994b, p. 52).

Ao adotarmos o racionalismo crítico sobre uma teoria e, após isso, não conseguirmos encontrar uma teoria satisfatória para suceder a anterior, devemos continuar usando a teoria antiga, mas sabendo que existe um problema a ser resolvido e quais os aspectos mínimos que a nova teoria deve conter.

A razão, em Popper, distancia-se da razão como faculdade que pode ser possuída ou desenvolvida pelos indivíduos em graus muito diferentes. Concorde o autor que algumas pessoas podem ser mais inteligentes do que outras, o que acarreta vantagem na busca do conhecimento. Entretanto, não implica que pessoas com inteligência privilegiada vão sempre ter razão sobre o que afirmam. Segundo ele “homens inteligentes podem ser extremamente insensatos; podem apegar-se aos seus preconceitos e entender que não há que esperar nada dos outros que valha a pena” (POPPER, 1993, p. 223).

Sendo assim, é somente à luz da opinião pública, na interlocução com os outros, que temos acesso à razão ou à razoabilidade; não podemos superar os outros em nível de razoabilidade. Caso isso fosse possível, poderíamos pretender assumir o controle sobre os demais, devido à nossa excelência racional. ~~Com~~ isso, perderíamos nossa capacidade de razoabilidade, porque, ao deter o controle, perdemos a crítica do outro, pois é pela crítica pública da exposição das teses que podemos usar nossa razão para avançar em busca da razoabilidade, para o filósofo liberal,

Autoridade e racionalismo [...] não se conciliáveis, visto que a argumentação, que inclui a crítica, e a arte de aceitar críticas são a base da razoabilidade [...] o racionalismo é diametralmente oposto a todos esses modernos sonhos platônicos de admiráveis mundos novos, em que o desenvolvimento da razão seria controlado ou “planejado” por um superior (POPPER, 1993, p. 136).

A razão que propõe é uma razão como a da ciência, que só progride por meio da crítica; é essa que fomentará o desenvolvimento das instituições que salvaguardem a liberdade dessa crítica.

É no modelo da verdadeira liberdade de pensamento crítico que assemelha-se a Sócrates, o qual busca o conhecimento no debate, na exposição das ideias com os outros. Sabe que o conhecimento não é facilmente alcançado e possui limites. Diz que não devemos “esperar demasiado da razão, de que a argumentação raras vezes resolve a questão, embora seja a única forma de aprender - não claramente, mas ver mais claramente” (POPPER, 1993, v. II, p. 224).

O falso racionalismo, ou racionalismo bastardo, acredita na força indubitável da razão e tem a certeza do conhecimento. Mas essa razão é e algo que pertence a poucos homens; são eles que devem deter o controle, porque somente a eles a história é revelada. Tal racionalismo, para o filósofo, tem a suprema representação em Platão, que crê ser a razão um instrumento infalível, que chama de “intelectualismo autoritário” (POPPER, 1993, v. II p. 224). Afirma que o racionalismo, mesmo quando excessivo, é sempre preferível ao irracionalismo. A única forma que o racionalismo pode ser maléfico é quando se adota a “imodéstia intelectual”. Isto é, quando se duvida do potencial de

discernimento da razão, “quando tende a minar a sua própria posição, favorecendo assim uma reação irracionalista”. Diante dos perigos do racionalismo excessivo, afirma a necessidade de um racionalismo modesto, autocrítico, e a partir disso diferencia o “racionalismo crítico do racionalismo não crítico, ou compreensivo”²¹ (POPPER, 1993, v. II, p. 226).

A violência deve ser substituída pelo diálogo racional já que, sempre que o outro estiver disposto a ouvir, existe a chance de evitar a violência, mostrando que um ou outro pode estar errado.

Essas ideias foram aplicadas na sua teoria social e política popperiana. A ideia central é clara: se não podemos ter certezas definitivas, temos de respeitar a todos. Com efeito, sua defesa da democracia, da tolerância e do respeito às pessoas parte de uma crítica a todo tipo de totalitarismo e utopismo, que, segundo o filósofo, conduzem facilmente à violência e aos erros. Assim preconiza uma política prática: respeitar ao máximo a pessoa, a liberdade, a iniciativa privada, e mostrar os males reais que afligem a sociedade, tentando erradicá-los um a um, por meios concretos.

Em suma, nosso intuito ao expor o racionalismo crítico de Popper, vinculado aos seus princípios éticos, visa mostrar a impossibilidade de uma atitude crítica em respeito aos seus valores, mesmo diante de sua proposta da crítica contínua. Seus valores éticos serão confrontados

²¹ Essa passagem suscita controvérsias até mesmo entre os popperianos. Bartley defende que o racionalismo crítico deve ser auto inclusivo, isto é, incluir-se também na sua própria refutação. Outro popperiano, Watkins, nega a tese de Bartley, porque ela seria paradoxal à sua própria negação; uma teoria que inclui a priori a sua própria refutação já não pode dar origem à refutação (BAUDOUIN, 1989, p.47).

com o racionalismo crítico e sua proposta política. Esta, em parte, pretende abarcar os valores éticos e também os epistemológicos.

Concluimos, assim, o capítulo II, iniciado pelo historicismo e desembocado no método do racionalismo crítico. A partir disso, fica estruturada a base de sua teoria política, que será exposta no capítulo III. No capítulo IV retornaremos aos temas históricos e ao racionalismo crítico, a fim de analisar a existência de limites entre o racionalismo crítico e a proposta política.

3

A FILOSOFIA POLITICA DE KARL POPPER

A estrutura desenvolvida nesta obra sustenta que existe uma relação entre a teoria do racionalismo crítico e os valores éticos de Popper, assim como a existência de uma simetria entre a epistemologia e a sua teoria política.¹ A existência dessa última relação é corroborada por Júlio César Pereira:

“...as principais ideias da epistemologia popperiana: a ideia de teste, de comprovação, de verdade etc.; o primado da experiência não nos conduziu a uma concepção instrumentalista de teoria, devido ao fato do modelo de racionalidade popperiano não ser restrito a uma lógica vazia, mas ao contrário por compreender a ciência como uma manifestação da autonomia e da liberdade do pensamento, capaz de explicar a realidade e libertar o homem de crenças obsoletas e repressivas. Em que pese o aparente caráter formal da ciência, ela é um discurso capaz de conectar com a realidade sócio-política e promover a liberdade” (PEREIRA, 1993, p. 95).

A respeito da relação existente entre a epistemologia racionalista crítica e a política, Baudouin também vislumbrou isso: “Popper nunca escondeu que as máximas centrais do ‘racionalismo crítico’ valiam

¹ Estamos usando o termo ‘teoria’ em um sentido geral, não somente no sentido de teoria científica passível de testes já que Popper sustenta existência de “teorias filosóficas verdadeiras e falsas” (POPPER, 1998, p. 228). Pretendemos dar o sentido que Popper concede ao termo nesta citação: “As teorias são redes, lançadas para capturar aquilo que denominamos ‘o mundo’ para racionalizá-lo, explicá-lo, dominá-lo. Nossos esforços são no sentido de tornar as malhas da rede cada vez mais estreitas. [...] Em poucas palavras, entendo que nossa linguagem comum está cheia de teorias; que a observação é sempre uma observação à luz de teorias” (POPPER, 2000, p. 6, 62).

também para a administração das sociedades” (BAUDOUIN, 1989, p. 83)

Baudouin cita Popper e afirma:

‘Se não podemos justificar racionalmente as nossas teorias, nem sequer demonstrar o seu caráter provável, podemos criticá-las racionalmente e podemos distinguir as melhores das piores’. Para Karl Popper, a função virtuosa de crítica e de eliminação que ele atribui à investigação científica é igualmente válida para a administração da sociedade. Num caso, trata-se menos de atingir uma verdade absoluta do que de identificar os nossos erros. No outro, trata-se menos de promover um ideal abstrato da sociedade do que de curar pacientemente os males de que ela sofre (BAUDOUIN, 1989, p. 85).

Nas ciências, deve-se buscar superar as teorias, isso também deve ser feito em Filosofia, e mais especificamente, em Política. Seguindo esse princípio, Popper aponta quais seriam as melhores condições possíveis para realizar a política. Ele parte dos exemplos de países, como os Estados Unidos e a Inglaterra, que têm sua política adequada aos princípios por ele propostos, como o liberalismo. Passaremos a analisar e mostrar que também o liberalismo emerge da mesma origem que a ciência preconizada por Popper.²

3.1 OS PRINCÍPIOS DO LIBERALISMO

A filosofia liberal é sustentada no princípio fundamental de que, na relação do indivíduo com o Estado, a liberdade dele é o bem maior, que, como tal, tem preponderância sobre qualquer outro bem que possa

² A respeito dessa relação entre a epistemologia e a política popperiana, afirma Perona: “A metodologia e epistemologia e sua problemática extrapolação constituem um dos pontos fundamentais do pensamento social e político do racionalismo crítico” (PERONA, 1993, p. 121).

ser imaginado. Defender o liberalismo é defender a liberdade, uma vez que o melhor Estado no liberalismo é o que governa menos, concedendo aos indivíduos maior liberdade.

O liberalismo proposto por Popper tem raízes na Grécia antiga, assim como a sua ciência. No ensaio *Retorno aos Pré-socráticos*, faz um panegírico ao racionalismo inaugurado pelos filósofos da natureza, cujo método fez com que esses homens produzissem tanto em relação a outros povos. Posteriormente, distanciaram-se desse ideal da crítica, quando longe de fomentar a discussão crítica assumem a tarefa de divulgar uma doutrina definida e preservá-la, pura e imutável (cf. POPPER, 1994a, p.173).

A respeito de a ciência e o liberalismo terem a mesma origem em Popper, afirma Baudouin:

A ciência e o liberalismo não têm apenas uma origem comum, a emergência do pensamento crítico do século de Sócrates e de Péricles. Eles não têm apenas uma história comum que, no essencial, se resumiria ao destino caótico mas, não obstante, próspero do racionalismo crítico da Antiguidade grega até à consolidação das grandes democracias liberais do mundo ocidental (BAUDOUIN, 1989, p. 83).

Autodefinindo-se liberal, no sentido inglês do termo, pretende que o liberalismo substitua as formas totalitárias de governo. Para isso, desenvolve oito teses, que refletem os princípios liberais.

Sustentando que “O Estado é um mal necessário, cujos poderes não devem ser multiplicados além do necessário” (POPPER, 1994a, p. 382)³.

³ Com a guerra, os Estados se tornaram muito forte, isso talvez seja um dos problemas a ser superado pela teoria de Popper, que propõe um controle do poder do Estado.

A necessidade do Estado se dá porque existem pessoas fortes e fracas. Assim, as fortes poderiam prejudicar as mais fracas, uma vez que os fortes não teriam qualquer obrigação de tolerar os fracos. E mesmo que os tolerassem, os fracos teriam uma dívida para com os fortes.

Sendo assim, o Estado é necessário para proteger os homens, independentemente do fato de os homens serem bons ou maus. A fim de esclarecer a necessidade do Estado, Popper se vale da tese de Hobbes, do *homo homini lupus*. Essa necessidade pode ser provada, da seguinte forma: “mesmo se admitirmos que *homo homini angelus* - em outras palavras, ainda que admitíssemos que a suavidade e a bondade angelical das pessoas nos impede de prejudicar nossos semelhantes" (POPPER, 1993a, p. 382). Para efetivar a proteção dos homens, o Estado deve ter o maior poder entre todos os outros poderes, quer individual ou associado. Em contrapartida, devem existir instituições para impedir possíveis excessos do Estado.

O controle do Estado pelos cidadãos é de suma importância, pois, sem esse controle, o Estado pode colocar em risco a liberdade:

Pelo que devemos congratular-nos da possibilidade de existirem sempre casos limítrofes capazes de dinamizar a cena política e estimular os cidadãos a lutarem pela liberdade, pois sem essa vontade ela estará necessariamente condenada. (Esta visão desmente o pretensão antagonismo entre liberdade e segurança - garantida pelo estado, uma vez que se reconhece a improbabilidade de uma liberdade que não seja assegurada pelo Estado e, inversamente, a necessidade de o Estado ser controlado por cidadãos livres se quer garantir a adequação deste sistema de segurança) (POPPER, 1993, v. I, p. 124).

Esse controle nunca pode cometer excessos. De acordo com o pensador, existirá somente para assegurar liberdades iguais para todos os indivíduos e nunca ir além do limite necessário para atingir essa igualdade de tratamento.

Mas, a partir disso, pode surgir um questionamento sobre o limite entre o que é necessário e o que é abusivo. Tal limite é tênue, e, além disso, como poderia ser demarcado? Esse limite poderá ser dado apenas por meio de uma autoridade. Desconsidera essa objeção acerca do limite, respondendo com a prática das experiências democráticas. Elas provam que pode ser difícil, mas não impossível, alcançar a medida entre a liberdade e o crime. Exemplifica que a liberdade de movimento de teus punhos está limitada pela posição do nariz de teu vizinho.

Creio que o referido exemplo sobre a liberdade pode estar certo nos termos utilizados, mas, se trocarmos o termo “punhos”, por “terra” ou “propriedade”, se elas forem muito extensas, não sobrarão espaço para que outras pessoas possuam. Dessa forma, se o outro tiver condições de possuir grandes propriedades, nada poderá detê-lo, impedindo que outros tenham posses. Assim, mesmo Popper defendendo uma intervenção do Estado, ela estará pautada nas instituições e nas tradições. Quanto a estas, ele não é claro sobre os valores que determinarão as decisões, pois a preocupação é instaurar a democracia, deixando as consequências para serem vistas depois.

Concluimos que tal limite de liberdade pode funcionar em alguns casos. Entretanto, não assegura liberdade igual para todos. Popper alerta para o perigo de “qualquer forma de poder incontrolado”. Mas quem irá controlar essa possibilidade sobre o abuso da propriedade, já

que um dos pontos nevrálgicos do pensamento político dele é o “controle do controlador”? (POPPER, 1993, v. I, p. 127).

Um argumento que ajuda responder a essa crítica reconhece que o problema da exploração do homem por outros continua. O primeiro passo para a superação da crítica é assegurar a liberdade, ainda que formal, para depois tentar resolvê-la de fato.

Devemos compreender que o controle do poder físico e da exploração física permanece o problema político central. Para estabelecer esse controle, temos de estabelecer a “liberdade meramente formal”. Uma vez conseguido isto, e sabendo usá-la no controle do poder político, todo o resto depende de nós. [...] a democracia é o único meio conhecido para conseguir este controle (POPPER, 1993, v. II, p. 127).

Na segunda tese, Popper estabelece a diferença entre democracia e tirania. Nesta, a mudança de governo se dá mediante o uso da violência; naquela, de maneira oposta.

A terceira tese sustenta a ideia de que a democracia em si mesma não realiza nenhum benefício aos indivíduos, apenas proporciona uma situação que permite aos indivíduos agir com alguma organização.

A quarta tese diz que optamos pela democracia não porque esteja sempre certa, mas porque tem mostrado historicamente ser menos nefasta em relação aos outros regimes. Se um país que tenha democracia opta por uma tirania, isso mostra apenas que esse país não tem uma tradição democrática e não soube concretizá-la. Isso não implica ser a melhor opção. Na quinta tese, é ressaltada a importância das tradições de debate, da crítica que um povo tem para a eficácia das instituições democráticas.

A sexta tese diz que o Estado, tal como o vemos, pode ser melhorado por meio de reformas políticas. Afirma que, caso a revolução ocorra, isto é, caso haja a destruição total das tradições e instituições, não seria possível reconstruir um novo país melhor do que o anterior. Sem a tradição, não há parâmetros, não podemos avaliar o que é mais justo. A necessidade das tradições é argumentada na seguinte passagem:

Será mais justo proibir um pianista de exercita-se ou impedir seu vizinho de ter uma tarde tranquila? Na prática estes problemas só podem ser resolvidos mediante os apelos às tradições e costumes existentes [...] a *common law*, [...] e o sentido da equidade de um juiz imparcial. Sendo princípios universais, para serem aplicadas, as leis precisam ser interpretadas. E a interpretação requer alguns princípios práticos, que so uma tradição viva pode fornecer. Isto é especialmente verdadeiro no que se refere aos princípios universais altamente abstratos do liberalismo (POPPER, 1994a, p. 383).

A sétima tese afirma que os princípios liberais são normas para avaliar e, caso seja necessário, para edificar as instituições - não objetiva substituir tais instituições - por isso, diz que o “liberalismo é um credo evolucionário, não revolucionário” (POPPER, 1994a, p. 383).

A última tese afirma que “entre as tradições, a mais importante é a que podemos chamar de ‘quadro moral’ da sociedade” (POPPER, 1994a, p. 383). Esse quadro mostra o grau de sensibilidade, ética e princípios de justiça que um povo alcançou⁴.

⁴ A consequência dessa falta de tradição pode ser observada na pobreza vivida por alguns países democráticos do terceiro mundo. Vejamos: “Isso deve-se sobretudo à estupidez política dos dirigentes dos vários países em que existe fome generalizada. Libertamo-los demasiado depressa e num modo demasiado imperfeito. Ainda

A importância que Popper concede às tradições, como meio para alcançar os objetivos no Estado liberal, pode ser aproximada da importância que ele concede aos mitos para o desenvolvimento da ciência.

Assim como o filósofo defende que, “historicamente, todas - ou quase todas - as teorias científicas se originaram em mitos; que um mito pode conter importantes antecipações de teorias científicas” (POPPER, 1994a, p. 68), as tradições em política desempenham um papel semelhante, uma vez as tradições podem não ser a melhor solução, mas, partindo delas, as soluções podem ser melhores.

Assim como os mitos podem permitir o desenvolvimento da ciência, as tradições de um povo podem estabelecer princípios no liberalismo.

O liberalismo popperiano, segundo Jean Baudouin, está encerrado em três aspectos: liberalismo negativo, reformador e institucional.

O liberalismo negativo é dado com o intuito de ter objetivos modestos a serem alcançados em política, como amenizar os males da sociedade, evitando o pior. Não vislumbra instaurar uma sociedade perfeita ou ideal, já que também não espera encontrar um consenso em torno dos fins últimos da ordem social. Diz Baudouin, a respeito do liberalismo de Popper: “O liberalismo apresenta justamente essa virtude cardinal de evitar o impossível debate sobre os fundamentos para concentrar a atenção nos sofrimentos e violências que convém eliminar concretamente” (BAUDOUIN, 1989, p. 88). Uma vez que o liberalismo

têm de tornar-se Estados baseados no governo pela lei. Acontecia o mesmo se deixássemos um jardim infantil entregue aos seus próprios meios” (POPPER, 1999a, p. 163).

negativo não visa alcançar a perfeição da sociedade, é coerente que a reforma; das tradições e instituições existentes se torne meio para a transformação social - desde que seja gradual e reversível, posto que é um liberalismo evolucionário e não revolucionário. Essa é a vertente do liberalismo reformador.

E, por fim, o liberalismo institucional que é representado por uma relação em constante processo entre pessoas, instituições e tradições (por tradições, o filósofo entende a tolerância, a intolerância, a busca da verdade). As instituições têm papel importante no liberalismo popperiano, não são soberanas, mas impedem a soberania, porventura, desmedida do Estado.

A fim de efetivar a filosofia liberal proposta pelo filósofo, é necessário um regime político. Esse regime é a democracia.

3.2 OS PRINCÍPIOS DA DEMOCRACIA

Quando falamos em democracia, o termo nos remete à ideia de eleições, nas quais os cidadãos exercem o direito do voto. Seu voto não toma decisões, mas aponta quem deverá representá-lo nas decisões. De maneira geral, a democracia é um regime político no qual a soberania é exercida pelo povo, por meio do sufrágio universal.

O termo democracia, para o filósofo vienense, não é de muita importância. Mas elabora um categórico critério para a democracia:

Numa democracia, os poderes dos governantes devem ser limitados; e o critério de uma democracia é o seguinte: numa democracia, os dirigentes - isto é, o governo - podem ser afastados pelos dirigidos sem derramamento de sangue (POPPER, 1993, v. II, p. 158).

O conceito de democracia pode ser um tanto vago, pois o fato de o regime ser fruto de eleições não assegura a democracia, porque podemos eleger um tirano ou uma monarquia para nos representar - essa liberdade de escolher até mesmo um regime que tolha a própria liberdade é chamada de paradoxo da liberdade. Esse paradoxo, por sua vez, pode gerar outro, chamado de paradoxo da soberania, que ocorre quando a maioria opta pela tirania. Também o termo democracia por si só não basta, uma vez que, na história, vários governos que se autodenominavam democráticos adotavam ações totalitárias.

A democracia em Popper pode ser definida da seguinte maneira: da mesma forma que uma teoria é científica na medida em que pode ser falseada, uma forma de governo será democrática se puder ser substituída sem violência. Assim como a ciência pode ser melhorada, a política pode ser melhorada.

Popper faz uma diferenciação entre a sua democracia e as demais. No entanto, assim como não esclarece qual o historicismo específico crítica, também não esclarece a que democracia se opõe.

No entanto, o pensador vê problemas nas democracias emergentes, pois elas, de acordo com ele, estão sendo construídas sob o mais instável dos princípios teóricos: a teoria da soberania popular, na qual o povo tem o direito de governar (POPPER, 1994b, p. 20).

A maioria das pessoas numa democracia nunca governam. Qualquer partido que vença as eleições, a grande maioria não estará na composição do governo. Assim, refuta o conceito de democracia como vontade da maioria.

A democracia na acepção de "governo pelo povo" praticamente nunca existiu, e nos casos em que existiu foi uma ditadura arbitrária e não responsabilizada. Um governo pode e deve ser responsável perante o povo [...] sou, portanto a favor de um governo constitucional, democrático eleito, o que é bastante diferente do governo pelo povo (POPPER, 1999a, p. 127).

A esse respeito, diz que, se aceitarmos o voto da maioria como algo sagrado, como “*vox Populi vox Dei*,” teríamos de acatar qualquer escolha do povo. Pois essa máxima revela uma supremacia do saber popular, é a supervalorização da decisão do homem dada pelo senso comum (POPPER, 1994a, p. 379). Posto isto, rejeita a tese da existência de uma vontade da maioria, assim como a verdade retratada por essa voz. Acredita que cada homem é singular no seu voto e na sua voz. O fato de em sua singularidade afirmar coisas iguais ou semelhantes, não significa que dizem coisas necessariamente sábias. De fato, podem ter razão ou estar enganados. Acreditar que o povo tem sempre razão é um equívoco:

A *vox populi*, é um mito a respeito da voz unívoca. Se a humanidade é um ser que merece ser adorado, segue-se que sua voz unânime deve constituir nossa autoridade final. Aprendemos porém que isso não passa de um mito; e aprendemos também a desconfiar da unanimidade.

Uma reação a esse mito racionalista é representada pela versão romântica da *vox populi* - a doutrina do caráter singular e da autoridade da vontade popular [...]. Será desnecessário repetir aqui a crítica que Kant, entre outros (inclusive eu próprio), dirigiu contra essas doutrinas da percepção irracional da verdade, [...] usa nossas paixões como instrumentos para a compreensão instintiva ou intuitiva da verdade; o que faz com que se torne impossível para o povo errar - especialmente se ele segue suas paixões, em vez da razão (POPPER, 1994a, p. 380).

A democracia proposta pelo filósofo critica a vontade da maioria, assim como a soberania do governo popular, porque isso equivale à questão: quem deve governar? Assumir tal indagação implica aceitar que existem pessoas, na sociedade, naturalmente aptas a governarem. Para Platão, será o filósofo; para a monarquia, o rei, que cuidará do interesse geral; para Rousseau, o povo inteiro, porque a soberania emana do contrato do qual ele é constituído. Ao refutar os pressupostos da soberania popular, Popper tem em mente evitar a tirania, substituindo a ideia da questão “quem deve governar?” pela de um governo eleito e passível de refutação sem violência. Sua questão é: como é exercido o poder? E quanto poder é exercido? (POPPER, 1993, v. I, p. 159).

Fazendo uma analogia entre a epistemologia popperiana e a política, poderíamos dizer: o conhecimento não pode ser exigido de forma absoluta por uma pessoa, pois somos todos passíveis de cometer erros. Por conseguinte, o poder não poderá ser exercido de forma absoluta por uma pessoa ou por uma instituição, porque cometemos erros e precisamos do debate.

A proposta política de Popper se opõe à de Platão, que tem como centro de sua doutrina política a questão "Quem deverá governar?". Para Platão, os mais sábios e virtuosos. Para Popper, Platão não percebeu que, mesmo sendo o governante o mais virtuoso, ele, na sua virtude, pode “eventualmente decidir que o poder deve ser atribuído à maioria” (POPPER, 1993, v. I, p. 136), ou pode delegar seu governo a outrem, podendo também fracassar.

Assim, não importa quem governe, mas como será esse governo. Até porque a exigência de Platão do Rei-Filósofo é desnecessária, pois são os filósofos que governam, segundo Popper, “não oficialmente, é certo, mas na realidade. Isto ocorre porque o mundo é governado por ideias que devemos aceitar ou rejeitar” (POPPER, 1995a, p. 225).

Outro problema acerca da tese de quem deve governar está em crer que algum poder é justo por natureza, e, se é justo por natureza, não necessita de controle.

O Estado democrático, segundo o pensador vienense, caracteriza-se pela liberdade. Não interessa quem está com o poder, se proletários ou capitalistas. Sabendo que a qualquer momento poderá ser deposto, qualquer governo tenderá a ser bom.

Ao contrário da teoria do Estado de Platão, Popper propõe uma exclusão de questões essenciais em relação ao Estado, como: “O que é o Estado? Qual a sua verdadeira natureza e o seu significado?” Por conseguinte, devem ser abandonadas interrogações historicistas, do tipo: “Como foi criado o Estado? Qual a origem da obrigação política?”. Devem incluir perguntas como: com quais necessidades que um Estado deve se ocupar? Quais são os objetivos legítimos da atividade estatal?. Para saber quais são essas necessidades, devemos primeiramente responder à seguinte pergunta: Por que é que preferimos inserir-nos num Estado organizado a viver na ausência dele, isto é, em anarquia? Só assim chegaremos a uma formulação racional do problema (cf. POPPER, 1993, v. I, p. 122).

A democracia popperiana é institucional, e uma forma de governo na qual existe o "direito do povo de repudiar o governo". Ou seja, todas

as reformas desejáveis, mesmo que sejam contra a vontade dos governantes, devem acontecer sem uso da violência - esta só se justifica para assegurar, manter ou instaurar a democracia (POPPER, 1993, v. II, p. 150).

Entretanto, o uso extensivo da violência deve ser evitado, uma vez que pode gerar situações que favoreçam a instauração de outras tiranias.

A tirania que derruba a anterior é tão ruim quanto qualquer uma que tenha existido antes. Tanto faz termos um Estado forte governado pelos capitalistas ou pelos proletários, pois,

Qualquer ameaça de aproveitamento da situação para o estabelecimento de uma contratirania é tão criminosa quanto a tentativa inicial de a introduzir; o uso de qualquer ameaça deste tipo, ainda que feita com a intenção sincera de salvar a democracia pela intimidação de seus inimigos, seria, conseqüentemente, um péssimo meio de a defender (POPPER, 1993, v. II, p. 150).

Embora seja necessária a violência para assegurar as conquistas das democracias liberais ocidentais, acredita que não devemos hesitar em travar guerras em prol da paz, pois nas condições atuais é inevitável. É lamentável mas temos de fazê-lo para salvar o nosso mundo. Isso porque, para Popper, a ordem liberal é a mais justa que alguma vez existiu. (cf. POPPER, 1999a, p. 159).

A democracia, nessa teoria política, deve assegurar os direitos intelectuais e políticos da maioria, proteger os indivíduos, e manter as instituições livres. Não é, de forma alguma, um regime sem limites. Porque uma vida social só é possível se cada um restringir igualmente

seus direitos em comparação com os outros. A ideia de liberdade sem nenhuma restrição destrói a si mesma e será contra a liberdade de outrem. Para o bom andamento do Estado democrático, Popper estabelece sete regras a serem seguidas pelos partidos. Na primeira delas, coloca-se a necessidade de eleições gerais, mas faz-se a ressalva de que “a democracia não pode ser inteiramente caracterizada como o governo da maioria”. Observa-se que “a maioria dos que têm menos de 1 metro e 80 de altura pode decidir que a maioria dos que tem mais de 1 metro e 80 deverá pagar todos os impostos” (POPPER, 1993, v. II, p.158).

Percebemos que o importante na democracia é o limite dos poderes do Estado ou dos governantes. Entretanto, não fica clara a seguinte questão: caso haja eleições gerais, vencerão os dirigentes com maior número de votos? E se porventura esses dirigentes eleitos fizerem algo que vá contra a vontade do povo, como eles poderão ser destituídos do poder? Por meio de *impeachment*, golpes, revoluções? Mas qualquer uma dessas ações será dirigida pela maioria das pessoas ou por um grupo. Assim, a mudança será norteadada por valores parciais ideológicos e/ou a *vox populi*. Tais fatores infringem os preceitos de sua democracia, e ele não esclarece como ocorrerão as referidas mudanças.

Na segunda regra, diz que existem “duas formas de governo: [...] as democracias e as tiranias” (POPPER, 1993. v. II, p. 158).

Mesmo a democracia sendo definida como um regime que permita a sua derrubada, ainda parece insuficiente, uma vez que não esclarece quem coordenaria tal derrubada: o povo, os intelectuais ou os cientistas?

Na terceira regra, diz: “uma constituição consistente excluiria apenas um tipo de alteração do sistema legal, designadamente uma alteração suscetível de comprometer o seu caráter democrático” (POPPER, 1993, v. II, p. 158). Ou seja, a única lei eliminável seria aquela capaz de pôr em risco os princípios democráticos.

Na quarta regra, ele afirma: “numa democracia, a plena proteção das minorias não deve ser extensiva aos que violam a lei, e especialmente aos que incitam os outros ao derrubamento violento da democracia” (POPPER, 1993, v. II, p. 158).

Para algumas pessoas ou grupos, essa regra poderá inibir a crítica, pois quem não compartilhar a democracia proposta não obterá a proteção do Estado. Caso seja assim, a quem caberia a crítica? Popper parece entender protestos e reivindicações de algumas minorias como antidemocráticas. Essas reivindicações talvez não sejam necessariamente antidemocráticas, partindo do pressuposto de que podemos nos equivocar.

Na quinta regra, uma política de concepção de instituições destinadas a salvaguardar a democracia deve partir do pressuposto da eventual existência de tendências antidemocráticas latentes, quer entre os 110 governantes como entre os governados (POPPER, 1993, v. II, p. 158).

Creio que a necessidade de salvaguardar a democracia poderá inibir a própria democracia, já que qualquer ação pode ser entendida como ameaça. Isso é tão forte em Popper que é desejável a existência de apenas duas concepções partidárias. Mas é pouco provável que apenas dois partidos possam satisfazer às exigências do racionalismo crítico defendido por ele.

A regra seis diz: “se a democracia for aniquilada, todos os direitos serão aniquilados. E ainda que se mantenham certas vantagens econômicas usufruídas pelos governados, só se manterão à custa de sofrimento”.

A regra sete diz que: “as tendências antidemocráticas latentes, que estão sempre presentes [...] podem provocar a derrocada da democracia”. Sustenta que não se deve culpar a democracia pelos “males que não consegue impedir”, mas sim aos democratas e até mesmo à oposição, pois “toda oposição tem a maioria que merece” (POPPER, 1993, v. II, p. 159).

A democracia popperiana se preocupa menos com o quem governa em detrimento do como se governa. No entanto, caso a democracia falhe, não se deve culpar a democracia, mas sim os homens. Com isso, podemos talvez inferir que quem governa seja tão importante quanto como se governa já que a responsabilidade do sucesso ou do fracasso está em quem e não no como se governa.

Na epistemologia e, por conseguinte, nas teses liberais e democráticas de Popper (principalmente na quarta regra da democracia), fica evidente a sua defesa da tolerância e do debate.⁵ Por outro lado, afirma-se que não se deve ter tolerância para com os intolerantes com a democracia. Essa atitude pode levar a um problema, como aponta Crespigny: “Mas o que é tolerância e quem são os intolerantes? Existem problemas muito sérios em torno da aplicação

⁵ Diz Popper: “uma das coisas importantes que aprendemos é a tolerância para como os outros; aprendemos a nos perguntar seriamente se os outros não têm razão. A verdade ética fundamental de que ninguém deve ser justo em causa própria” (POPPER, 1994a, p. 405).

deste princípio aparentemente tão direto. A intolerância pode assumir muitas formas” (CRESPIGNY, 1982, p.163).

Assim, intolerância à qual Popper se refere é subjetiva, não fica clara. Por outro lado, a democracia popperiana parece adotar uma única forma possível para melhorar a crítica racional assegurada pelo Estado democrático. Creio que tal atitude poderá pôr em risco à própria democracia, pois a primazia concedida à razão pode constituir um Estado no qual impere a razão, excluindo outras atitudes que transcendam a crítica racional do filósofo austríaco, a saber, o racionalismo de Platão, de Hegel e de Marx.

O Estado democrático popperiano tem a função de proteger; no entanto, não protege quem, porventura, colocar em perigo a democracia e a liberdade. Posto isso, observo a pertinência em impor a essas pessoas a força do Estado, se este não lhes compensa com a proteção. O Estado parece não permitir que as pessoas optem pela não-democracia. Esse impedimento poderá violar direitos coletivos e individuais (lembrando que Popper é um liberal que prima pelo bem individual em detrimento do coletivo). Dado que a proteção do Estado será concedida somente a quem aceitar o Estado proposto.

No ensaio *Sobre a teoria da democracia*, publicado em 1987, Popper faz uma crítica à ideia normalmente aceita de que a representação proporcional é mais democrática do que a representação local. Para sustentar essa tese, o filósofo parte dos exemplos de representação local (Reino Unido e Estados Unidos) e representação proporcional (Europa Ocidental Continental).

Mostra-se que, apesar de ser necessária a existência de partidos da democracia, eles não desempenham um papel importante em virtude do grande número de partidos. E, mais importante do que seguir as leis de um partido, é seguir as leis ditadas pela consciência de cada político.

Na representação local, oficialmente não é levado em consideração a que partido uma pessoa pertence. A função do político é representar os eleitores da melhor maneira, independentemente de seus partidos. E, segundo Popper, “de acordo com a Sua consciência” assim, “se um representante crê que é do interesse do seu círculo eleitoral (ou talvez da nação) votar contra o seu partido, ou mesmo sair dele, tem obrigação moral de proceder desse modo” (POPPER, 1999a, p. 129).

Na representação proporcional, os partidos encontram-se presos nas suas leis fundamentais e os deputados são escolhidos individualmente para representar os partidos. Na visão popperiana, essa estrutura apresenta um grave problema. Não permite uma ação crítica da consciência como permite na representação local. Sustenta que, desse modo, um deputado não pode em determinadas circunstâncias ter o dever de votar contra o seu partido. Na realidade tem uma obrigação moral para com o seu partido, pois foi escolhido para representá-lo e a mais ninguém (POPPER, 1999a, p. 129).

Sendo assim, o político que não adequar a sua consciência às leis do partido terá a obrigação moral de se desligar do partido. Para o filósofo “é um erro pensar-se que um parlamento eleito por representação proporcional reflete melhor o povo e seus desejos” (POPPER, 1999a p. 129-30). Representa apenas as influências que o partido teve no dia das eleições, não refletindo o juízo do Povo.

A partir dessa argumentação, não podemos inferir que os partidos não são importantes, apenas que devemos analisar de que maneira a representação proporcional pode funcionar melhor. Popper afirma que existem dois pontos a serem observados: “Primeiro a formação dos governos e em segundo lugar na questão de importância crucial que é o derrube destes” (POPPER, 1999a, p. 130).

A respeito da primeira questão, quanto maior for o número de partidos, mais difícil será a formação do governo. Na representação proporcional, com a multiplicidade de legendas, eventualmente pequenos partidos ocuparão posições decisivas no governo.

A respeito da segunda questão, a derrubada de um governo se torna mais difícil com um grande número de partidos. Segundo Popper, devido a três questões básicas.

Primeiro, com a existência de muitos partidos, é pouco provável que um alcance a maioria absoluta. Assim, a opinião do povo não expressa um julgamento de fato, como o repúdio e o fim de um partido.

Segundo, com a multiplicidade de partidos, é possível que se tenha governo minoritário que seja obrigado a fazer alianças e concessões que aviltam o que considera correto. Assim, não é possível identificar a quem pertencem as responsabilidades dos resultados das ações. Com isso, as pessoas se acostumam, “a não considerar nenhum dos partidos políticos, nem nenhum dos seus dirigentes, responsável pelas decisões tomadas pelo governo” (POPPER, 1999a, p. 131).

Terceiro, a dificuldade de derrubar um governo eleito pela maioria em um sistema de representação proporcional pode se agravar, mesmo que essa maioria opte pelo seu fim, pois o partido desse governo

continuará sendo o mais votado no sistema proporcional e isso permitirá que ele forme um governo de coligação com partidos menores. Assim, o representante do partido que deveria ser retirado permanecerá no poder infringindo a vontade da maioria.

Enfim, o melhor para Popper é a existência de uma forte competição entre dois partidos, a exemplo do Reino Unido e Estados Unidos. Conclui o filósofo que o mais viável é “um sistema eleitoral que torne possível o sistema bipartidário é, a meu ver, a melhor forma de democracia” (POPPER, 1999a, p. 131). Acredita que a existência de apenas dois partidos leva a uma autocrítica dos partidos, caso um deles sofra uma grande derrota nas eleições.

Sendo possível o povo mostrar realmente sua aprovação ou não, além de ser mais fácil atribuir responsabilidades.

Recapitulando: até aqui fizemos uma exposição interpretativa das teses liberais e democráticas de Popper. Ocorre que, agora, surge um obstáculo: como serão conduzidas as ações políticas que sigam esses princípios? serão conduzidas pela tecnologia social e engenharia social da ação gradual.

3.3 A ENGENHARIA SOCIAL DA AÇÃO GRADUAL

Anteriormente, foram feitas algumas breves abordagens acerca da tecnologia social e da engenharia da ação gradual.⁶ Em parte, isso ocorreu devido à dificuldade em separar a proposta política do método racionalista. Mas ainda é necessário esclarecer o que é, e quais as


⁶ Ver seções: 2.5. Racionalismo crítico e 2.12. O racionalismo crítico na política.

diferenças entre a tecnologia social gradual e a engenharia social gradual ou fragmentária.

A tecnologia social gradual tem a função de buscar o conhecimento, compreender, explicar e informar as possibilidades de realização, os melhores meios e as consequências da ação que vise alterar as instituições, sem defender interesses próprios. Enfim, implica buscar o conhecimento tecnológico e aplicar na política, com vista a alcançar um fim.

A realização dessa tarefa pertence à engenharia, e funciona da seguinte maneira: “A Engenharia social de ação gradual assemelha-se à Engenharia comum por encarar os fins como algo situado para além do reino da tecnologia. (Quanto a fins, a tecnologia só está apta a dizer se eles são compatíveis entre si e de concreção possível.)” (POPPER, 1982, p. 52). As ações da engenharia podem variar, desde melhorar os benefícios econômicos e sociais de um setor, arruinar um grupo ou estabilizar outros.

O método da engenharia gradual faz das ciências sociais um instrumento político, a peça entre o planejamento total por parte do Estado e o liberalismo extremo.

A tarefa da realização da tecnologia, assim como da engenharia social gradual, pertence ao engenheiro social gradua. Sua tarefa é como a de qualquer engenheiro. O “propósito da Engenharia comum é o de projetar máquinas, aperfeiçoá-las e mantê-las, a tarefa da Engenharia social de ação gradual é a de projetar instituições sociais, reconstruí-las e fazer as já existentes operarem” (POPPER, 1982, p. 52).

A engenharia da ação gradual localizada,⁷ em oposição à engenharia utópica ou holista do historicismo, assume um individualismo metodológico, o qual tem o indivíduo como base do processo de explicação. Entende os membros da sociedade como indivíduos abstratos, isto é, como seres racionais únicos, que têm preferências, vontades e desejos. Compõe o individualismo metodológico, o objetivo político, que tem interesses privados e não coletivos. Isto é, não busca a perfeição, apenas melhorias. Isso corresponde à decisão de que “a luta contra o sofrimento deve ser considerada um dever, enquanto que o direito de cuidar da felicidade dos outros deve ser considerado um privilégio limitado a si e seus amigos” (POPPER, 1980, p. 196). Acerca do individualismo, sustenta que:

... os ‘conjuntos sociais’ são em grande parte postulados pelas teorias sociais mais comuns - e não objetos empíricos; [...] não é verdade que conceitos como o de ‘classe média’ representem grupos empíricos observáveis. Eles representam um tipo de objeto ideal, cuja existência depende de premissas teóricas. Assim, a crença na existência empírica de conjuntos sociais que poderíamos chamar de coletivismo ingênuo, tem que ser substituída pela exigência de que os fenômenos sociais, inclusive os coletivos, sejam analisados em termos de indivíduos, suas ações e relações (POPPER, 1994^a, p. 372).

Assim, e pelo princípio do individualismo metodológico que as ações da engenharia se pautarão.

As ações da engenharia social gradual podem ser razoáveis, quando se dirigem às instituições já existentes. No entanto, isso pode ser

⁷ O termo *piecemeal social engineering* é traduzido habitualmente por engenharia social gradual. Embora o termo “*piecemeal*” possa assumir sentido de localizado.

delicado quando a ação da engenharia social for exportar a democracia. Acredita que a democracia pode ser catastrófica, onde não existe a tradição democrática. Assim, para o filósofo, a democracia não é artigo de exportação, a democracia baseia-se essencialmente numa tradição, e sem tradição a democracia conduz a uma ditadura. Mas o reconhecimento de que a democracia não é para todos não fica muito claro, uma vez que em outra obra, ao discorrer a respeito das possibilidades de conquista da tecnologia da ação gradual, diz:

...e a este grupo se filiam, ainda, algumas das mais urgentes questões práticas de nossos dias, como a possibilidade de controlar ciclos de comércio ou a questão de saber se ‘planejamento’ centralizado, no sentido de gerência estatal da produção, é compatível com o democrático e eficaz controle da administração, ou de saber como exportar a democracia para o Oriente Médio (POPPER, 1982, p. 48).

Diante dessas propostas a respeito da democracia e da sua exportação, poderíamos relembrar uma passagem anterior, segundo a qual a função da tecnologia social não é defender interesses particulares, mas sim “impor disciplina às nossas inclinações especulativas” (POPPER, 1982, p. 48), nos mostrando apenas os meios e possibilidades de realizar uma ação.

Sendo assim, como seria possível exportar uma democracia puramente formal ou, para usar um termo da engenharia, uma planta da democracia? É possível argumentar a favor da democracia com os povos do oriente de forma neutra? Creio que nem mesmo Popper acreditava que tal neutralidade fosse possível já que, na seção “O sentido

da história”, Popper afirma que somos sempre parciais. No entanto, o que o leva a cogitar essa possibilidade de expandir a democracia?

Talvez isso esteja centrado na possibilidade de o engenheiro social fazer uma defesa da democracia e mostrar ao mundo o seu sucesso, estimulando outros povos a cultivarem as tradições democráticas. Mas essa atitude traz consequências distintas. Entre a ação de construir um prédio e a ação de exportar a democracia, existe uma grande distância. A respeito dessa pretensão, fala-nos Raphael:

Atribuir a um engenheiro técnico a tarefa de exportar democracia para o Oriente Médio provavelmente sempre foi e, hoje em dia, certamente é uma tarefa extraordinária. Não há dúvida que a democracia e armamentos não podem ser acondicionados no mesmo tipo de recipiente. Se a exportação da democracia é apenas um exemplo, permanece sendo um exemplo dúbio (RAPHAEL, 2000, p. 44).

A confiança que o pensador concede ao liberalismo democrático é e atribuída à sua visão positiva a respeito dos Estados democráticos liberais. Neles, acredita o filósofo, as diferenças de classes diminuíram.⁸ Sua fé no progresso dos Estados democráticos liberais é tamanha que afirma: “todos os governos democráticos do mundo livre perderam a possibilidade de fazer uma guerra de agressão [...] o mundo livre ainda pode fazer guerra [...], mas só fará isso diante de uma agressão inequívoca” (POPPER, 1994a, p. 404-05).

Por conseguinte, a proposta política do filósofo vienense é específica: “o nosso mundo, o mundo das democracias ocidentais, pode

⁸ Ao fazer essa afirmação, Popper toma base em um mundo e modelo específicos de governo; parece-me ser uma observação não universal, mas singular, pois está centrado no mundo ocidental.

não ser o melhor de todos os mundos políticos possíveis, mas é sem dúvida o melhor de todos os mundos políticos de cuja existência temos algum conhecimento histórico” (POPPER, 1999a, p. 124). Não só pelos bens materiais que temos, mas, também pelos direitos e instituições democráticas que alcançamos. Isso não implica termos melhores leis. Contudo, diz, “as tradições democráticas são as menos malignas”, entre todas as formas de poder que já conhecemos historicamente (POPPER, 1999a, p. 382).

Ao cogitar a exportação da democracia, o pensador parece não vislumbrar a possibilidade de um equívoco por parte do chamado mundo livre. Sendo Popper um racionalista crítico, para ele o racionalista crítico, mesmo acreditando na verdade, não crê que possa possuir com segurança, dado que a possibilidade de um conhecimento seguro é característica do pensamento liberal do século dezoito e dezenove, que difere da tese defendida por Popper acerca do poder das ideias: “a verdade é difícil de ser alcançada [...] e não é evidente”. [...] “aprendemos uns com os outros criticando-nos mutuamente - esta é uma forma de nos aproximarmos da verdade” (POPPER, 1994a, p. 407). Devemos conduzir nossas ações com a “modalidade crítica do racionalismo e, acima de tudo, essa crença na verdade objetiva é indispensável numa sociedade livre baseada no respeito mútuo.

Assim, como pode pretender chegar a uma conclusão inequívoca? Isso é possível, pressupõe Popper, porque o racionalismo crítico não pode cair na “auto depreciação”. Isto é, quando adota a imodéstia e não reconhece as suas realizações, que, como foi dito alhures, é a única forma em que o racionalismo pode ser maléfico. Apesar de aprendermos

com os outros, existem algumas coisas das quais não devemos sofrer influências, como: as “incompreensões intelectuais do relativismo” (POPPER, 1994a, p. 407).

3.4 OS OBJETIVOS DA POLÍTICA

A proposta política de Popper emana da conjuntura histórica e passa pela crítica ao método historicista das Ciências Sociais, que leva à elaboração do método racionalista crítico. A referida crítica tem o objetivo de mostrar a tensão que existe entre a sociedade fechada representada pelo racionalismo historicista e a sociedade aberta, representada pelo racionalismo crítico.⁹ Ele acredita que nossa sociedade não saiu totalmente do modelo de sociedade fechada, a qual é responsável por uma série de equívocos nas ciências e na política.

Assim, sua proposta política visa a defender a sociedade aberta nos moldes da democracia liberal.

Nesse modelo de sociedade, as decisões serão tomadas pelos membros da sociedade e seus representantes políticos, que devem seguir o método científico. Assim, devemos assumir uma atitude crítica perante nós mesmos, buscando os erros de nossas teorias. Como em qualquer área, cometemos erros, mas devemos aprender com eles. Isso

⁹ Para Popper, segundo Feyerabend, “a transição das sociedades ‘fechadas’ que assentam em instituições, costumes e crenças relativamente estáveis para sociedade ‘abertas’ que analisam todos os aspectos do mundo é um passo na direção certa”. Na sociedade aberta, por meio de seus próprios esforços críticos, as sociedades “podem conseguir derrubar um ou outro dos (seus) muros da prisão – podem conseguir eliminar as fronteiras tradicionais entre o pensamento e a ação”. Entretanto, Feyerabend diz que, mesmo a sociedade aberta possibilitando esse movimento próprio, “há vitórias e há derrotas” (FEYERABEND, 1999, p. 194). Popper reconhece essa possibilidade de vitórias ou derrota, pois diz que a Grécia teve a sua chance de transpor a sociedade fechada e não o fez (POPPER, 1993, p. 210).

“permite-nos deixar morrer nossas teorias em nosso lugar, ao invés de sermos arruinados com elas” (POPPER, 1994a, p. 51).

A política deve reconhecer que nossas necessidades sofrem constantes alterações, e não é possível um projeto ideal, estático e definitivo. A partir do momento em que se exclui a ideia de projeto ideal, o político tem a função de ser o administrador de mudanças. Essa administração deve buscar a sua própria crítica e assumir os erros. Entretanto, essa atitude não é frequente:

O político procura normalmente provar que não comete erros; eu sugiro que ele torne claro para si mesmo que ele, como qualquer ser humano, comete e deve cometer erros.' Portanto, ele deveria procurar descobrir os erros o mais cedo possível, a fim de poder evitar suas más consequências o mais rapidamente possível (POPPER, 1994b, p. 51-2).

A responsabilidade intelectual exigida aos filósofos e cientistas deve ser estendida ao político. Devemos reconhecer, como Sócrates, que nada sabemos, ficando atentos para não omitir erros. Ao menor indício de erros, devem-se rever as ações, para que elas funcionem adequadamente.

Os políticos, numa democracia, serão obrigados, pela ameaça da rejeição, a fazer o que a opinião pública ordena - mas o que é opinião pública? O filósofo diz que a opinião pública é algo em que todos podem influir, principalmente os filósofos. Mesmo condenando a filosofia dada pela tradição bastarda do racionalismo, que muito influenciou na história, Popper não condena a ação dos filósofos. Ao contrário, diz: “penso que os filósofos devem continuar a discutir os fins adequados da política social, à luz da experiência dos últimos cinquenta anos. Em

lugar de se limitar a discutir a natureza da ética ou do bem supremo” (POPPER, 1994a, p. 376).

O pensamento de Karl Popper sobre a política vem ao encontro da teoria do conhecimento. Sua *práxis* visa a um pluralismo político-social, assim como a teoria do conhecimento visa ao pluralismo nas ciências. Pluralismo dado pela concepção do falibilismo humano e das teorias. Os homens são falíveis, e não profetas do destino. Assim torna-se possível o debate de suas ideias, a fim de encontrar as mais plausíveis, adotando-as como solução até que outra melhor surja.

Para o pensador a verdade é uma e oculta, por isso, ninguém pode requerê-la para si. Por conseguinte, inferimos que o poder também não poderá ser requerido para si. Com isso, o importante não é quem governa, porque qualquer ser humano é falível; o importante é como se governa. Substituindo o quem pelo como, torna-se impossível um singularismo na política. Desse modo, para se adequar ao como, propõe o pluralismo democrático, que tem como característica a discussão racional entre distintas visões, as quais apontarão diversos problemas e soluções.

Diante da mobilidade dos valores e das tradições, não é possível ter certezas acerca das melhores ações para o Estado. Assim, a função do político, é atuar racionalmente na política. Suas decisões devem ser pautadas nas reformas que são necessárias, utilizando todas as informações e conhecimentos científicos disponíveis (POPPER, 1994b, p. 9). Suas decisões e seus resultados devem ser analisados e expostos a críticas, a fim de rever os erros e mudar as teorias, caso seja necessário. Assim, surge a necessidade do racionalismo crítico na política, pois; é

melhor deixar morrerem as ideias em lugar de pessoas - ao contrário do que faz o historicismo totalitário, que mata as pessoas em função das ideias. Acerca dessa proposta de prática política, Bryan Magee diz:

Alguns podem dizer que é embaraçosamente óbvia. Gostaria que fosse. Não é preciso ser um leitor muito atento da imprensa séria para se dar conta de que não é assim que a política da vida real, em sua maior parte, é conduzida. E, como alguém que foi um político profissional por cerca de dez anos, posso assegurar que os processos mentais envolvidos não ocorrem com facilidade a muitos políticos; de fato, alguns têm sérias dificuldades em compreendê-los, mesmo quando explicados. [...] Outros críticos podem objetar que a abordagem como um todo é excessivamente cautelosa, e, portanto, muito lenta. Não temos tempo para toda essa conversa, eles podem dizer: é um luxo que não podemos nos permitir. A melhor resposta a isso, acredito, é que, de todos os métodos políticos possíveis, é esse que tem a maior probabilidade de maximizar a extensão em que a mudança permanece sob o controle racional. Tentativas de abreviar processos de crítica quase forçosamente produzem mais erros. (Apud, O'HEAR, 1995, p. 312).

Na prática, e ação política deve ter claros os problemas e ouvir a crítica pública, respeitar os adversários, estar sempre aberta às sugestões e reconhecer seus erros. Essa atitude faria com que os políticos tivessem uma melhor aceitação.

A crítica racional não tem como objetivo provar a verdade definitiva. Tampouco, diz o filósofo, deve levar “necessariamente a um acordo. Seu valor está no fato de que os que participam de uma discussão em certa medida mudarão suas opiniões, tornando-se mais sábios [...] os liberais não sonham com um consenso perfeito” (POPPER, 1994a, p. 384). Mesmo ao resolver um problema pelo consenso universal,

surgem outros problemas. Entretanto, isso não é ruim, ao contrário, em *Mito do Contexto*, o autor diz que uma discussão na qual todos pensam e partem dos mesmos pressupostos é infrutífera e não vale a pena.

Contudo, é importante lembrar que “livre discussão e a opinião pública podem ser influenciadas pela ciência, a opinião pública pode julgar a ciência, mas não resulta dela” (POPPER, 1994q, p. 384).

Popper defende uma opinião pública nos moldes liberais, ou seja, como produto de uma discussão crítica. Vejamos:

A opinião pública "revela" uma astúcia simplória [...] exibe uma sensibilidade moral superior à do governo [...] representa um perigo para a liberdade se não for moderada por uma forte tradição liberal [...]. Todos esses perigos só podem ser remediados pelo regimento da tradição liberal (POPPER, 1994a, p. 404-05).

Dessa forma, creio que nesse ponto surgem componentes ideológicos, uma vez que Popper desqualifica a participação do povo na democracia, deixando as decisões nas mãos dos intelectuais.

O pensamento popperiano parece ser destinado a um grupo de pessoas que devem ser críticas, mas com algumas verdades preestabelecidas a serem vislumbradas. Nesse sentido, não existe uma abertura à crítica, como propõe o racionalismo crítico. Por exemplo, na sua visão política o mundo livre atlântico é melhor do que os demais. Assim, a crítica é para os outros, e não para si próprio.

Popper parece não perceber que o que é bom para um grupo pode não o ser para outro. O modelo democrático proposto por ele pode ser o ideal para alguns ou muitos. Mas não é possível generalizar, esse parece

ser um dos aspectos ideológicos na teoria popperiana que caracterizam certo grau de autoritarismo que inibe o racionalismo crítico.

No próximo capítulo, analisaremos os possíveis limites entre o racionalismo crítico e a teoria política de Karl Popper. Esse limite será analisado, tendo em vista os componentes ideológicos da teoria do qual parte Gonçalo Armijos em *Formas Ideológicas no pensamento de Karl Popper*, para apresentar problemas nas teses de Popper, semelhantes aos que critica em Marx, os quais indicam certo grau de autoritarismo em suas teses políticas.

4

FALSEABILIDADE DO PRESSUPOSTO POLÍTICO POPPERIANO

A apresentação até o momento consistiu em mostrar o fundamento e a estrutura formal da filosofia política. Neste último capítulo, analisa-se a filosofia política de Popper, a partir do critério de ela ser verdadeira ou falsa, assim como ele exige que se faça com a ciência e a filosofia.

Pretende-se apontar aspectos que apresentem os limites do racionalismo crítico em política e as consequências éticas desse modelo.

O racionalismo crítico é o cerne da filosofia popperiana, está presente no método científico que pertence a todas as ciências, quer sejam naturais ou sociais. É por meio do racionalismo crítico que ele pretende refutar o historicismo e seus supostos filósofos. Em política, o racionalismo crítico e o método científico são condição para a realização das ações.

A partir da relação entre racionalismo crítico, método científico e filosofia política, percebe-se que há teorias filosóficas verdadeiras¹ A esse respeito, diz:

Às vezes estas filosofias são verdadeiras, mas na maioria das vezes não o são. Se são verdadeiras ou falsas só descobriremos através de um exame crítico dessas filosofias, que foram o nosso ponto de partida não crítico. A

¹ Ver citação completa nota 2.3.

tarefa da filosofia e a justificação da sua existência consistem, julgo eu, em fazer este exame crítico (POPPER, 1994b, p. 62).

Além de algumas teorias filosóficas serem falsas, podem também ser nocivas. Como observamos neste trecho de uma entrevista a Magee:

Magee - Ademais, o senhor diz que destas teorias algumas são verdadeiras, enquanto outras não somente são falsas como até nocivas. O senhor alega que a tarefa própria da filosofia consiste em examinar criticamente as nossas opiniões filosóficas infundadas e, muitas vezes, inconscientes, e corrigi-las quando necessário (POPPER, 1994b, 63).

A fim de apontar as possibilidades de um autoritarismo em Popper, pretende-se analisar qual a diferença entre a sua filosofia política, pretensamente verdadeira, e as criticadas, supostamente falsas, segundo ele, as quais pretende corrigir.

A proposta política popperiana parte da conjuntura histórica. A partir dela, elabora críticas e soluções. No entanto, nessa elaboração, parece cometer alguns equívocos semelhantes aos que ele próprio critica. Por outro lado, suas teses se revelam um tanto imperativas, comparadas às exigências do racionalismo crítico. E, por isso, talvez possam ser chamadas, de certa forma, de autoritárias.

A análise entre o que difere as teses do filósofo das teses criticadas, será iniciada pela crítica de Popper a Engels e a Marx. Sobre este, Popper diz que o capitalismo levaria cada vez mais ao empobrecimento do proletário; aquele, de acordo com o filósofo austríaco, foi mais longe do que Marx, tendo em vista o quadro social e econômico da Inglaterra - onde não houve a revolução proletária, como profetizou Marx.

Além disso, melhoraram as condições de vida do proletariado. Engels atribui a não confirmação da previsão de Marx ao fato de a Inglaterra “estar a explorar o mundo inteiro”. Posto isto, argumenta que o próprio Engels refuta Marx, quando diz que a Inglaterra é “mais burguesa de todas as nações” (POPPER, 1993, v. II, p. 182-83).

Para redimir a lei da miséria crescente, Engels diz que a Inglaterra obteve melhorias na condição de vida do proletariado porque possuía colônias. E diz: “essa é a razão por que os trabalhadores metropolitanos iam atrás de líderes comprados pela burguesia, em vez de seguirem os comunistas” (POPPER, 1993, v. II, p. 183).

Segundo o pensador austríaco a posse de colônias não é um argumento forte para sustentar a tese de Engels e Lênin, pois há países que adotam o intervencionismo democrático e levam melhores condições aos trabalhadores sem contar com a posse de colônias. Exemplo: “as democracias escandinavas, a Checoslováquia, o Canadá, a Austrália, a Nova Zelândia, para não falar nos Estados Unidos”.

Diante das teses de Engels e Lênin, segundo as quais as colônias inglesas podem ser exploradas em lugar dos operários, Popper defende a inexistência de relação entre um país ter ou não colônias e os seus proletários terem condições piores ou melhores.

A partir dessa forma de abordagem é que pretendemos argumentar a falseabilidade do pressuposto político popperiano, tendo em vista a sua postura ideológica e autoritária. Podemos conjecturar o que Karl Popper entende por colônias. Qual o seu conceito a esse respeito?

Creio que o conceito de imperialismo é mais abrangente do que o de dominação política e colonial. Sabemos hoje que o imperialismo

passa também por subjugação ideológica e cultural. Assim, afirmar que os Estados Unidos não eram uma nação colonialista, ainda mais na década em que ele disse isso, não procede.

Devemos lembrar que os Estados Unidos tiveram uma influência política e econômica no Havaí, e exerceram domínio nas Filipinas,² transformando-a em protetorado. Estiveram presentes no Japão e, posteriormente, no início do século XX, tiveram grande influência em Cuba³ e no México, durante a Revolução mexicana.⁴

No final do século XIX, os Estados Unidos adquiriram privilégios portuários nas ilhas de Samoa, anexaram as Ilhas Tutuila e, em 1898, fizeram o mesmo nas ilhas do Havaí.

Coma Guerra Hispano-Americana – no governo de Willian McKinley – a Espanha perdeu suas últimas províncias de ultramar, e, em 1898, com a vitória dos Estados Unidos, eles adquiriram Cuba, as Filipinas e Porto Rico. Tais episódios são indícios do grau de controle

² Com a Guerra Hispano-Americana, e segundo os termos do tratado de Paris (1898), a Espanha se viu obrigada a ceder as Filipinas aos Estados Unidos, que estabeleceu um governo militar. A República Filipinas se proclamou oficialmente em 1906.

³ Em 1895, o movimento de independência foi retomado. Em abril de 1898 o governo norte-americano interveio diretamente no conflito, usando o pretexto de que seu navio de guerra Maine havia sido afundado no porto de Havana. A Espanha foi responsabilizada e, assim, teve lugar a Guerra Hispano-Americana. O tratado de Paris pôs fim ao conflito em dezembro desse mesmo ano e significou a renúncia da Espanha à soberania sobre Cuba. Um governo militar norte-americano administrou a ilha até 1902, quando a República de Cuba se instalou formalmente. A constituição cubana de 1901 incorporou as considerações da Emenda Platt, que estabelecia as condições para a intervenção militar dos Estados Unidos em Cuba quando considerasse conveniente. As constantes dificuldades econômicas provocadas pelo absoluto controle norte-americano das finanças e da economia caracterizou o primeiro terço do século XX, com intervenções militares dos Estados Unidos em 1906, 1912, 1913, 1917 e 1933.

⁴ Diante da iminente participação dos Estados Unidos na II Guerra Mundial, o México permitiu que a Força Aérea norte-americana utilizasse seus campos de aviação e restringiu a exportação de materiais críticos e estratégicos. Em contrapartida, para resolver o problema da migração ilegal do México para os Estados Unidos, o último, permitiu a entrada de trabalhadores. Entretanto, em 1964, o México se negou a apoiar a decisão da OEA de romper relações diplomáticas com Cuba e os Estados Unidos pararam de aceitar trabalhadores mexicanos em seu território.

que os Estados Unidos começaram a exercer sobre países situados em várias partes do planeta.

Percebemos, então, que os Estados Unidos se caracterizam como um país com tendências imperialistas desde o século XIX. Popper pode não ter tido essa visão, porque os Estados Unidos não foram um império como a Inglaterra e a Espanha, com domínios na África, Ásia e América. Mas isso não significa que eles também não tenham chegado a ser um império com uma crescente influência no mundo. E ela se intensificou depois da Segunda Guerra Mundial. Posteriormente, não só se afirmaram como nação hegemônica, como passaram a liderar os países ocidentais na Guerra Fria.

Desse modo, creio ser relevante questionar o tipo ideal de democracia que Popper propõe, tendo os Estados Unidos como centro da democracia e modelo a ser seguido. Mas isso não implica tirar dos Estados Unidos seu papel de nação colonial. É um fato, portanto, que os Estados Unidos possuíam colônias, não na Ásia e na África, mas em outras regiões do planeta. Não esqueçamos a política do Big Stick, do final do século XIX e início do século XX, como prova de sua vocação intervencionista, expansionista, colonialista, imperialista.

Com base nisso, questionamos: qual será, então, o conceito de colonialismo de Popper?

Talvez Popper tenha partido dos Estados Unidos como um modelo de democracia se comparada aos países europeus que estavam em crise social, econômica e moral, pois, nesse momento, inicia-se uma crise na Europa, e os Estados Unidos começam a se destacar, tanto no âmbito econômico como no científico e tecnológico. Entretanto, seu modelo de

democracia não é tão perfeito, pois nos Estados Unidos houve e há racismo e exclusão de minorias - que até 1960 não tinham direitos iguais.

Como, então, entender a sua escolha por esse modelo de nação? Talvez essa seja uma limitação do pensador que, mesmo assumindo a parcialidade de suas escolhas, parece não perceber as implicações dessa atitude, que consiste em uma interpretação parcial e deliberada da história, a fim de obter argumentos que confirmem as teses que pretende. A saber, a não exploração do proletariado dentro do capitalismo.

Nosso objetivo é analisar os limites do intelectual dentro de sua época. Dessa forma, Popper defende um racionalismo crítico do debate, mas tem uma visão rígida a respeito da melhor forma de estrutura política. O que não invalida as suas contribuições para a discussão política, mas levanta alguns problemas. Qual a diferença entre o erro apontado por Popper a Marx, a respeito do colonialismo inglês, e as ideias a respeito do colonialismo americano? Caso a distância entre uma teoria e outra não seja tão grande quanto quer Popper, o que justificaria suas teses a respeito da defesa da democracia liberal, e entre outras, a estadunidense?

Neste momento, abordaremos algumas críticas que Popper faz a Marx. No entanto, nosso objetivo não é avaliar a procedência dessas críticas. Pretende-se seguir a mesma linha de raciocínio que Popper utilizou para criticar Marx, estendendo o argumento da crítica ao próprio Popper. Ainda que o filósofo vienense não tenha a intenção de substituir a tese de Marx, o autor elabora uma teoria política. O fato de

ele negar uma predição do futuro não invalida a questão de seu pensamento conter elementos falsos e ideológicos. Entende-se o conceito de ideologia como foi usado pelo autor ao se referir a Hegel e a Marx. Para Popper, Hegel é ideológico por servir a um modelo de Estado, Marx é ingênuo e parcial. O termo ideologia não foi objeto de reflexão do filósofo.

Popper corre o risco de cometer os dois equívocos - ideológico e parcial. Quanto ao primeiro, é ideológico por defender um modelo de Estado ocultando fatos e valores. E quanto à ingenuidade e parcialidade de Marx, Popper diz que no marxismo existe uma luta entre duas classes principais, até a vitória final dos trabalhadores. Caso isso não ocorra, é porque o momento final ainda não chegou, mas o resultado final será o socialismo.

Posto isso, passo a elencar um aspecto da tese de Popper que propõe o racionalismo para alcançar progressos. Caso o progresso não ocorra, Popper atribuiria o erro à desonestidade que se teve para com a conduta da razão e do racionalismo. Se a ação política fracassar, o problema não está no modelo político, pois, para o filósofo, a democracia é de fato a melhor forma de governo. Se porventura alguns países não conseguirem obter progressos, isso implica falta de tradição democrática, e não fragilidade da democracia. Assim, a democracia em si mesma não é passível de crítica, uma vez que já está afirmado categoricamente que ela é o melhor modelo de governo.

Creio que, assim como Popper diz que Marx é ingênuo ao afirmar que o resultado final é o socialismo, Popper também o é ao dizer que a democracia em si é boa, a culpa de qualquer fracasso para ele será

sempre dos burocratas. Isso salva a democracia do debate ou da crítica, uma vez que a priori sabemos que esse é o modelo certo. Por conseguinte, isso tolhe a exigência popperiana do racionalismo crítico.

A filosofia política de Popper é uma crítica em grande medida à utópica ideia de realizar a sociedade perfeita. A esse respeito, responde numa entrevista.

Magee - Por que motivo uma tão grande parte da filosofia assume a forma de um ataque contra a utopia?

Popper - Há muita coisa na vida social que é cruel, detestável, tola e injusta; há sempre lugar para melhoramentos. As pessoas sempre sonharam com um mundo melhor e alguns destes sonhos levaram também a reformas sociais. Mas sonhos de uma sociedade perfeita são perigosos, como mostrei no meu livro *A Sociedade Aberta e os Seus Inimigos*. Os puritanos esperavam atingir uma sociedade perfeita e o mesmo pensava Robespierre. O que conseguiram não foi o céu sobre a terra, mas o inferno de uma tirania brutal (POPPER, 1994a, p. 73).

Percebemos, pois, que, mesmo que o filósofo esteja certo nas suas críticas ao historicismo e ao totalitarismo, esse modelo de sociedade talvez não seja o perfeito. Isso não implica aceitar que as teses de Popper acerca da democracia liberal sejam menos nefastas.⁵

O que Popper advoga é uma engenharia gradual estruturável por um processo de análise crítico, que é possível, a fim de substituir os chamados projetos utópicos oriundos do historicismo, que, a seu ver, são impossíveis. Afinal, o que é realmente possível na engenharia social gradual?

⁵ O que estamos vendo hoje na guerra do Iraque e a atitude "civilizada" dos Estados Unidos e Inglaterra.

Popper mostra que é possível encontrar os rumos certos, por meio da ciência, para nos adequarmos às instituições e até mesmo a alguns países, caso a democracia seja exportada, como é sugerido na seção 3.2. Os princípios da democracia.

Com a ideia de ciência, Popper pretende desmascarar falsos profetas e falsas ciências. Mas o que a ciência pode trazer de melhor, menos autoritarismo, sofrimentos? Caso a ciência mostre o quanto estamos enganados a respeito de nossas crenças e esperanças, viveremos melhor? A esse respeito, Raphael diz:

... se a adesão de Popper à ideia de que só a ciência pode fornecer um modelo geral para o progresso humano (em direção a um fim que jamais veremos e que não precisamos definir) não é em si, embora brilhante, ideológica. [...] A credulidade humana pode ser uma loucura; a religião pode ter feito mais mal que bem (se tal contabilidade é concebível); no entanto, extirpar o espírito e substituí-lo apenas pela ciência poderia ser - revertendo a parábola - o mesmo que exorcizar sete demônios e substituí-los por um único (RAPHAEL, 2000, p. 49).

Acreditamos que Popper traz inúmeras contribuições para a análise do método historicista. Mas existe uma dificuldade em substituí-lo. De algumas das críticas que faz, ele próprio não consegue sair. Raphael acrescenta:

A ironia é evidente: Popper admirava Marx pela agudeza de sua crítica ao capitalismo, mas o achava incapaz de propor medidas práticas para a sua substituição. Ele poderia replicar que não é de se lastimar a ausência de um grande plano de organização da humanidade. Todavia, é ingênuo, ou falso, presumir que a ciência e a democracia são ideias neutras e pacíficas capazes, em benigna parceria, de evitar os horrores a que foi levada a

humanidade por via de certezas, tais como o marxismo, não comprovadas e não comprováveis. (Ver a fonte p. 135)

O que Popper propõe é que os políticos sejam semelhantes a cientistas.⁶ O método científico em política significa que a grande arte de convencer a nós mesmos de que não cometemos quaisquer erros, de ignorá-los, de escondê-los e de culpar a outros por sua produção, é substituída pela arte ainda mais elevada de aceitar a responsabilidade colocando eles a utilizar este conhecimento de forma a que possamos evitar erros no futuro (cf. POPPER, 1993, v II, p. 88).

Mas essa tese de que os políticos devem se assemelhar aos cientistas, a fim de evitar erros, sofrimentos e alcançar o progresso, faz-nos lembrar de um dos inimigos da sociedade aberta, Platão. Este defendia que o político se tornasse filósofo, ou o contrário.

Assim, a democracia científica de Popper não nos parece mais plausível do que a tese do Rei-filósofo de Platão.

Tampouco prova ser moralmente melhor. Pois convém manter a memória crítica e questionar sobre em que medida as teses popperianas de sociedade aberta/sociedade fechada não são igualmente uma suposição conceitual que dá lugar a explicações simplistas.

O que faz Popper acreditar que suas teses políticas são realizáveis em detrimento das teses historicistas está na modéstia das pretensões. No entanto, sustentamos que se fosse realmente possível essa melhoria gradual, o embate entre a sociedade aberta e a fechada, que ele afirma que historicamente se repete, não existiria. Pois, se a engenharia de

⁶ Outras passagens que mostram a relação entre política e método científico nas p. 59 e 79.

ação gradual alguma vez tivesse sido ou pudesse ter sido o instrumento de uma ‘luta sistemática’, não haveria qualquer demanda por planos (ou combates sistemáticos) holistas ou utópicos contra os quais Popper tão denodada e corretamente protestou quando as pessoas erradas estavam no comando (cf. RAPHAEL, 2000, p. 53).

Popper não foi mais perspicaz do que Marx em relação aos métodos industriais avançados que tornariam sem sentido sua teoria da mais-valia, pois, até 1994, ano de sua morte, ele conserva essas ideias, com as quais pretendia, provavelmente, resolver problemas como o da poluição mundial e a opressão genocida sobre as minorias por meio da engenharia social.⁷ Como pode ser possível que instituições limitadas dentro da legislação de um Estado possam atuar sobre grupos globais que exercem influências em quase todas as partes do mundo? Percebemos ser real essa dificuldade, assim como a admissão de que estruturas existentes poderiam dar conta de dificuldades sanáveis como a pobreza e o desemprego, era ingênua mesmo nos tempos de Popper. No entanto isso não invalida todas as suas ideias, pois onde estava certo foi magistral; onde estava errado, foi - como em teoria gostaria de ter sido - falível (cf. RAPHAEL, 2000, p. 61).

A proposta racional de Popper destina-se ao mundo ocidental, que herdou dos pré-socráticos a tradição da crítica. Sobre os demais povos não desenvolveu uma reflexão. Refere-se ao mundo livre, ou, mais especificamente, à comunidade atlântica, isto é, a Grã-Bretanha, os Estados Unidos, os países escandinavos e a Suíça, bem como os povos

⁷ Popper afirma que as instituições devem resolver problemas como a Aids (POPPER, 1999a, p.168).

avançados que temos no pacífico, a Austrália e a Nova Zelândia. (cf. POPPER, 1994a, p.397).

Ao resto do mundo cabe fazer talvez o que sugere Baudouin: “o melhor que os países exteriores ao mundo ocidental podem esperar é serem absorvidos, um dia, pelas rudes disciplinas intelectuais do racionalismo crítico”. Parece que Popper não se preocupa com as minorias, sua filosofia foi, desde sempre, ‘ocidental centrista’, não porque procure fundamentar uma ‘superioridade’ do Ocidente em relação ao resto do mundo, mas antes devido a uma espécie de indiferença em relação aos problemas do desenvolvimento. A questão do ‘Terceiro Mundo’ constitui, sem sombra de dúvida, um dos principais impensados da reflexão popperiana (cf. BAUDOUIN, 1989, p. 102).

O discurso filosófico político de Popper aparece como encobridor da realidade social, “podendo se manifestar com o afã de ocultar e vela” (ARMIJOS, 1979).

Popper, ao desenvolver sua filosofia política, não faz uma análise pura do social, uma vez que não se desprende de seus próprios interesses e valores que o motivaram, como mostramos na conjuntura histórica deste trabalho.

A defesa de certos interesses é dada, segundo Armijos, por uma “demanda social”, essa é a "exigência que o sujeito experimenta em sua relação com o ser social. Diz demanda social a determinação de um eixo exterior que impulsiona o sujeito a atuar de uma maneira e não de outra" (ARMIJOS, 1979, p. 6).

O objetivo da proposta política de Popper é a liberdade democrática experimentada por ele nos lugares em que viveu. Para alcançar o fim

(como a liberdade, democracia e o debate), ele justifica o uso da violência e da intolerância para com os seus opositores.⁸ Entretanto, cabe perguntar: sua proposta política possui limites rígidos que se chocam com as teses do racionalismo crítico? Com efeito, a estabilidade do Estado democrático formal proposta por Popper nos parece ser mais importante que a liberdade de seus cidadãos. Enfim, se o Estado popperiano é legítimo e se furta de propostas autoritárias, como ele acusa os inimigos da sociedade aberta que camuflam os verdadeiros interesses?

Para estabelecer a democracia, Popper enfatiza a necessidade da tradição democrática, da intolerância para com os intolerantes e, se necessário, o uso da violência para mantê-la. Não ocorrendo isso, a própria democracia estaria ameaçada. Para manter as instituições, deve haver leis que façam cumprir suas prerrogativas, tanto por parte do Estado quanto do povo.⁹

O princípio determinante, em Popper, é manter as normas democráticas que se baseiem na crítica e no debate levado a cabo por quem possui competência para fazê-lo: os intelectuais.

Na visão popperiana, os intelectuais inventaram as ideologias consideradas por ele nefastas como as de Hegel e Marx - no entanto, cabe aos próprios intelectuais livrarem os homens desses pensamentos.

⁸ "Hoje o nosso objetivo principal tem de ser a paz. É muito difícil de alcançar num mundo como o nosso, em que existem Saddam Hussein e outros ditadores como ele. Não devemos hesitar em travar guerras em prol da paz. Nas condições atuais tal é inevitável. É triste, mas temos de fazê-lo para salvar o nosso mundo. A determinação é de importância crucial" (POPPER, 199a, p. 161).

⁹ O pensamento político de Popper nos convida a uma abertura. Esta posição na vida implica em não ter princípios rígidos, é estar disposto a aprender e mudar. Entretanto, essa postura nas ciências consiste em assumir grandes riscos. Já na vida social, Popper não parece estar disposto a isto, ao contrário, busca riscos mínimos.

Ele espera que os intelectuais, além de criticarem, se responsabilizem pelo que fazem (POPPER, 1995, p. 211). No entanto, as grandes teorias que nos levaram a tragédias não pertenceram aos homens bons e estúpidos, mas aos intelectuais (POPPER, 1994a, p. 398).

Afinal, quais são os intelectuais a que Popper se refere? Hitler quis ser artista e não escreveu teses filosóficas. Lembremo-nos, também, dos déspotas ilustrados.

O papel do intelectual se aproxima da proposta de Pestalozzi, “que combatia a pobreza, por meio da sabedoria”. É dever do intelectual ajudar os demais a se libertarem e entenderem a atitude crítica e não se apresentarem como guias. Não devemos ensinar, mas ter sempre uma atitude crítica (POPPER, 1995a, p. 135). Assim, cabe aos intelectuais resgatar o bom caminho da política, pensando e analisando a conjuntura política para os menos providos de instrução.

É papel dos intelectuais, portanto, analisar a situação política. A partir disso, os intelectuais devem perguntar se o que se deve fazer, uma vez que valores como nacionalismo e racismo foram disseminados no mundo pelos próprios intelectuais:

Que devemos fazer para ajudar? Podemos fazer algo para evitar o nacionalismo, o racismo, as vítimas do Pol Pot em Camboja, as vítimas de Ayatolá no Irã, as vítimas dos russos no Afeganistão, as novas vítimas da china? Que podemos fazer para evitar estes acontecimentos incompreensíveis? Podemos fazer algo efetivo para evitá-los? [...] os intelectuais, tem ocasionado desde muito tempo danos atrozes. As matanças em nome de uma ideia, de uma doutrina, de uma teoria - esta é a nossa obra, nossa criação: o invento dos intelectuais (POPPER, 1995a, p. 209).

Há um princípio ético que nos deve orientar e que explica a posição de Popper contra o totalitarismo. Vejamos: “o mais importante dos dez mandamentos diz: Não matarás! Isto contém toda a ética” (POPPER, 1995a, p. 210).

Num sentido, aqui se resume toda a crítica ética contra o Marxismo que prega a revolução e a tomada do poder por meio da violência. O modelo democrático liberal.

Essa é a responsabilidade que nós devemos ter com a instauração do modelo democrático liberal. A liberdade em Popper é um bem supremo e se intensifica em importância e necessidade no âmbito intelectual. Tudo isso assegurado pelas instituições democráticas.

Contudo, o objetivo de minimizar as diferenças de classes, como disse anteriormente, fica atrás do objetivo de defender as instituições liberais contra atitudes totalitárias. Esse é o ponto merecedor de ênfase. Segundo Popper, não são os conceitos que devem ser preservados, mas os tipos de instituições que normalmente são chamadas de instituições livres. O princípio da democracia é assegurar essas instituições. Com efeito, o simples fato de ser uma democracia não assegura que tenha um fundamento sólido a ser desenvolvido. Caso isso ocorra, tal democracia pode durar por pouco tempo, pois essa falta de fundamento poderá ser fonte de crítica para os seus opositores.¹⁰

A teoria política de Popper parte da distinção feita entre democracia e tirania. Tal distinção, além do problema da justificação, pode não ser suficiente para a resolução de todo o problema político, já

¹⁰ Essa questão é também vislumbrada por Wayne Normam, em *A Democratic Theory for a democratizing world? A Re-assessment of Popper's political realism*.

que, em alguns países, é possível que a sua estrutura política abarque as características da democracia popperiana, convivendo, no entanto, com problemas políticos e sociais. A existência desse fato parece tornar a liberdade intelectual defendida por Popper irrelevante.

Isso nos remete ao inverso da proposta de Popper, pois alguns países que não têm eleições, parlamentos e outras instituições democráticas podem conseguir oferecer a seus povos não um direito abstrato de liberdade intelectual, mas condições de progresso real em saúde e educação, como em Cuba.

A conquista formal da democracia, graças à engenharia gradual, nos leva a conjecturar se sua teoria não comete alguma falha em relação aos próprios princípios que combate. Isso pode ocorrer da seguinte forma: como o político, em Popper, é um engenheiro social, este não seria um representante de alguma força e um condutor de homens? Ademais, ao reduzir os problemas políticos aos problemas da racionalidade, Popper não estaria excluindo outros aspectos importantes do homem em sociedade que não são intelectuais?

Podemos investigar quais as possibilidades de regimes políticos que comportam seu método político baseado na ideia de engenharia social. Esse método pode possibilitar a existência de outros regimes que não sejam democracias liberais. Dizer que não podemos admitir formas totalitárias de governo não basta para que elas realmente sejam impedidas.

As mudanças propostas no método popperiano podem abarcar tendências que não queiram nenhuma mudança, ou até mudanças radicais. Tal risco é real, tanto que Popper muda de aptidão partidária

no decorrer dos anos, mas segue com a mesma base de seu pensamento, adequando-o aos novos propósitos partidários. Dos anos 30 e no início dos anos 40, foi sempre de centro-esquerda, e durante toda a sua vida até então, um social-democrata fortemente, emocionalmente engajado. Mas, como tantas pessoas, passou para a direita na meia-idade, e pela ocasião de sua morte seria considerado conservador pela maioria das pessoas - ainda que, até o fim de seus dias, continuasse a se ver como um liberal no sentido clássico da palavra, como alguém que põe a liberdade individual em primeiro lugar entre os valores políticos (cf. O'HEAR, 1997, p 314-15).

Diante desses questionamentos sobre a legitimidade da teoria política de Karl Popper, creio que algo fica reafirmado a partir da análise do seu pensamento. A ideia de “Cidade Feliz” é realmente um sonho utópico, cuja realização é álibi para tantas formas de violência, quer seja a sua busca dada à maneira de Platão, Marx ou ainda a sociedade advinda da democracia liberal como os Estados Unidos que, segundo Popper, são as mais felizes de que temos conhecimento.

Ao levar a concepção do método científico para a política, afirma-se que devemos eliminar por meio da imaginação erros cometidos nas ações. Tal procedimento é chamado de racionalismo crítico em filosofia e, especialmente, em política, de engenharia social fragmentária. Sobre esse termo, Bryan Magee comenta, que essa expressão é três vezes infeliz: ‘fragmentária’ é o vocábulo que tem, às vezes, sentido pejorativo, apresentando, aqui, a segunda e adicional desvantagem de mascarar o radicalismo do método proposto; de outra parte, ‘engenharia’ tem

conotações desagradáveis quando aplicada a seres humanos. A palavra soa como algo frio (cf. MAGEE, 1973, p. 111).

Para a defesa das instituições democráticas propostas por Popper, a razão é meio para a tolerância e deve substituir a violência. Parte do pressuposto de que o racionalismo crítico consiste em identificar a situação-problema e enfrentá-la, descobrindo suposições escondidas na concepção da sua situação-problema e adiantando novas soluções aos problemas que ele enfrenta. Caso o pensador austríaco não tenha uma teoria política definitiva, creio que isso redimiria sua teoria, já que devemos criticar.

O trabalho de Popper, como filósofo político, é a defesa do liberalismo. Sua teoria liberal está compreendida em uma filosofia da natureza do conhecimento humano, na racionalidade, na liberdade de pensamento e na ação.

A existência de uma relação conflitiva entre a filosofia política de Popper e a sua filosofia da ciência tem sido sempre um dos aspectos mais disputados do seu pensamento, já que a primeira tem como argumento central a inclusão do método científico. Assim, a questão é se seu pensamento possui uma unidade sem limites, pois parece que sua filosofia política é, por vezes, incompatível com a filosofia da ciência. O próprio afirma que sua teoria social “contrasta fortemente com sua filosofia da ciência”. Mas também sustenta que “trata de um número de pensamentos comuns” (POPPER, 1994b, p. 72).

A proposta da uma engenharia social pode não ser desejável a um povo, ou a uma época, porque, em determinados momentos, pode-se

desejar uma reforma absoluta, e essa pode ser a única alternativa para haver mudança.

O autor critica a engenharia social utópica, porque cria mundos, poesia, mitos, mas não avalia que a sua engenharia também pode trazer prejuízos, tais como: a possibilidade de ser autoritário, no sentido de acreditar que a liberdade intelectual do racionalismo crítico seja a melhor postura. Parece desconsiderar que homens igualmente racionais podem em determinadas épocas optar por outros valores que não sejam os valores da liberdade intelectual. Assim, o seu pensamento tende a dar ênfase a uma forma de pensamento, que é o científico.

O liberalismo de Popper é dado pelos seus valores morais e políticos em função da liberdade intelectual. Ele expressa também os interesses da classe científica e dos intelectuais. Presenciando regimes totalitários, viu que muitos intelectuais foram exilados e tolhidos de sua liberdade de pensar. Assim, seu liberalismo parece assegurar a liberdade intelectual dessa classe. Para assegurar as liberdades intelectuais e científicas, o filósofo austríaco legitima a única forma de revolução e violência possível, quando for para assegurar a crítica racional.

O pensador parece se pautar em dois pontos antagônicos. Existe, em seu pensamento, uma epistemologia falível para as ciências naturais, embora na filosofia social pareça ser dogmático, apesar de negá-lo.

Vejamos: no seu pensamento, o conhecimento da verdade absoluta não é facilmente alcançado. O que podemos fazer é nos aproximar à verdade, para isso, a exposição das teses e o debate são necessários. A partir disso, pergunto: por que os utópicos não podem desafiar teses

que, na verdade, são, também, como as dos racionalistas, apenas tentativas para chegar à verdade? Nada assegura que qualquer um, utópicos ou racionalistas, possa alcançá-la.

Além disso, o pensador admite que as leis científicas são apenas tentativas, que podem ser mudadas quando surgir outra melhor. Isso implica afirmar que uma teoria utópica é, também, como as teorias propostas por Popper, mera tentativa.

Diante disso, perguntamos se a teoria da democracia liberal no momento histórico vivido por Popper ainda poderia ser considerada a melhor opção política, como o filósofo insistiu em defender. Essa teoria não seria falsa na própria conjuntura histórica vivida por Popper? Isso pode ficar mais claro se nos lembrarmos do caso citado no capítulo I. No período que Hobsbawm chama Pós-Era de Ouro, o mundo a que se referia já não estava tão bem quanto no início. Entretanto, o filósofo insistiu em salvar o referido modelo político.

Em consequência dessa argumentação, podemos dizer assim como Popper valoriza Marx pela pesquisa social e econômica que fez em sua época, mas o condena pela crença na inevitabilidade histórica que acaba por matar a ação do homem, ele também pode ser valorizado pelo seu repúdio à violência e anseio pela liberdade, pois é eminentemente um liberal. Embora não seja como os liberais do *laissez-faire*, o filósofo vienense defende uma intervenção do Estado; entretanto, ele não é um positivista como os pensadores do Círculo de Viena, uma vez que não acredita no progresso contínuo do conhecimento.

Tudo isso creio ser positivo no pensamento popperiano. No entanto, aceitar, como modelo, o mundo preconizado por ele, é difícil

diante das mazelas sociais que o modelo político proposto desconsidera, seja nas metrópoles, seja nos países periféricos.

A democracia que Popper propõe é a representativa formal dada por uma circunstância histórica. Mas hoje oferece uma nova discussão, esse é o melhor regime possível? A respeito dessas questões, pode-se dizer que as novas discussões a respeito da democracia estão um pouco embaraçadas. Talvez levem, desta vez, o exame até o fim, e não se creiam quites com a questão por haverem reafirmado princípios. No fundo, a democracia moderna desenha um regime político difícil porque não oferece nenhuma segurança contra incertezas e os imprevistos, nenhuma transcendência lhe traça o caminho (cf. RUBY, 1998, p.130).

A democracia de Popper é estabelecida pelo princípio de evitar a tirania. No entanto, penso que existe uma diferença maior entre democracia e tirania, que são os seus valores morais. Parecendo retirar dos homens a capacidade de escolher, quando desqualifica a democracia como vontade da maioria e da *vox populi*, quando destina a crítica da política aos intelectuais, acreditando em que eles têm melhores condições para a análise crítica.

Podemos dizer que sua democracia seria como pais que, por amarem tanto os seus filhos, impedem-nos de ter qualquer prazer, com medo de que se machuquem. Esse cuidado poderia destruí-los.

Assim, acreditamos em que a democracia não obterá sucesso pelo simples fato de afastar a tirania. Caso não tenha uma proposta justificada sobre o que fazer, poderá abrir brechas para críticas e mesmo para a instauração de uma tirania como única opção de governo. Vale ressaltar, como argumentamos no capítulo I, que a proposta política de

Popper é um resgate da democracia liberal e tem o propósito de refutar a tese amplamente aceita na época: que alguma forma de totalitarismo é inevitável, visto que a democracia tem resultados lentos e frágeis.

Nesse sentido, a democracia popperiana pode ser autodestrutiva. Marcuse afirma que Popper, ao criticar o utopismo, assume uma atitude repressiva e conservadora, impedindo todas as possibilidades de transformação. Outrossim, Michael Freeman considera o pensamento de Popper utópico e irrealizável, pois a crítica que faz ao utopismo é igualmente uma utopia.

A visão um tanto maniqueísta de Popper, a que nos referimos no início deste trabalho, pode ser de novo percebida na sua distinção entre razão e violência. Tal atitude recebe crítica ao dizer que a razão não é a única alternativa à violência. Talvez a razão nem mesmo seja uma alternativa à violência: existiriam formas violentas da razão, ou então argumentos racionais e emocionais que suplementam práticas totalitárias. Podemos exemplificar ações diretas e não violentas com atitudes como de Gandhi e Martin Luther King (Cf. NEIVA, 1999, p. 148).

Entretanto, essa crítica se esquece de que tais ações queriam evidenciar a violência da política. E isso somente foi possível porque os seus argumentos eram racionais e dirigidos contra o imperialismo inglês, o qual era exercido por uma nação democrática e liberal.

Fatos, como a desigualdade social, tanto das sociedades capitalistas desenvolvidas como dos países periféricos, aparecem com pouco interesse nas teses políticas de Karl Popper. Entretanto, vale lembrar a conjuntura histórica vivida pelo filósofo; suas decepções

com projetos eminentemente socialistas, o caos nazifascista e o sucesso obtido por países liberais, como os que lhe ofereceram refúgio.

As teses políticas popperianas enfatizam a liberdade formal, parece que dão importância maior ao método formal da detrimento de questões que ultrapassam tal método.

A abordagem de Popper pode ser entendida como limite entre a teoria política e a ação política, pois a principal limitação consiste em que, sendo metodologia, é quase inteiramente relativa ao método, e não ao conteúdo. A questão que mais se impõe aos indivíduos que têm de tomar decisões importantes é quase sempre: 'o que devemos fazer?' (O'HEAR, 1997, p. 320).

Parece que a abordagem formal popperiana pode ser justificada do ponto de vista intelectual. Isso porque toda prática filosófica ou científica pressupõe liberdade intelectual, imaginação e crítica sem ameaças. Assim, a liberdade formal é estendida da ciência à política, e toda a sociedade depende do progresso que advém da crítica. Entretanto, a preocupação com a liberdade formal em nome da ciência pode dissimular problemas nos países que não produzem ciência.

O Estado democrático de Popper é calcado na possibilidade da comunicação, do debate e do entendimento.

A liberdade do indivíduo está definida dentro das leis do Estado e suas instituições. Por isso, a perspectiva dessa investigação visa a questionar se é procedente, como quer Popper, que a prática política se baseie no princípio da razão.

No nazifascismo, é claro, existia uma ideologia, a qual era definida claramente. Entretanto, nos Estados unidos, sob a bandeira da

democracia, também se desrespeitam os direitos humanos. Nesse aspecto, existe o ocultamento de ideologias nos moldes americanos como no nazismo, embora, de outro modo.

Popper defende a necessidade de instituições que assegurem as democracias. Creio que a ONU pode ser um exemplo dessas instituições. Mas o fato é que, mesmo países que demonstrem ter uma tradição democrática, como é o caso dos Estados Unidos, podem desrespeitar flagrantemente as leis dessas instituições.¹¹ Essas instituições, por sua vez, não têm tanto poder, como ele afirma, pois são formadas pelos próprios Estados e controlados por países como Estados Unidos e Inglaterra.

¹¹ Como mostra a decisão unilateral dos Estados Unidos e da Inglaterra de invadir o Iraque.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A filosofia popperiana é conhecida como racionalismo crítico, devido à defesa de Popper sobre a crítica racional, diante das teorias irracionistas e subjetivistas. Pois apoiado ‘no racionalismo crítico’ e no princípio de refutação, o esforço intelectual o senhor Karl Popper escapa a qualquer tipo de rótulo.

Existe, segundo Popper, uma semelhança fundadora entre a atividade científica e a prática liberal. Ambas derivam de uma ética comum, recorrem aos mesmos métodos e provocam instituições semelhantes. Havendo a ideia de uma familiaridade genética, metodológica e ética que permite cruzar de forma duradoura a ciência e o liberalismo ancorado no fundamento do ‘racionalismo crítico’ popperiano.

O racionalismo crítico é crucial, tanto para o conhecimento como para o comportamento ético e político, para o filósofo ele tem a função de identificar erros nas teorias com base em critérios racionais teóricos e empíricos, sem apelar para argumentos subjetivos. O uso da expressão ‘racionalismo crítico’, já antecipa o problema que poderia advir, tachando o racionalismo crítico de dogmático, e explica:

Não estou muito satisfeito com este nome. Tal nome parece conter o perigo de um novo dogmatismo. Se eu me considerasse um racionalista crítico, isto poderia talvez levar a um novo dogma. O principal é justamente evitar o

dogmático; é a postura sempre crítica, até mesmo perante ela própria (POPPER, 1994b, p.52).

Para Popper, sempre é necessário optar por uma teoria. Essa escolha é, em parte, irracional, mas conterà as regras do jogo, as verdades iniciais. Ela será uma convenção metodológica capaz de proporcionar explicações aos homens livres.

O eixo da política popperiana é o ensaio e o erro dados pela crítica, “a razão crítica é a única alternativa à violência descoberta até hoje”. Nessa frase, percebemos que a epistemologia se une à convicção liberal - o debate científico não é importante só na comunidade científica, mas também na sociedade em geral.

Para ocorrer esse debate, é necessário que existam instituições que o garantam; essa é a única forma de nos livrarmos da dominação e da violência. O racionalismo é mais ético do que seus opositores e permite maior progresso. O criticismo não deve ser pautado em convicções íntimas, mas na troca de ideias e na discussão. Pois para ele só aprendemos por ensaio e erro, e para tal “precisamos da crítica do outro para nos dar conta da situação” (POPPER, 1982, p. 45).

Não há, contudo, uma abertura total ao diálogo que, segundo ele, deve prevalecer na sua sociedade aberta, porque existem valores éticos e morais que são anteriores ao racionalismo crítico.¹ Aliás, os próprios valores são justificados pelo racionalismo crítico que, por sua vez, é justificado por eles. De fato, esses princípios morais são

¹ Seção 2.10.

inquestionáveis, o que torna o próprio racionalismo crítico uma espécie de valor absoluto.

Resta saber se Popper se afasta da crítica que faz ao método historicista, devido à sua fragilidade metodológica e das consequências morais, já que ele afirma: “na experiência comum não nos diz que são justamente os mais preconceituosos que estão convencidos de se haverem libertado dos preconceitos?” (POPPER, 1991, v. II, p. 147).

Questiona-se se o pensamento de Popper não está fundado em princípios ideológicos, quando crê em que o seu método científico o livrará das ideologias. Por causa dessa crença, não estaria sendo ideológico tal como acusa Hegel?

Nossa crítica sobre a ideologia no pensamento de Popper é corroborada por Feyerabend, que afirma que Popper presume a existência básica de um único meio de discurso, que é o “racional”. Esse “racional” aceito por Popper é apenas no seu sentido. O racional popperiano, para ele, “tem semelhança de algumas luzes menores do iluminismo” (FEYERABEND, 1991, p. 100), seu racionalismo se reduz a simples leis lógicas, que ele centra principalmente na fala.

Dessa forma, quando Popper tenta refutar o conhecimento relativista em detrimento do conhecimento objetivo, os inconvenientes dados por essa pretensão são maiores do que os do conhecimento relativista. Isso porque Popper reduz todas as pluralidades das relações ao seu conceito particular de racionalismo. Caso mantivesse o relativismo, ao menos as pluralidades seriam aceitas.

Ao negar o relativismo da verdade, pois esta é uma, e defender uma objetividade dada exclusivamente por um método racional o qual nega

outras formas de racionalidade, exclui uma enorme gama de ações. Diz Feyerabend: “o universo de uma aranha tem pouco em comum com o de um cão e seria perfeitamente absurdo um filósofo canino insistir na validade objetiva das suas ideias” (FEYERABEND, 1991, p. 96).

Parafraseando Feyerabend, o universo dos povos do Oriente tem pouco em comum com o dos Estados Unidos e seria um absurdo um filósofo qualquer insistir na validade objetiva de suas ideias. Ainda que Popper diga que a democracia não seja para todos, isso não é por respeito às divergências culturais, mas pela incompetência dos povos para instaurá-la, uma vez que, para o filósofo, é clara a superioridade da democracia liberal.

A atitude de Popper, segundo Feyerabend, revela a “debilidade de todos os ataques intelectuais ao relativismo. Se duas partes discordam - quer dizer que os adversários estabeleceram contatos e se compreendem”. Mas Feyerabend continua argumentando que em um debate de ideias entre povos de culturas diferentes, qual o meio de comunicação que esses povos podem usar e às quais interpretações chegarão? Assim, afirma que:

Os agentes coloniais tomaram como certo que os nativos¹ ou aprendiam a língua dominante, ou seriam informados por intérpretes, servindo-se mais uma vez da língua dominante como base, aplicada em situações definidas pelos dominantes, foi o meio oficial de formular, apresentar e resolver problemas¹ (Feyerabend, 1991, p. 100)

Caso não tivesse sido usada a linguagem dominante, os meios e a linguagem indígenas teriam sido os mesmos para os mesmos problemas? Feyerabend diz que estabelecer o certo e o errado depende

da forma de interação da relação da cultura dos povos. Assim, Popper, ao estabelecer uma forma de linguagem – que é racional, exclui outras possibilidades de linguagem e comunicação. Essa atitude defende um modelo absoluto de linguagem, que impede o racionalismo crítico da busca contínua e assume uma atitude dogmática e ideológica.

Entretanto, Popper é contra a violência, o seu racionalismo crítico é a alternativa para ela. Diante disso, pergunto: que forma de violência pode ser evitada com o racionalismo crítico? O argumento, por si, poderá ser um entre muitas formas de violência.² Como também sustenta certo comentador, “cada ser humano traz uma constelação de valores absolutamente única ao universo” (GRONDONA, 2000, p. 160).

Creio que argumentar pode significar a negação do indivíduo singular que preza o liberalismo; e a tentativa de enquadrá-lo num protótipo preestabelecido. É a negação de uma outra forma de compreensão, dar por inválido o outro, não reconhecendo que são mundos individuais diferentes.

A tentativa de uma argumentação a favor do racionalismo crítico pode ser tão violenta quanto o apontar de uma arma, caso a pessoa pressionada não tenha capacidade para argumentar. Popper parece entender a violência como sendo meramente física. A tentativa de inculcar valores, pelo menos nesse caso, não lhe parece ser violência.³

² Grondona diz que para Nozick: “...cada homem [...] e o seu projeto de vida é tão valioso que argumentar é autoritário. Quem argumenta é um autoritário porque quer convencer os demais e convencer é de alguma maneira vencer [...] o argumento é uma arma dialética para dobrar o adversário” (GRONDONA, 2000, p. 159).

³ Observo que Popper abomina qualquer forma de governo incontrolado. Mas será que a proposta política de Hegel é de fato diferente da de Popper?

A defesa que Popper faz a respeito do mundo livre pode facilmente justificar uma espécie de Guerra Santa, porque o que vale para os habitantes de um país vale para os países tomados em conjunto. A racionalidade é a racionalidade como o Ocidente e Popper entendem. O qual pretende refutar certos princípios, mas princípios de algumas origens e países, não os seus⁴.

Com essa argumentação pergunto o quanto de autoritarismo ideológico não estaria no discurso popperiano. Sua argumentação sobre a política nos leva a compreender que apenas o mundo livre atlântico teria melhores ou talvez absolutas condições de pensar e julgar a si, e aos outros.

Em contrapartida, Popper argumenta que “podemos aprender com os nossos erros [...] para nos aproximarmos mais um pouco da verdade oculta”. Sabe que pode errar, e se o fizer, aprenderá com os próprios erros. Entretanto, essa máxima parece servir apenas ao dito “mundo civilizado”, cabendo apenas a ele essa crítica racional (POPPER, 1994a, p. 409).

Quanto ao resto do mundo não privilegiado pelo filósofo, resta assumir acriticamente a postura do mundo atlântico defendida por ele? Caso esses povos não se tornem seguidores desse modelo do “mundo civilizado”, parece enquadrá-los como irracionais, relativistas ou desonestos em seus valores morais, pois não reconhecem que esse modelo é o melhor conhecido historicamente.

⁴ Cabe averiguar se Popper não cometeria equívocos desta mesma natureza. Será que em alguns países que possuíam um modelo democrático tal como ele propunha, estavam realmente melhores sob todos os aspectos, como ele acreditava?

O pensamento de Karl Popper traz na vertente epistemológica o princípio da crítica. No entanto, no plano político, a crítica deve trilhar um caminho estabelecido, que é o das democracias do mundo livre, buscando sempre a melhoria do sistema existente, mas não da situação dos homens no mundo.

Em contrapartida, a essência do pensamento popperiano continua procedendo, uma vez que ele é o filósofo da crítica e da refutação. Ainda que sua teoria política seja falsa, o princípio da busca constante pelo conhecimento é válido.

Popper é um liberal democrata por opção. Para afirmar tal atitude, inicialmente refuta teorias rivais a fim de fortalecer suas próprias teorias.

Após criticá-las e defender ferrenhamente à necessidade da crítica, ele próprio se fecha à crítica em um modelo político específico, inquestionável. Desconsidera as atitudes divergentes, desqualificando-as. Os bons, honestos e íntegros compartilham o seu pensamento. Quanto aos outros, ou se rendem a esse modelo ou, no mínimo, devem ser esquecidos pelo mundo ocidental - a menos que ameacem a harmonia das democracias ocidentais, situação que, talvez, justifique sua destruição (POPPER, 1998, p. 158-59).

Assim, existe um limite entre a teoria do conhecimento e sua teoria política, uma vez que a primeira busca a crítica e a segunda já alcançou o modelo ideal: o modelo representado pelos Estados Unidos e a Inglaterra, que hoje assumiram, perante o mundo, o papel de juízes e carrascos dos sagrados valores ocidentais, democráticos e liberais.

Chegamos, assim, a um resultado paradoxal: se a proposta de Popper é refutável, isso vai satisfazer sua exigência falibilista; se não pode ser refutável, por outro lado, não se pode adequar ao espírito popperiano nem às suas exigências epistêmicas.

Numa edição norte americana de 2020 de *Sociedade aberta e seus inimigos*, George Soros ex-aluno e amigo, apresenta as ideias de Popper contemporizado aos anos atuais, afirmando o quanto os conhecimentos e práticas aprendidas e desenvolvidas com ele foram importes para a construção dos projetos de Soros. Afirma que o racionalismo crítico popperiano não aceita rótulos, pois mesmo passando tantas décadas, seus escritos parecem bastante atuais.

REFERÊNCIAS

ADORNO, T.W. *Epistemología y ciencias sociales*. Frónesis Cátedra Universitat de València, 2001, tradução de Vicente Gomez. Paracuellos de Jarana (Madrid): Impreso en Closas-Orcoyen, S.L. Polígono Igarasa.

_____. *La Disputa del positivismo em la sociologia alemana*. Tradução Castellana de Jacob Muñoz; Barcelona, México, D. F.: Grijalbo, S. A. colcción “teorias y realidade”, 1973.

ACKERMANN, R. J. *The Philosophy of Karl Popper*, Massachussets Univerty Massachussets Press, 1976)

ARTIAGAS, M. *Lógica y ética em Karl Popper*. Pamplona: Eunsa, 1998.

BAUDOUIN, J. *Karl Popper*. Lisboa: Edições 70, Biblioteca Básica de Filosofia, 1989.

BOTTOMORE, T. *Dicionário do Pensamento Marxista*. Traduzido do inglês por Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1987.

BOUVERESSE, R. *Karl Popper ou Le Rationalisme Critique*, Paris: Libraire Philosophique J. Vrin, 1986.

CRESPIGNY, A. *Karl Popper: a política sem essência*. In: cadernos de Filosofia Política e contemporânea. Tradução de Yvonne Jean. Brasília: Editora da UnB, 1982, 2. ed. p. 147-166.

FEYERABEND, P. *Adeus à razão*. Lisboa: Edições 70, 1999. (Col. Biblioteca de filosofia contemporânea).

FEYERABEND, P. *Diálogo sobre o Método*. Lisboa: Editorial Presença, 1991.

GRAY, J. *O liberalismo*. Editorial Estampa, Lisboa: 1988.

GRIMBERG, C; RAGNAR S. *História Universal* 16; 19 A revolução industrial, o liberalismo, os novos impérios; Da primeira guerra mundial à vitória de Roosevelt. Tradução Maria Manuela Soares Faure, P. A Norstatt e Soners. Estocolmo: Publicações Europa América, 1940.

GRONDONA, M. *Os Pensadores da Liberdade: de John Locke a Robert Nozick*. Tradução Ubiratan de Macedo. São Paulo: Mandarim, 2000.

HARVEY, D. *A Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1994.

HOBSBAWM, E J. *A Era do Capital 1848-1875*. Tradução Luciano Costa. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Bem, 2000.

_____. *A Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. Tradução Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia da Letras, 1995.

LUCAS, J R. *Democracia e Participação*. Tradução de Cairo Paranhos Rocha. Brasília: editora da UnB, 1985. (Col. Pensamento Político 69).

MAGEE, B. *As ideias de Popper*. Tradução Leonidas Hegenberg e Octanny Silveira da Mota. São Paulo: Cultrix, 1973.

_____. *Confissões de um filósofo*. Tradução de Waldéa Barcellos. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MANNHEIM, K. *Ideologia e Utopia*. Tradução Sérgio Magalhães Santeiro. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

MILLER, David. *Critical Rationalism. A Restatement and Defense*. Chicago: Open Curt, 1994.

NEIVA, E. *O Racionalismo Crítico de Popper*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1999.

PEREIRA, J. C. *Epistemologia e Liberalismo*. Porto Alegre: EDIPUC-RS, 2000. (Col. Filosofia).

PERONA, Á. J. *Entre el liberalismo y la soaldemocracia – Popper y la “Sociedad Abierta”*. (Pensamento crítico/pensamento utópico; 76), Barcelona: Antropos, 1993.

RAPHAEL, F. *Popper: o historicismo e sua miséria*. Tradução de Jézio H.B. Gutierre. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

RUBY, C. *Introdução à filosofia política*. Tradução de Maria Leonor F. R. Loureiro. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.

O'HEAR, A. *Karl Popper: Filosofia e Problemas*. Anthony O'Hear (Org.). Tradução de Luiz Paulo Rounet. São Paulo: Editora da UNESP, 1997.

BOUVERESSE, R. *Science et Philosophie direction Bouveresse et Barreau*. Publication de l'Institut Interdisciplinaire d' Etudes Epistémologiques: Lyon, s/d.

TOURAINÉ, A. *Como sair do Liberalismo?* Bauru: EDUSC, 1999.

NORMAN, W.J. "Political Studies", v. 43 number 1 march 1995; Popper and Human Nature Revisited; Geoff Stokes, University of Island, p. 131-135.

_____. 'Democratic Theory for a Democratizing World? A Re-assessment of Popper's Political Realism'; University of Ottawa. s/d.

GRAY, J. N. *Liberalismo de Karl Popper*, s/d.

ASSIS, P. J. *Política Fundação Milton Campos*, jul./set/ 1976; "A sociedade aberta Um amigo", (Kuhn versus Popper).

CAPONI, G. *Revista brasileira de filosofia*; Instituto brasileiro de filosofia; v. XXXIII fascículo 133, 1983.

PELUSO, L. A. *A epistemologia revolucionária de Karl Popper*, "Artigo", p. 242-293. s/d.

PALACIOS, G. A. *Formas Ideológicas no Pensamento de Karl Popper*. (Monografia) Pontificia Universidad Católica del Ecuador, 1979.

POPPER, K. *Autobiografia intelectual de Karl Popper*. São Paulo: Cultrix, 1982.

_____. *O Racionalismo Crítico na política*. Tradução de Maria da Conceição Cortereal. 2. ed. Brasília: Editora da UnB, 1994.

_____. *A Sociedade aberta e os seus inimigos*. (2 v.). Tradução de Teresa Curvelo. Lisboa: Editorial Fragmentos, 1993.

_____. *A Miséria do Historicismo*. Tradução de Octanny S. da Mota e Leonidas Hegenberg. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 1982.

Raimund. *The Poverty of Historicism*, New York, Harper Torchersbooks, s.d

_____.; CONDRY, J. *Televisão: Um Perigo pra a Democracia*. Tradução de Maria Carvalho. Lisboa: Gradiva, 1999.

_____. *Conjecturas e Refutações*. Tradução de Sergio Bath. 3. ed. Brasília: Editora da UnB, 1994a.

_____. *Conjectures and Refutations. The growth of scientific knowledge. Manufactured in the United States of America*, 1962.

_____. *A Lógica da Pesquisa Científica*. Tradução de Leonidas Hemberg e Octanny Silveira da Mota. São Paulo: Cultrix, 2000.

_____. *Um Mundo de Propensões*. Tradução de Teresa Barretos e Rui G. Feijó. Lisboa: Editorial Fragmentos, 1991.

_____. *A Lógica da Investigação Científica; Três concepções acerca do Conhecimento humano; A sociedade aberta e seus inimigos*. Tradução de Pablo Ruén Mariconda e Paulo de Almeida. São Paulo: Abril Cultural, 1980. (Col. Os Pensadores).

_____. *La Responsabilidad de vivir*. Escritos sobre política história y conocimiento. Barcelona: Editora Paidós Estado y Sociedad, 1995a.

_____. *Sociedade Aberta Universo Abert*. Lisboa: Publicação Dom Quixote, 1995b.

_____. *A vida é aprendizagem - epistemologia evolutiva e sociedade aberta*. Lisboa; Portugal: Edições 70, 1999a. (Col. Biblioteca contemporânea).

_____. *O mito do Contexto – em defesa da ciência e da racionalidade*. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1998. (Col. Biblioteca de filosofia contemporânea).

_____. *The open Society and it enemies*. One volumem. Princeton Univerty press, 2020.



A Editora Fi é especializada na editoração, publicação e divulgação de produção e pesquisa científica/acadêmica das ciências humanas, distribuída exclusivamente sob acesso aberto, com parceria das mais diversas instituições de ensino superior no Brasil e exterior, assim como monografias, dissertações, teses, tal como coletâneas de grupos de pesquisa e anais de eventos.

Conheça nosso catálogo e siga as nossas páginas nas principais redes sociais para acompanhar novos lançamentos e eventos.



www.editorafi.org

contato@editorafi.org